UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS

CAMPUS SOROCABA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBERTA AGUSTINHO DA SILVA

JOVENS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS: SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

Sorocaba

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS

CAMPUS SOROCABA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBERTA AGUSTINHO DA SILVA

JOVENS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS: SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de mestre em Educação
Orientação: Profª Drª Maria Carla Corrochano

Sorocaba

2015

Silva, Roberta Agustinho da.
S586j Jovens do assentamento Milton Santos : sentidos do trabalho e da educação / Roberta Agustinho da Silva. – – 2015.
159 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2015.
Orientador: Maria Carla Corrochano.
Banca examinadora: Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce, Vanda da Silva.
Bibliografia

1. Jovens - Educação - Americana (SP). 2. Jovens - Americana (SP) - Condições sociais. 3. Assentamentos humanos - Americana (SP). I. Orientador. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos. III . Título.

CDD 370.91734

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do *Campus* de Sorocaba.

ROBERTA AGUSTINHO DA SILVA

Jovens do Assentamento Milton Santos: sentidos do trabalho e da educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração Educação, Comunidade e Movimentos Sociais. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 26 de junho de 2015.

Orientadora

_____

Dr.ª Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

_____

Dr.ª Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce

Fundação Carlos Chagas

Examinadora

_____

Dr.ª Vanda da Silva

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - Campus Sorocaba

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Lourdes e Carlos, ao meu amado companheiro Tiago, aos jovens da Pastoral da Juventude e, de modo especial, aos jovens sujeitos desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos me remetem à frase de Dom Pedro Casaldáliga: “E no final do caminho me dirão: E tu, viveste? Amaste? E eu, sem dizer nada, abrirei meu coração cheio de nomes”.

O fato é que esse processo do mestrado é uma interação, às vezes uma interação comigo mesma, relacionando teorias, práticas e observações, mas sobretudo um processo de relações com gente, que vive, experimenta, sorri, sofre e luta na concretude de cada dia.

Nessas relações pude estar junto com várias pessoas, de modo especial a algumas delas agradeço por terem dividido, apoiado, incentivado, enfim partilhado de alguma forma comigo esse momento de intensa reflexão.

A Deus Pai e Mãe de bondade, que por meio do povo tem manifestado seu amor à humanidade, requerendo um compromisso profético com a vida plena de todos e todas.

À Mãe Negra de Aparecida, pelo testemunho sempre inspirador, que derruba do trono os poderosos e exalta os humildes.

À minha família, meus pais Lourdes e Carlos e meu irmão Carlos Henrique, por sempre estarem ao meu lado no mais terno cuidado e amor.

Ao meu amado companheiro Tiago, porque o caminho é mais leve e mais bonito na presença do seu olhar.

Às jovens e aos jovens sujeitos desta pesquisa, por permitirem que os conhecesse melhor, que pacientemente me concederam entrevistas, que contaram de tantos jeitos sobre a realidade na qual estão inseridos.

À Professora Maria Carla Corrochano, que se mostrou uma verdadeira educadora nas orientações desta pesquisa por questionar, acompanhar e dispor de seu tempo com paciência e conhecimento, me encorajando a fazer minhas próprias escolhas acadêmicas. Chegar até aqui só foi possível com a sua mediação, obrigada por compreender essa minha também experiência de jovem que concilia estudos e trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar campus Sorocaba, de modo especial aos professores que estiveram mais próximos por meio da linha de pesquisa em Educação, Comunidade e Movimentos Sociais.

Às professoras Kelen Cristina Leite e Vanda Aparecida da Silva, pelas generosas contribuições do exame de qualificação.

Ao professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, pela aproximação com o campo dos meus estudos, por meio da disciplina que cursei como aluna especial na ESALQ, “Agricultura, natureza e sociedade”.

À professora Dulcinéia Pereira e ao Professor Marcos Francisco Martins, por terem partilhado seus conhecimentos nas disciplinas que frequentei na UFSCar.

Aos amigos que ingressaram comigo no mestrado, à engraçada turma do “pega firme” Cadu, Suelaine, Patrícia, Dani, Escobar e Paulo; ao Samuel e Felipe por compartilharem comigo dúvidas, estranhamentos e trabalhos. Sempre vou me lembrar de vocês com muito carinho.

Ao meu sogro e minha sogra Adélia e Manoel por sempre me acolherem em sua residência, nas várias vezes em que viajei para Sorocaba para frequentar as aulas do mestrado, por também me incentivarem a chegar até aqui. Vocês agora também são minha família.

Às pedagogas da Rede de Educação Pública do Município de Americana, por sempre se mostrarem preocupadas comigo e interessadas pela pesquisa que estou desenvolvendo.

Às diretoras Maria e Rita, às auxiliares de direção Joelma e Jaqueline, e a toda a comunidade escolar (alunos, pais, funcionários e professores), por estarem sempre atentas a minhas ponderações, sobretudo por se dedicarem a fazer das escolas Casa da Criança Curió e Urupê, espaços de alegria e aprendizagem para as crianças, muitas delas do Assentamento Milton Santos.

Às minhas amigas de longa data, Débora, Aline e Bernadete, por me ajudarem a ver o mundo de forma mais leve e festiva, com momentos para guardar na história das verdadeiras amizades.

Aos companheiros e companheiras da Pastoral da Juventude, a todos que já passaram pela minha história e aos que continuam a conviver comigo. Não vou citar nomes, são muitos, mas saibam, estamos irmanados na mesma causa, e isso sempre nos aproximará.

Sim: à vida,

Sim ao amor como vocação humana,

Sim à solidariedade,

Sim à liberdade,

Sim à verdade e ao diálogo,

Sim à participação, ao esforço permanente pela paz,

Sim ao respeito pelas culturas,

Sim ao respeito pela natureza,

Sim à integração latino-americana;

Não ao individualismo,

Não consumismo

Não à absolutização do prazer,

Não à intolerância,

Não à injustiça,

Não à discriminação,

Não à marginalização,

Não à corrupção,

Não à violência,

Não extermínio de jovens;

O primado: da vida humana sobre qualquer outro valor ou interesse; da pessoa sobre as coisas; da ética, sobre a técnica; do testemunho e da experiência sobre as palavras e as doutrinas; do serviço sobre o poder; de uma economia solidária sobre a produção de riqueza; do trabalho sobre o capital; da identidade cultural brasileira e latino-americana sobre outras influências culturais hegemônicas; da fé e da transcendência sobre toda tentativa de absolutizar o ser humano.

(Civilização do Amor: projeto e missão)

RESUMO

SILVA, Roberta. *Jovens do Assentamento Milton Santos: sentidos do trabalho e da educação*. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

Esta pesquisa pretende analisar os sentidos do trabalho e da educação atribuídos pelos jovens do Assentamento Milton Santos, localizado na cidade de Americana (SP), tendo em vista um olhar educativo que não se resume ao espaço escolar. A educação e o trabalho são temáticas sempre presentes e valorizadas pela juventude brasileira, contudo, mesmo em um contexto de ampliação dos empregos, os jovens continuam a ser a faixa etária que mais está desempregada no país, ocupando em boa medida postos de trabalho precários. Entender essa realidade contribuiu indiretamente para perceber as influências vivenciadas no dia a dia dos jovens, que recuperaram suas experiências com a agricultura, com os empregos fora do espaço rural, com a escola, com o cuidado dos filhos e com a participação na luta pela terra. Foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas; além disso, foi preciso ir ao assentamento várias vezes para observar o campo, culminando por fim nas análises das narrativas juvenis, que convergiram para a formação de três grupos: Grupo 1: dificuldades em conciliar trabalho e estudo; Grupo 2: dilemas da conciliação do trabalho, do estudo e da família e Grupo 3: o estudo é prioridade. Os sentidos do trabalho e da educação foram múltiplos, sendo o trabalho remetido à renda, à independência e à realização; já a educação remeteu à exclusão, ao sonho e a processos mais libertadores quando considerada a participação em movimentos sociais.

Palavras chaves: JUVENTUDE. TRABALHO. EDUCAÇÃO. RURALIDADE. ASSENTAMENTO.

ABSTRACT

This research's goal is to analyze the meanings attributed to work and education by youngsters of Milton Santos Settlement of landless agricultural workers, located in the city of Americana, state of São Paulo, Brazil, considering an education view not reduced to the space of the school. Education and work are subjects very present and valued by the Brazilian youth. Although employment has increased recently, young people continue to be the biggest share of unemployed in the country and the majority employed in precarious jobs. Understanding this reality contributes indirectly to learn the influences to the youth life in the daily routine of the youngsters, who recuperated their experiences with agriculture, with jobs out of the rural space, with the school, with the care for their children, and with the participation in the struggle for land. For this, sixteen semi-structured interviews were made, besides many visits to the settlement to observe the field, culminating in the analysis of the narratives of the youth, which converged into four groups: 1 – Difficulties in conciliating work and education; 2 – Dilemmas related to conciliating work, education and family; 3 – To study is a priority.The meanings of work and of education were multiple, work being related to income, independence and professional achievement, while education was referred to exclusion, dreams and to more liberating processes regarding the participation in social movements.

Key words: YOUTH. WORK.EDUCATION.RURALITY.SETTLEMENT OF LANDLESS AGRICULTURAL WORKERS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Assentamentos Rurais.....53

Tabela 2 - Distribuição dos jovens segundo idade, cor/raça, sexo, local de moradia anterior ao assentamento e participação na constituição do assentamento.....64

Tabela 3 - Distribuição dos jovens segundo posição na família e distribuição de mães/pais e não mães/não pais.....65

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo escolaridade.....67

Tabela 5 - Distribuição dos jovens segundo situação no mercado de trabalho.....70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CCP – Circuitos Curtos de Proximidade

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

FATEC - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JAC – Juventude Agrária Cristã

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC- Ministério da Educação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PJ – Pastoral da Juventude

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PPA – Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SENAJUV – Sistema Nacional de Juventude

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

CAPÍTULO 1 — INTERFACES DA JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: A REALIDADE DE UM ASSENTAMENTO.....22

1.1 Juventude como construção histórica e social 22

1.2 O cenário do trabalho na realidade estudada 30

1.3 O cenário da educação na realidade estudada..... 37

CAPÍTULO 2-. OS CAMINHOS DA PESQUISA: (RE) CONHECENDO O CAMPO E OS SUJEITOS QUE O FAZEM.....47

2.1 Assentamento Milton Santos.....47

2.2 Pressupostos metodológicos.....56

2.3. Perfil dos jovens entrevistados.....63

2.3.1 Dados iniciais 63

2.3.2 Família..... 65

2.3.3 Escolaridade.....66

2.3.4 Trabalho.....69

CAPÍTULO 3 – SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO......72

3.1. Grupo 1: Dificuldades em conciliar trabalho e estudo.....,.....72

3.2. Grupo 2: Dilemas de conciliação do trabalho, do estudo e da família.....85

3.4. Grupo 3: O estudo é prioridade.....102

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....117

REFERÊNCIAS.....120

APÊNDICES 129

A – Perfil Individual dos Jovens.....133
B – Roteiro entrevista individual semi estruturada 146
C –Formulário Sociodemográfico.....149
D – Algumas fotos da observação no campo 150

ANEXOS.....154

Poesia – Lona Preta, Letra de Luta 154
Proibidão da Reforma Agrária 155

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os sentidos da educação e do trabalho, tendo em vista as experiências dos jovens do Assentamento Milton Santos, localizado na cidade de Americana, no estado de São Paulo, considerando outros sujeitos e outras pedagogias para além do espaço institucional como portadores de saberes (ARROYO, 2012).

A escolha de um assentamento e das experiências de trabalho dos jovens, para além da sua experiência escolar, tem como pressuposto uma perspectiva não escolar no estudo sobre a educação. Ainda que a escola permaneça no foco de muitas das análises no campo da educação, especialmente no campo dos estudos sociológicos da educação, é preciso alargar a compreensão desta, sobre a ótica do que não é estritamente escolar (SPOSITO, 2003). Nesse sentido, considerar o que a juventude assentada tem a dizer sobre os diferentes espaços sociais e sobre as aprendizagens que ocorrem nos mais diversos âmbitos, é ter em vista uma educação que não se esgota na escola.

Nos últimos anos o mundo do trabalho passou por transformações que tiveram impacto sobre diferentes setores da sociedade. As novas tecnologias, a reestruturação produtiva, o agronegócio, a financeirização do capital são campos a ser explorados e que remetem a essas mudanças, seja em seus aspectos organizacionais seja ainda na própria esfera das ocupações, que podem expressar a diversidade de experiências laborais, que não se manifestam uniformemente para todos. Mesmo que a partir dos anos 2000 o Brasil tenha vivenciado um contexto de crescimento econômico, ampliando os empregos formalmente protegidos, os jovens continuam a ser o segmento com maiores índices de desemprego do país, sendo submetidos a vínculos temporários e com pouco tempo de registro; nem mesmo o aumento da escolaridade juvenil forneceu evidências de que a educação formal mude o perfil das ocupações ofertadas aos jovens (GUIMARÃES, 2013; SPOSITO, 2008).

Persistem ainda, no que tange ao acesso ao emprego com carteira assinada, sensíveis disparidades regionais. Estão no Norte e no Nordeste as localidades com menor proteção social, e no conjunto do Brasil os trabalhadores com menores salários são os que têm menos acesso aos direitos trabalhistas (POCHMANN, 2010). Segmentações entre gênero, classe social, idade, localidade (campo e cidade) ainda são frutos de desigualdade no país; são crescentes, por exemplo, as atividades econômicas exercidas pelas mulheres, porém estas continuam a ganhar menos que os homens (LOMBARDI, 2009).

Esta dissertação não tem a pretensão de reconstruir toda a complexidade dessa realidade. Interessa-nos saber o lugar do trabalho e da educação para os jovens, já que estudos têm apontado que essas áreas são prioritárias para a juventude, de modo especial para a juventude de baixa renda, boa parte dela constituída por moradores rurais (ABRAMO et al., 2013). Segundo Novaes (2007), é perceptível que a juventude coloca o trabalho, ou a ausência dele, no centro de suas expectativas. O medo de "sobrar" – termo utilizado pela autora se refere à preocupação dos jovens em ficar sem emprego, inseridos em um mercado restritivo e mutante, o que leva essa parcela da população a ser marcada pela insegurança de futuro.

Olhar para juventude e para os jovens tende a colaborar para que se compreendam as muitas mutações que tomam forma na contemporaneidade em diferentes esferas sociais, pois o jovem pode ser considerado a "ponta do iceberg" (MELUCCI, 2004) dessa realidade, dado que, "enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir" (PERALVA, 1997, p.23).

Vamos percebendo um cenário em movimento. Os impactos do mundo do trabalho e da educação também atingem o campo, que ainda é cercado de grandes contradições. É no meio rural que se encontram os piores salários, os índices mais altos da população pobre, bem como as maiores taxas de analfabetismo (DIEESE, 2011). Porém, ao olharmos o campo, percebe-se que há vários atores que pleiteiam melhorias para os povos rurais. A luta pela terra, que pode culminar na constituição de assentamentos, contribui para produzir um processo formativo para os que dela participam; não é exagero dizer que muitos jovens, por serem assentados, passam por reuniões, discussões e conflitos que marcam suas vidas, produzindo para muitos deles valores em favor da reivindicação de seus direitos.

Como ponderado por Veiga (2013), o rural não é incipiente. Na forma como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera o que é rural e urbano comprometem-se os dados, já que se qualifica como urbana toda sede de município. Nessa perspectiva, em 2000 a urbanização brasileira seria tanta que já teria atingido 81,2% em todo o país e, por esse critério, pequenos municípios com menos de 20 mil habitantes, independentemente de suas características, seriam considerados urbanos. Portanto, é preciso ter em vista o critério de classificação dos municípios, porém, mais que isso, é preciso questionar: O que é urbano? O que é rural? Em lugares onde as fronteiras espaciais são mais diluídas, o campo influencia a cidade e a cidade influencia o campo.

Não temos um modelo de campo estático e universal; existem hoje novas formas de produção como a pluriatividade, que permite que parte das famílias trabalhe na agricultura e outros membros diversifiquem suas atividades. Aspectos como o modo de vida e os valores construídos nas relações com a família e com a comunidade em geral também estão presentes ao se discutir trabalho e educação (CARNEIRO 1998, 2008).

Sobretudo, ao falar do rural, é preciso escapar do viés de desqualificá-lo como atrasado frente ao urbano. O rural pode erroneamente ser representado como inferior, mas essa não é a perspectiva deste estudo. Isso significa que, mesmo quando são usadas palavras como rural e roça, está presente a perspectiva de superação das dicotomias do termo, bem como a superação da dicotomia campo e cidade tendo em vista o contexto das novas ruralidades, em um mundo rural que se transforma, mas que também é herdeiro da tradição camponesa, guardando especificidades e aproximações com outros espaços como o meio urbano (WANDERLEY, 2000).

A importância de um assentamento pode ser visualizada, ao considerarmos que ele contribui para gerar desdobramentos como a reivindicação de postos de saúde e escolas, uma vez que a demanda dos assentados em torno de melhorias estruturais passa a pressionar o governo. Os assentamentos também mobilizam aspectos econômicos, podendo dinamizar o mercado local; podem ainda representar a recuperação do solo por um manejo da agricultura familiar mais diversificada, entre outros fatores que revelam um conjunto de oportunidades para as famílias assentadas, mas também para a população em torno do assentamento (MEDEIROS; LEITE, 2004). Nesse sentido, é oportuno perceber os impactos na vida dos jovens quando são assentados, quais oportunidades ou desafios podem ser observados nesse contexto: a situação de trabalho e educação tende a estar melhor, por estarem inseridos em um assentamento? Renda, escolaridade e inserção profissional dos jovens focalizados nesta pesquisa serão discutidas e colaboraram para se refletir sobre essa problemática.

A aproximação com o campo de estudo não foi ocasional. O Assentamento Milton Santos já estava em minha vida como espaço de convivência junto à comunidade que ali reside. Por meio da participação na Pastoral da Juventude (PJ), tive a possibilidade de acompanhar as primeiras ocupações, reuniões, festas, lutas e muitas das articulações dos moradores assentados junto aos movimentos sociais da região. Nessa época já era possível perceber o potencial educativo dessa realidade, mas foi quando passei a trabalhar como pedagoga na rede pública de educação municipal da prefeitura de Americana, acompanhando as escolas de educação infantil que atendem as crianças do Assentamento Milton Santos que

considerei a possibilidade de pesquisar essa realidade. A convivência cotidiana com os estudantes e as conversas com as famílias me tornaram ainda mais próxima da comunidade, dos seus dilemas e das suas conquistas.

Em resumo, desde o início de minha juventude e ainda hoje, como militante da Pastoral da Juventude, tenho acompanhado alguns dos grupos da PJ da região, convivendo com muitas lideranças juvenis. Pelo seu amplo alcance com jovens nas mais diversas regiões do país e por suas opções pedagógicas,[1] a PJ vem, ao longo dos seus 40 anos, trabalhando em parceria com diferentes movimentos sociais e outras expressões juvenis para além das organizações juvenis da Igreja Católica. Esse diálogo não ocorre somente por meio da sua articulação nacional, mas também nos espaços locais, ou seja, nas comunidades, paróquias, regiões e estados. Em Americana não é diferente, e por essa razão sempre estive relativamente próxima dos moradores do Milton Santos, um dos coletivos da cidade. Esse contato com os jovens também faz parte das motivações que me levaram a ter interesse em pesquisar a experiência juvenil no assentamento. Através da observação e da convivência, foi possível, por meio desta pesquisa, interpelar alguns dos dilemas da juventude dessa realidade, estudando a temática aqui apresentada.

Na análise sobre as representações sociais dos jovens acerca de trabalho familiar e juventude nos assentamentos da região de Rio Preto (SP), Scopinho (2013) chama a atenção para a necessidade de considerar estudos que levem em conta a dinâmica reversa da saída do urbano para o rural. Para a autora, ainda são escassos os estudos que pretendem "... entender a problemática dos jovens que permanecem no campo e os estudos que analisam o movimento contrário, ou seja, a inserção de jovens em assentamentos rurais cujas famílias migraram da cidade para o campo em busca de melhores condições de sobrevivência" (p. 98).

Considerando que no Assentamento Milton Santos os jovens e suas famílias também fizeram esse percurso inverso, ou seja, deixaram a cidade e seguiram para o assentamento, esta pesquisa também pretende contribuir para a análise da perspectiva de migração reversa, do rural para o urbano, favorecendo a ampliação de estudos com esse perfil, ainda pouco explorados. Essa perspectiva de saída da cidade para o campo foi incentivada pelo projeto inicial do Assentamento Milton Santos de Comuna da Terra, criado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O projeto tem por objetivo atrair pessoas

[1] Somos Igreja Jovem (2012) Marco Referencial da Juventude (1997), Documento 85 da CNBB Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais (2007), dentre outros materiais, ajudarão a compreender a proposta educativa desta pastoral.

que vivem precariamente nos centros urbanos e que têm interesse em conquistar terra e moradia. A proposta ainda consiste na luta por implementação da reforma agrária tendo como incentivos a agroecologia e a proximidade com as cidades, o que poderia contribuir para o acesso a equipamentos infraestruturais como escolas, postos de saúde, transporte, entre outros, sem que isso acarrete mudanças em todas as estratégias do MST (GOLDFARB, 2007). A condição de morar em um assentamento próximo ao perímetro urbano pode contribuir para que os jovens não precisem migrar definitivamente para a cidade em busca de trabalho, que pode ocorrer no espaço do assentamento ou na região, porém isso não significa garantia de uma melhor inserção profissional.

Considerando essa realidade, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo por meio de observação de campo e entrevistas semiestruturadas com jovens de 15 a 26 anos.[2] Parto do pressuposto qualitativo, tendo em vista que: "É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais" (MARTINS H. 2004, p.292).

Ao estudar os sentidos do trabalho e da educação atribuídos pelos jovens do assentamento Milton Santos, ressalto que não houve respostas acabadas sobre essa realidade. Estudei alguns dos jovens do assentamento, e mesmo entre eles cada percurso é único: alguns possuem similaridades entre si, mas existem particularidades em cada experiência. Os desdobramentos da pesquisa serão discutidos nos próximos capítulos; o primeiro deles propõe a reflexão a partir das interfaces da juventude, do trabalho e da educação, tendo em vista o contexto do assentamento estudado, relacionando concepções teóricas e a realidade dos jovens do Assentamento Milton Santos, partindo do pressuposto da juventude como construção social e histórica.

No segundo capítulo, explicito o caminho metodológico, no qual procuro recuperar o processo de inserção no campo e como se deu a aproximação com os jovens. Apresento os estudos que contribuíram para compor as estratégias e concepções que melhor colaboram para analisar o debate aqui proposto. Faço ainda a exposição inicial dos perfis dos jovens, sistematizando algumas informações observadas e coletadas no campo.

---

[2] Embora não se tenha consenso sobre as idades dos jovens, pois as idades da vida são manipuláveis a depender do contexto histórico (PERALVA, 1997), no Brasil a faixa etária adotada pela Secretaria Nacional da Juventude para fins de políticas são: adolescentes jovens (15 a 17 anos), jovens – jovens (18 a 24 anos) e adultos jovens (25 a 29 anos). Esse foi um dos parâmetros na seleção dos entrevistados.

No terceiro capítulo, aprofundo as análises dos dados a partir dos sentidos da educação e do trabalho. Essa discussão permeou-se pela mobilidade que os jovens apresentam entre o campo e a cidade, demonstrando que não são rígidas as fronteiras entre rural e urbano. Por meio das narrativas juvenis cheguei a três agrupamentos que apresentaram discursos mais próximos, são eles: grupo 1: dificuldades em conciliar trabalho e estudo; grupo 2: dilemas da conciliação do trabalho, do estudo e da família; grupo 3: o estudo é prioridade.

Por fim apresento as conclusões que colaboram para produzir uma reflexão sobre a realidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras do assentamento Milton Santos. Fazer uma pesquisa pressupõe um movimento de escuta, de diálogo e de aprendizagem, ela não traz verdades absolutas, mas aponta tendências, e pode gerar novas perguntas, não esgotando o debate acerca da realidade estudada.

Se pudesse fazer uma analogia entre a pesquisa e a poesia, diria como Manoel Barros (2003) é preciso "escovar as palavras". Esse percurso por vezes se dá coletivamente, no campo, interagindo, observando, percebendo relações, por outras se dá de forma solitária, no pensamento, na indagação, na escrita, na reescrita e nas leituras, e assim chega-se ao texto "escovado", que são ideias e reflexões que só puderam ser compostas após um longo processo.

CAPÍTULO 1 – INTERFACES DA JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: A REALIDADE DE UM ASSENTAMENTO

Neste capítulo, apresento as interfaces da juventude, do trabalho e da educação, considerando o assentamento estudado e as relações que impactam essa realidade. Amparo-me nas concepções teóricas que colaboraram para esta pesquisa, tendo por pressuposto a juventude como construção social e histórica, trazendo algumas situações dos jovens no cenário brasileiro, de modo especial do campo.

*****

1.1 Juventude como construção social e histórica

O termo juventude é polissêmico, depende do momento histórico, da realidade social, enfim, do tempo e do contexto, portanto é necessário aprofundar seu exame, pois não se trata de um assunto que se explique por si só. "Juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas, é assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas" (ABRAMO, 2008, p.37).

Para Tartuce (2007), a juventude é diferente dos jovens, já que juventude é uma construção social, enquanto os jovens são sujeitos concretos que se aproximam ou não dessa imagem.

> A juventude é, pois, uma condição que será vivida conforme os distintos contextos socioestruturais e socioculturais e, dentro deles, conforme a posição social, o sexo, o próprio momento do ciclo de vida (ter 15 anos é diferente de ter 24) etc. Por outro lado, essa própria condição é também uma representação, ou seja, é revestida de valores que diferem historicamente conforme a cultura dominante. Da perspectiva sociológica, a juventude não pode, assim, ser definida apenas por critérios biológicos ou jurídicos, pois cada sociedade vê seus jovens de uma dada maneira, o que significa dizer que a juventude é uma construção social. A "juventude" é, portanto, diferente dos "jovens"; estes são concretos e se afastam ou se aproximam dessa imagem social construída, seja como fase da vida com determinados papéis e/ou como estilo de vida (idem, 2007, p. 95).

Para Dayrell (2014), a juventude é ao mesmo tempo uma representação e uma condição social. Sobre a representação, "assistimos a uma contínua produção e reprodução de imagens socialmente construídas em relação aos jovens, construindo estereótipos que tendem a aparecer como verdades" (p.17). A juventude na sociedade muitas vezes tem sido representada a partir de diferentes visões. Os jovens ora são apontados como problemáticos, sendo considerados delinquentes e violentos, ora como rebeldes, subversivos e revolucionários; são ainda definidos como um vir a ser, ou seja, os jovens também são caracterizados como futuro (ABRAMO, 1997 e 2005; DAYRELL, 2014; REGUILLO, 2012). Já o jovem em si se defronta com:

> ...marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bem econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim jovens como sujeitos que a experimentam e a sentem segundo um determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que cabe recorrer à noção de juventudes no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. (DAYRELL, 2014, p. 21).

Nesse mesmo sentido, para Margulis e Urresti (1998), a juventude não se apresenta igualmente a todos, pois as condições materiais e históricas influenciam suas vidas, portanto, não pode ser resumida a um debate sobre seus aspectos biológicos ou de idade. Para os autores, como toda categoria socialmente construída a juventude "...alude a fenómenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos en que toda producción social se desenvuelve" (p.16).

Seguindo as análises de Mannheim (1982), pode-se identificar em alguns contextos e momentos históricos questões comuns que perpassam a vida dos jovens, que não estão relacionadas ao simples fato de terem nascido no mesmo ano cronológico, como afirma o autor:

> O fato das pessoas nascerem ao mesmo tempo, ou que a sua juventude, maturidade, e velhice coincidem, não envolve por si só uma similaridade de situação; o que realmente cria uma situação comum é elas estarem em uma posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados etc. [...] Não é difícil perceber por que uma mesma contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum. [...] Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se significante sociologicamente

> apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais. (MANNHEIM, 1982, p.80)

Mesmo a idade não é um fenômeno puramente natural. As idades da vida precisam ser consideradas tendo em vista o contexto social e histórico, datado "... portanto, inseparável do lento processo de constituição da modernidade do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja, naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo" (PERALVA, 1997, p.15). Para a autora, isso não significa que em outros períodos históricos a juventude e a infância não tivessem tido assegurada a aprendizagem, mas isso se dava por meio da coexistência de jovens, crianças e adultos. Com a modernidade esse processo passou por uma atualização de sentidos: primeiro porque as famílias transformaram-se e atribuíram à escola também o papel educativo; segundo porque com o passar do tempo os jovens e as crianças já não eram tão inseridos no ambiente de trabalho[3] como os adultos. Processo que atingiu as classes mais altas e depois, ainda que parcialmente, os mais pobres, por meio das lutas sociais.

Para Abramo (2008), a juventude vista para além de fase de risco e também com extensão para outros setores que não só a classe média é uma situação mais recente, dado o aparecimento de novos atores juvenis que vieram a público principalmente por expressões ligadas à cultura, pois "Por muito tempo, pelo menos até os anos 1960 a visibilidade da juventude do Brasil ficou restrita aos jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil"[4] (p.38). Contudo, uma parcela significativa dos jovens no Brasil não pode contar com esse tempo destinado apenas à escola, típico da classe média; embora aumentando seus anos de escolaridade, os jovens tendem a conciliar estudos e trabalho, ou ainda abandonam a escola para trabalhar (OIT, 2009).

Margulis e Urresti (1996), ao relacionarem o tempo com a juventude, o analisam em dois sentidos, como moratória social e moratória vital. O primeiro permitiria aos jovens das camadas médias e altas postergar a entrada no universo do trabalho, por poderem contar

[3] Isso não significa que atualmente eliminou-se o trabalho infantil, as camadas populares desde muito cedo estão inseridas em situações de trabalho, porém ao longo do tempo esse contexto foi se regulamentando. Também a escolarização ainda hoje não é acessível a todos no Brasil, muitos jovens em idade escolar estão fora da escola (OIT, 2011).

[4] Condição juvenil "Do latim, conditio refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, ao modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (DAYRELL, 2009, p. 1.108)

com menores obrigações financeiras junto às famílias; o segundo permitiria aos jovens independentemente da classe social ter um crédito temporal maior que os mais velhos, sendo a condição juvenil influenciada por esses dois aspectos.

> Presenta diferentes modalidades según la incidencia de una serie de variables. Las modalidades sociales del ser joven dependen de la edad, la generación, el crédito vital, la clase social, el marco institucional y el género. No se manifiesta de la misma manera si se es de clase popular o no, lo que implica que los recursos que brinda la moratoria social no están distribuidos de manera simétrica entre los diversos sectores sociales (MARGULIS; URRESTI, 1996, p.10).

Contudo, pode-se dizer que a moratória juvenil hoje "... tem menos o sentido de 'suspensão' e 'espera' para poder realizar melhor as coisas no futuro, quando forem adultos; é mais uma noção de uma possibilidade de vivência e experimentação diferenciada" (ABRAMO, 2008, p.69). Os jovens podem viver sua condição juvenil trabalhando e estudando, e ainda que as condições de trabalho tenham que ser repensadas, bem como a relação do jovem com a escola, é possível afirmar que o trabalho faz a juventude (SPOSITO, 2008).

> Normalmente se percebe o jovem apenas na sua condição de estudante. Mas quando se observa o conjunto da população juvenil brasileira, em relação à sua condição de atividade, nota-se que ela está mais presente no mundo do trabalho (74%, sendo que 53% trabalha e 21% procura trabalho) do que na escola (37%) [...] É importante anotar também que mais de um quinto desses jovens vivem conjuntamente os dois mundos, ao conciliar escola e trabalho (14%) ou ao procurar trabalho enquanto estuda (8%) (ABRAMO et al, 2013. p.16).

A presença do trabalho também é expressiva na realidade do Assentamento Milton Santos. Nesse espaço identifiquei que esses jovens trabalham e muito, desde cedo colaboram com suas famílias, muitos inclusive fazem grandes sacrifícios para estudarem na cidade, trabalharem na horta e muitas vezes trabalharem na cidade também. As jovens mulheres mães, por sua vez, suportam uma sobrecarga de trabalho, pois têm acrescida em seu cotidiano uma grande responsabilidade para com os filhos; há ainda os que abandonaram os estudos, os que estudam por meio do EJA – Educação de Jovens e Adultos, e aqueles vinculados a programas de estudos para o campo como o Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Essas e outras questões serão aprofundadas no decorrer dos capítulos, mas é importante ressaltar que, a exemplo dos demais jovens brasileiros, o trabalho marca os jovens desta pesquisa.

Considerando especialmente os jovens do campo, é possível perceber que eles são sujeitos de múltiplos pertencimentos, são "agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos povos do campo brasileiro" (SILVA JUNIOR; BORGES NETTO, 2011, p.52). Ao mesmo tempo em que também enfrentam alguns problemas comuns, tais como o acesso e a qualidade dos empregos, de escolas principalmente próximas da residência, o que exige uma análise mais aprofundada para a compreensão das diferentes realidades e de suas especificidades.

Embora a juventude do campo tenha sido por muito tempo tematizada pelos estudos acadêmicos predominantemente pelo "problema" da migração, é possível evidenciar outros aspectos da condição juvenil do campo, para além do êxodo rural. Ao longo da história, os jovens do campo também se constituíram como atores políticos, mostrando sua organização, e rompendo com a imagem de apenas "filhos de agricultores". No decorrer dos anos 2000, observa-se um intenso processo organizativo dos jovens do campo, tanto nos movimentos sindicais – na Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e na Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar –, como nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil (no MST, no MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, no MMC – Movimento de Mulheres Camponesas e no MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens). Ou ainda em organizações coletivas já consolidadas, tais como a Pastoral da Juventude Rural (CASTRO, 2009. p.62). No próprio assentamento Milton Santos, é possível identificar jovens vinculados a organizações juvenis, bem como os que participam da vida do assentamento.

Não tenho a pretensão de fazer um balanço sobre todos os estudos de jovens do campo, porém é possível perceber uma diversidade de temáticas que discutem essa realidade, entre elas: os jovens inseridos no contexto das novas ruralidades e a interação entre campo e cidade (CARNEIRO, 1998); jovens de assentamentos (SCOPINHO, 2013); o engajamento político da juventude (CASTRO, 2009); as trajetórias dos jovens na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2007) e a socialização juvenil em pequenos municípios (ALVES, 2013), entre outras. Dessa forma percebe-se a ampliação dos estudos no campo, como: juventude e educação rural; juventude, identidades e ação coletiva; juventude rural e inserção no trabalho e juventude e reprodução social na agricultura familiar (WISHEIMER, 2005).

Este estudo considera a juventude a partir da construção social e histórica e tem em vista os jovens como sujeitos de direitos (NOVAES, 2009, 2007; ABRAMO, 2005), ou

seja, em uma perspectiva que reivindica que essa categoria amplie suas demandas na agenda pública, observando o que Weisheimer (2005) apresenta:

> Não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão. (p. 8)

Concordamos com o autor quando ele diz que muitos jovens do campo não gozam dos direitos de cidadania em sua plenitude, porém essa não é uma problemática específica do campo: as mulheres, os negros, os urbanos e a juventude nas suas diferentes especificidades têm problematizado demandas comuns e demandas próprias, na busca da efetivação da sua cidadania. Desde a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ[5] em 2005, da instituição do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, também em 2005, bem como por meio das Conferências Nacionais de Juventude, ficaram mais evidenciadas as pautas das lutas dos jovens. A recente aprovação do Estatuto da Juventude[6] evidencia os avanços na legislação ao prever um Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve; entretanto, é preciso que esses avanços passem a ser incorporados na prática.

Scopinho (2013) realizou um levantamento documental para identificar o investimento institucional em políticas públicas para jovens rurais. Ela verificou que os jovens do campo brasileiro estão sendo assistidos por um conjunto de ministérios, estando a maioria das ações sob a responsabilidade do Ministério da Educação – MEC com ou sem outras parcerias governamentais, seguido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Para a autora, mesmo com as facilidades da internet, não foi tarefa simples realizar esse levantamento, pois os materiais continham informações superficiais com o viés de propagandas ou eram relatórios extremamente técnicos, mas no geral não apresentavam indicadores de melhoria da vida dos jovens e nem todos continham a concepção de juventude que os amparava. Parte dos dados também foi obtida pelo estudo de Castro (2009),

[5] A luta da juventude, organizada em diferentes articulações juvenis, colaborou para a criação da Lei 11.129 de junho de 2005 que criou a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, o Conselho Nacional de Juventude - Conjuve e o Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens..

[6] A Lei 12.852 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve.

verificando que a educação é o maior alvo de investimento, principalmente a educação de jovens e adultos. Sobre a temática aqui estudada, educação e trabalho, a autora aponta:

> ...a integração entre EJA e profissionalização tem sido a tônica dos programas governamentais de assistência educacional ao jovem rural. A meu ver esse é um indicador que a política educacional para o jovem rural tem sido de natureza paliativa porque apenas procura recuperar o prejuízo histórico da falta de acesso da população do campo à educação. De fato, de um lado, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo para terem acesso à educação e, de outro, a crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo tornam ainda mais remota a possibilidade do jovem rural ter acesso ao trabalho, seja no campo ou na cidade (SCOPINHO, 2013. p.109).
>
> Esta breve caracterização dos programas mostra que a política para jovens rurais tem como investimento prioritário a educação e a qualificação profissional. Os dois únicos programas dedicados à oferta de oportunidades de trabalho rural (Nossa Primeira Terra e o Pronaf jovem[7]) são recentes e na verdade são programas de concessão de crédito. A validade dessas medidas como forma de gerar trabalho e renda e fixar o jovem no campo é discutível porque o montante de créditos ofertado para aquisição de terras é insumos é muito baixa, o acesso é burocrático e a exigência da mediação da família ou entidades sociais não resolve o problema da dependência juvenil. Como resultado pode se cogitar o endividamento precoce, o que compromete futuros investimentos (SCOPINHO, 2013, p.112).

Esse cenário desafia o poder público a garantir políticas mais efetivas aos jovens do campo. Mesmo que esta pesquisa não faça a análise de uma política pública, ou apresente especificamente uma proposta diretiva nesse sentido, ela poderá contribuir para reforçar a necessidade de um conjunto de ações dirigidas aos jovens do campo, considerando a sua realidade e defendendo a participação desse segmento no cenário político, espaço onde é possível implementar ações que de fato atendam às suas necessidades. O fundamental para compreender a juventude como categoria sociológica é não reduzi-la a princípios naturais, ao contrário: ela estabelece relações com a sociedade pelas quais interage com a história e com a cultura, por meio das relações sociais (WEISHEIMER, 2007).

O balanço do Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado em 2006 no Rio de Janeiro, aponta para algumas questões inerentes aos jovens do campo, permitindo pensar quem são os jovens rurais e quais são as demandas que têm se mostrado mais significativas em sua realidade. Os resultados do seminário evidenciaram a persistência de algumas questões relevantes para este trabalho e que merecem ser aqui consideradas. Mesmo com o crescimento dos estudos sobre juventude, o jovem do campo permanece como uma

[7] Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

categoria minoritária na temática juventude; a dicotomia entre campo e cidade ainda marca e hierarquiza, em alguns casos, a experiência da juventude do campo; muitos jovens que se identificam como rurais ainda são desqualificados e vistos como inferiores. Somadas a esses aspectos, as lutas pelo acesso a terra e melhores condições de vida persistem como desafios: em muitos lugares falta água, luz, estradas, escolas, transportes etc. As preocupações com o trabalho e a dificuldade em acessar a escola, ainda que esta seja bastante valorizada, são muito presentes, e as demandas por melhor educação e por melhor trabalho também emergem como prioritárias (CASTRO, 2007).

Um marco nas investigações foi a Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros (ABRAMO et al., 2013), que teve por objetivo levantar questões da juventude brasileira de forma ampla e abrangente, acompanhando tendências, opiniões, demandas por políticas públicas e perceber a ressonância de respostas em curso, somando-se à pesquisa do Projeto Juventude de 2003, publicada em 2005 (ABRAMO; BRANCO, 2005). Após valer-se de uma amostra[8] de 3.300 entrevistas, distribuídas por 187 municípios de diferentes localizações geográficas (capital, interior, áreas urbanas e rurais), a segunda pesquisa apontou de modo geral, nas áreas de educação e trabalho, que 37% dos jovens estudam, 33% pararam e 29% terminaram os estudos, sendo que um em cada quatro jovens (25%) tem seus estudos limitados ao Ensino Fundamental (completo ou incompleto); portanto, embora os dados revelem que essa é uma geração de jovens bem mais escolarizada, a escolarização continua a ser um desafio. Quanto ao trabalho, ainda de modo geral, 53% dos jovens fazem algum trabalho remunerado e 47% não realizam nenhum tipo de trabalho remunerado; entre os que trabalham, quase a metade o faz cumprindo uma jornada com mais de 40 horas semanais, e a experiência de trabalho faz parte da vida de quatro em cada cinco jovens entrevistados. Portanto, pode-se afirmar que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora.

Ao considerarmos as análises dos jovens do campo, a Pesquisa Nacional sobre o perfil dos jovens brasileiros (ABRAMO et al., 2013) indica que a preocupação com a educação e com o trabalho (especialmente na forma de emprego) tem-se destacado como

[8] A Política Nacional de Juventude define faixas etárias para o jovem – o indivíduo que se encontra entre 15 a 29 anos –, divididas em subcategorias: adolescentes - jovens (15 a 17 anos), jovens – jovens (18 a 24 anos) e adultos jovens (25 a 29 anos). Essas mesmas faixas etárias foram selecionadas na pesquisa. Nesta dissertação, o jovem mais novo tinha 15 anos e a mais velha tinha 26 anos; a seleção se deu basicamente por meio da indicação dos próprios jovens ou dos moradores do assentamento, que apontavam as casas que tinham moradores jovens.

relevante para os jovens do Brasil, especialmente para jovens de mais baixa renda e moradores das áreas rurais. O trabalho/emprego aparece como segundo principal problema que deve ser enfrentado, perdendo apenas para a questão da violência: em 2003, 26% dos jovens brasileiros estavam preocupados com essa questão; em 2013, embora essa porcentagem tenha caído para 19%, ela persiste em segundo lugar no conjunto das preocupações juvenis. Considerando os jovens rurais, no ano de 2013, 26% deles apontavam como principal problema o trabalho, contra 18% dos jovens moradores de áreas urbanas. As diferenças de território também marcam o ingresso precoce no mundo do trabalho: viver no campo aumenta as chances de essa ocorrência se dar antes dos 15 anos. A falta de experiência como fator dificultador é expressiva tanto entre os jovens urbanos (44%), como no caso dos jovens rurais (36%), seguida pela distância. Esta foi citada pelos dois grupos, sendo que para os jovens rurais a distância tem um peso maior (28%) do que para os jovens urbanos (22%).

Apesar de todas as dificuldades no mundo do trabalho e da educação, os jovens não atribuem apenas aspectos negativos à escola e ao emprego. Para Giddens (2005), o trabalho tem diferentes sentidos, como meio de satisfazer necessidades por meio da valorização do salário, como oportunidade de contatos sociais, como forma de aprendizagem para desenvolver aptidões, entre outras possibilidades. Para Sarti (2011), os valores do trabalho reconhecidos pelos trabalhadores envolvem referências diversas do que somente o valor produtivista mercantil do mundo capitalista.

Para Guimarães (2008), o trabalho para os trabalhadores confere sentidos e orienta suas percepções, "por isso mesmo, o âmbito do trabalho é o locus da produção de bens de serviços, e simultaneamente o lócus da produção de ideias, de representações e simbolizações que informam, são ambos condição de possibilidades que informam..." (p.152).

Nesse sentido, considerando a diversidade de olhares que podem ser produzidos a partir dos diferentes contextos e experiências, os arranjos no contexto de assentamento também produzem diferentes interpretações, portanto vamos aprofundar a seguir um pouco mais o contexto do trabalho no campo, considerando a realidade estudada.

1.2 O cenário do trabalho na realidade estudada

No Brasil, como já explicitado, o cenário do trabalho no campo desenvolve diferentes perspectivas, desde a produção de alimentos por meio da agricultura familiar, ou ainda a produção de alimentos sobretudo realizada por empresas em larga escala, em grande

medida por meio de monoculturas. Nesse contexto também há indústrias que produzem bens não alimentares como, por exemplo, o álcool, havendo uma forte dominação econômica agroindustrial no controle de máquinas, fertilizantes e sementes, o que gera grandes dificuldades para a sobrevivência dos pequenos trabalhadores rurais. Porém, é possível observar outras realidades que possibilitam um ganho financeiro à população do campo, como o turismo, a venda de doces, de flores, estando entre elas o acesso a emprego em empresas que não possuem postos tipicamente rurais.

A diversidade de áreas e ramos para o trabalho no espaço rural culmina em diferentes formas de se inserir como trabalhador nesse dinâmica, muitas delas marcadas por exclusões, a depender do sexo, da classe social e da etnia. Porém, o trabalho assalariado, mesmo que identificado pelo trabalhador como emprego ou forma de ganhar um salário, pois no modo de produção capitalista, tem-se em vista a associação geralmente a uma remuneração, não é a única forma de existência do trabalho: temos o trabalho doméstico, o trabalho voluntário, cooperativo etc. (CORROCHANO, 2014).

No Estado de São Paulo é muito comum o cenário rural marcado pela produção de cana-de-açúcar; seu plantio corresponde a 5,3 milhões de hectares de áreas cultivadas, sendo que a região de Campinas, onde está localizado o Assentamento Milton Santos, produz a terceira maior safra do estado. A região destaca-se como um dos redutos paulistas da produção canavieira, o que vem substituindo e limitando outras formas do uso da terra. Chama a atenção que "No caso de São Paulo, a estrutura de poder em torno do agronegócio é ainda mais pujante do ponto de vista econômico, dado o seu grau de agroindustrialização. No estado, os setores tradicionais do agronegócio alinham-se estritamente ao setor industrial" (IPEA, 2013, p.47).

Outros dados apresentados pelo IPEA (2013) revelam que o crédito para o setor da agricultura centra boa parte dos investimentos na produção de cana-de-açúcar, laranja e eucaliptos, consumindo 66,1% dos valores de financiamento do Estado, "ou seja, a concentração do financiamento no setor comercial reproduz a mesma lógica da concentração da propriedade da terra: retirando-se estes três produtos – cana, laranja e eucalipto –, todo o crédito restante foi repartido entre, no mínimo, 98 diferentes culturas" (IPEA, 2013, p.58).

Esses dados demonstram as dificuldades vividas pela agricultura familiar, que é responsável por parte do trabalho no campo e produção dos alimentos básicos no país (CARVALHO, 2011). Para ter melhores possibilidades de comercialização da produção, no Assentamento Milton Santos algumas famílias se articulam por meio da Associação

Acoterra,[9] produzindo alimentos agroecológicos.[10] Inserido na política pública federal do PAA[11] – Programa de Aquisição de Alimentos, o entorno do assentamento tem sido movimentado por relações próximas, podendo ser incorporado sob a perspectiva dos CCP – Circuitos Curtos de Proximidade. Estes permitem estabelecer relações entre atores próximos, que irão consumir os alimentos conhecendo a procedência e a qualidade dos mesmos, o que possibilita a melhora da alimentação com produtos diversificados e saudáveis (MORUZZI MARQUES; MOAL; ANDRADE, 2014).

No campo muitas vezes não há uma relação salarial típica da compra e venda da força de trabalho, pois a agricultura familiar se apoia na reprodução social da família. "O eixo central da diferença fundamenta-se na ideia de que, na agricultura familiar, o trabalho assalariado não é predominante" (MORUZZI, 2004, p. 18). Porém, por mais relevante que seja observar esses elementos, nesta pesquisa não será suficiente focalizar apenas a agricultura junto à família, pois os jovens moradores rurais não restringem somente suas atividades àquelas tratadas nesse universo. Observamos que "Nas regiões, onde a implementação de indústrias, inclusive de agroindústrias e de serviços se interiorizou, os jovens do campo podem ter a possibilidade de acessar empregos não agrícolas, nas proximidades do local de residência" (WANDERLEY, 2013, p. 87). Contudo, o fato de poderem conseguir empregos fora do assentamento, para alguns jovens não significou o abandono total da agricultura junto à família. Essas características podem ser consideradas pluriativas.

> Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso, para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. A pluriatividade pode ainda adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois o exercício de atividades não agrícolas acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou

[9] Acoterra - Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista.

[10] Sobre agroecologia, indico a dissertação de mestrado de André Iamamoto (2005). O autor recupera a história do termo, as contradições e faz uma análise a partir dos autores do conceito em Miguel Altieri e Sevilla Guzmán.

[11] Embora essa organização do Assentamento Milton Santos não esteja diretamente ligada ao mercado, por ser mediada por uma política pública que entrega alimentos para entidades da região e escolas, essa é uma situação muito sazonal. Os assentados reclamam dos trâmites burocráticos com o governo, além de expressarem a dificuldade de conseguirem as verbas, que muitas vezes atrasam, bem como ainda relatam as próprias dificuldades de interação das famílias, que muitas vezes discutem entre si sobre a gestão desse processo junto ao poder público.

> posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e das tendências de tais fenômenos (SCHNEIDER, 2001, p. 164).

A própria unidade de trabalho da família, para além da busca de empregos fora do lote, pode apresentar diversificação da produção que não se resume à venda de produtos agrícolas. Trata-se de atividades como turismo por meio da valorização da natureza local, vendas de doces, piscicultura etc. Para Graziano da Silva et al. (2002), essas atividades se englobam dentro do cenário do "novo" rural,[12] ou seja, o mundo rural é maior do que o agrícola. Para Rodrigues (2006), "mais recentemente o discurso do novo rural, que não era tão novo assim, tem dado lugar ao das novas ruralidades" (p.60). As novas ruralidades vão além da consideração das atividades não agrícolas, elas têm em vista a construção social e a identidade rural.

No assentamento Milton Santos observa-se que a maior parte da geração de renda não se dá pela exploração das novas atividades rurais como exploração do turismo, apicultura, piscicultura etc. Os percursos pluriativos dos jovens estão entre o trabalho na agricultura familiar e os empregos localizados fora do assentamento, sendo realizados na indústria, comércio e setor de serviços em geral. Mas também encontramos jovens que se dedicam exclusivamente a outros trabalhos, ou ainda que estão desempregados e não colaboram no lote familiar nem mesmo esporadicamente. Há ainda os jovens que se dedicam exclusivamente à agricultura.

Ao considerarmos o cenário do campo, além da pluriatividade, pode-se perceber as influências das novas tecnologias. Atualmente, estamos vivendo o que alguns autores chamam de 3ª Revolução Industrial,[13] cujas inovações tecnológicas permitem o aumento da

---

[12] O termo novo foi colocado entre aspas, pois o autor considera que muitas dessas atividades são seculares no país, apenas não tinham até recentemente sido valorizadas. Os estudos sobre o "novo rural" fazem parte do projeto rurbano, " iniciativa acadêmica surgida em 1997, que, até o presente momento, representa o mais importante esforço orientado a quantificar o fenômeno da pluriatividade no País e outras mudanças no campo. Esse projeto de investigação situa esse fenômeno no marco das grandes transformações que experimenta a sociedade rural brasileira, destacando principalmente as mudanças produzidas na estrutura das ocupações e no mercado de trabalho, assim como o crescente protagonismo das atividades extra-agrícolas nos processos de reprodução social das famílias rurais" (ANJOS, 2003. p. 20).

[13] A 1ª. Revolução Industrial trouxe ao setor produtivo novidades tais como o tear mecânico, a máquina de fiar e as máquinas a vapor, e caracterizou-se por propiciar aos indivíduos um trabalho que não se limitava apenas à terra. A 2ª. Revolução Industrial incorporou a eletricidade, o petróleo, o motor a explosão, a química. Embora alguns autores apontem para uma 3ª. Revolução Industrial, ainda não se descobriu uma nova fonte de energia que pudesse substituir a eletricidade. No entanto as novas tecnologias microeletrônicas configuram uma

produtividade. Entretanto, temos um cenário que introduz a tecnologia, sem superar a exploração e a desigualdade social. “A priori, fazer mais coisas com menos esforço não parece um problema, e sim uma solução. No entanto, na ausência das mudanças institucionais correspondentes, a tecnologia termina por privilegiar minorias...” (DOWBOR, 2001, p.7). Ou seja, essas inovações não são sinônimas de igualdade, pois o domínio da riqueza produzida apoiada pelo trabalho por meio das ferramentas tecnológicas não é socializado, mas centrado nas mãos dos donos do meio de produção. Em si a tecnologia não é ruim, porém quando é colocada a favor da exploração do trabalhador ajuda a perpetuar relações desiguais.

As novas tecnologias também geraram novos conhecimentos, nesse sentido o conhecimento também deveria ser democratizado, de forma que o povo conquistasse também o domínio das técnicas, caso contrário o saber, aliado aos meios de produção, continuará a servir o capital: “A democratização exigida, pois, não é somente a do acesso, mas também da produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista” (CALDART, 2010, p.112).

No campo, o processo de modernização associado ao uso das novas tecnologias começa a ser impulsionado com a Revolução verde, no pós-guerra, e vai se fortalecendo durante os períodos da décadas de 1960 e 1970, apoiando-se fortemente na quimicação (adubos, pesticidas e herbicidas) para potencializar a produção agrícola (TOLENTINO, 2014). Entretanto, nem todo trabalhador rural conseguiu ter acesso ao maquinário, ficando limitada aos ricos ruralistas a utilização dessas novas ferramentas tecnológicas. Esse movimento ficou amplamente conhecido por “modernização conservadora”, porque não alterou a estrutura fundiária e nem as relações de poder no campo. No Brasil, à diferença do que ocorreu em alguns outros países, como o México e a França, não houve modificações na estrutura agrária, tendo em vista o não enfraquecimento das grandes propriedades rurais**.** **(**WEISHEIMER, 2013).

A “modernização conservadora” sofreu uma estagnação na década de 1980, com a redemocratização do país. Pequenos proprietários, trabalhadores temporários e trabalhadores rurais sem terra intensificaram sua capacidade de organização, tentando modificar o modelo desse contexto, lutando pela reforma agrária; entretanto, na prática, o que pôde ser percebido

---

novidade por libertar os homens dos próprios limites impostos pela natureza e por suas próprias condições físicas (MATTOSO; POCHMANN, 1995).

foi "...um período de ajustamento do Brasil à ordem neoliberal, predominante na escala mundial. E no caso do campo brasileiro, passado o período de estagnação, ocorreu uma retomada do seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do chamado agronegócio" (MAFORD, 2013).

> Nos anos 1990-2000, emerge uma nova agricultura, resultante das modificações estruturais trazidas pela crise econômica e de financiamento para agricultura, reflexo da dívida externa nos anos 1980 e da abertura neoliberal do mercado nos anos 1990. O termo para empregar esse processo produtivo agroindustrial nessa fase do capitalismo brasileiro foi o de agronegócio, tropicalização do termo agribusiness empregado nos Estados Unidos desde os anos 1950 [...] O termo agronegócio designa em uma versão crítica, a articulação da técnica, política e econômica dos elementos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e da produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional, em uma dinâmica de abertura de mercados e globalização neoliberal da economia. Portanto, é um conceito que reúne mais do que apenas aspectos técnicos e de organização da cadeia produtiva. Representa as relações econômicas e políticas, de coordenação do processo produtivo e também de disputa pela hegemonia em relação as políticas públicas relacionadas no setor (CHRISTOFFI, 2012, p.76).

Já na década de 1990, o Brasil passou por uma realidade de desemprego estrutural. Matoso (1999) discutiu como se perderam milhões de empregos nesse período, observando uma grande precariedade nas atividades laborais que então podia ser identificada "...pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial", enfim, pelo que se costuma chamar de bico "Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria" (MATOSO, 1999. p.8).

Muitos problemas persistem ainda hoje ao relacionarmos juventude, trabalho e educação. O cenário de recuperação do emprego formal a partir dos anos 2000 não beneficiou da mesma forma os jovens e os adultos, os jovens continuam figurando o grupo mais desempregado e embora apresentem maior escolaridade, ela não pode ser considerada alta se observarmos os padrões internacionais. É importante destacar ainda que os jovens, pobres, negros, que vivem no campo e nas regiões Norte e Nordeste possuem maiores dificuldade para terem uma trajetória decente de trabalho.[14] (OIT, 2009).

[14] Na perspectiva da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a juventude, se estabelecem quatro eixos prioritários: educação; conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; inserção ativa e digna no mundo do trabalho e promoção do diálogo social (CORROCHANO, 2014).

Deve-se considerar ainda que ao falar-se de precarização do trabalho hoje, não se trata apenas da ausência do vínculo formal, ou mais comumente, do registro em carteira, mas, para além da perspectiva da ausência da proteção social, a qualidade do trabalho também deve ser considerada. É o que nos apresentam Cattani e Holzmann, que definem a precarização como: "a ausência ou redução da ordem social regionalizada de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade" (CATTANI; HOLZMANN, 2006; p.203). Em consonância com o que define Hirata (2009) a seguir:

> A partir de pesquisas analisadas no âmbito internacional é possível apresentar indicadores do trabalho precário:
>
> 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras etc.);
> 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário;
> 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego (p. 26).

Para Andrietta (2013), "O Estado de São Paulo, por ser bastante industrializado e urbanizado, esconde sua realidade rural, especialmente a situação dos trabalhadores jovens" (p.1). Esses jovens estão inseridos de diferentes formas no mundo do trabalho (agricultura, cooperativas, indústrias etc.) e, apesar das transformações no trabalho, persistem situações penosas no campo, sobretudo no que se refere ao corte de cana, contexto esse muito presente no cenário paulista.[15] Trata-se de um ambiente de trabalho desumanizado, a convivência com cortes manuais e mecanizados impõe um ritmo de excessivo vigor, com preferência para os profissionais mais novos, que desafiam seus limites físicos para assegurar a produtividade esperada. Essa organização de trabalho também gera contratos temporais, priorizando migrantes que vivem em casas ou alojamentos alugados pelos empregados, sob o controle do empresário, que tem seus funcionários totalmente voltados para o trabalho; além disso, o desejo de "ser alguém na vida" parece motivar esses jovens para que enfrentem a disciplina

[15] Os jovens do assentamento Milton Santos não são cortadores de cana, contudo, aos estudar os jovens em contexto rural, chama a atenção a persistência desse trabalho degradante, mesmo com toda a tecnologia que foi incorporada ao cenário produtivo.

do trabalho, pois a enxergam como um meio muito significativo para realizarem seus projetos pessoais e familiares (NOVAES, J. et al., 2007).

No campo é expressivo o percentual de empregos temporários, a sazonalidade da produção devido aos diferentes tempos de cultivo e plantação gera trabalhos por empreitas, com prazos de contratos curtos e muitas vezes informais, sendo as formas de pagamento bastante variadas (por safra, por arroba, por diária, por tonéis etc.), e os ganhos nessas realidades muito inconstantes. A terceirização da mão de obra é antiga no meio rural, o "gato" agenciador desse processo é muito comum para o intermédio da subcontratação, sendo elevados ainda os acidentes de trabalho ocorridos como consequência da intoxicação por agrotóxicos (DIEESE, 2014).

> No Brasil, a terceirização está presente dos pequenos negócios rurais às grandes empresas. Atividades como a silvicultura (carvoejamento, florestamento e reflorestamento), a cultura de cana-de-açúcar (produção e fornecimento de mudas de cana-de-açúcar) e usina de álcool (corte e plantio da cana-de-açúcar) e a indústria de celulose (plantio, adubação, capina manual, capina química e aplicação de formicida, corte utilizando máquinas manuais, baldeio e corte de eucalipto) são exemplos atuais de terceirização na atividade-fim das empresas, apurados pela Justiça do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho (idem, 2014, p. 25).

Ao lado das condições estruturais que influenciam a vida dos jovens, outras variáveis também podem motivar as razões para a procura de outros trabalhos que não na agricultura junto à família; algumas dessas razões podem levar inclusive à saída do assentamento. Encarar o trabalho com a terra como algo pesado ou inferior, condições de acesso à herança da terra, a proximidade com a família, a expectativa depositada na busca de um melhor emprego na cidade, a conclusão dos estudos fora do ambiente rural que carece de escolas, sobretudo no ensino médio e superior ou ainda, especialmente no caso das mulheres, o reconhecimento para além da condição de esposas ou mães, são diferentes motivações que podem estar presentes na realidade da juventude do campo (FERREIRA; ALVES, 2009; CARNEIRO, 2008a).

1.3 O cenário da educação na realidade estudada

Para Arendt (2005), "a essência da educação é a natalidade, o fato de que os seres nascem para o mundo" (p.223). Com isso temos a possibilidade de estabelecer uma relação entre os que estão no mundo e os que se apresentam como novidade, portanto "a educação é

assim o ponto em que se decide, se ama suficientemente o mundo para assumir a responsabilidade sobre ele" (p.253). Trata-se da responsabilidade do mundo adulto sobre as gerações vindouras.

A educação é uma dimensão presente na vida das pessoas de múltiplas formas, seja assumida em ambientes escolares, seja em ambientes não escolares, tais como: sindicatos, igrejas, movimentos sociais, em diferentes esferas e contextos. Assim, a educação não é mera adaptação, caminhando na busca de dar sentido ao que somos enquanto humanidade, na perspectiva de Freire (1969):

> A concepção humanista e libertadora da educação, ao contrário, jamais dicotomiza o homem do mundo. Em lugar de negar, afirma e se baseia na realidade permanentemente mutável. Não só respeita a vocação ontológica do homem de ser mais, como se encaminha para esse objetivo. Estimula a criatividade humana. Tem do saber uma visão crítica; sabe que todo o saber se encontra submetido a condicionamentos histórico-sociológicos. Sabe que não há saber sem a busca inquieta, sem a aventura do risco de criar. Reconhece que o homem se faz homem na medida em que, no processo de sua hominização até sua humanização, é capaz de admirar o mundo. É capaz de, desprendendo-se dele, conservar-se nele e com ele; e, objetivando-o, transformá-lo. Sabe que é precisamente porque pode transformar o mundo que o homem é o ser da práxis ou um ser que é práxis. Reconhece o homem como um ser histórico. Desmistifica a realidade, razão por que não teme a sua desocultação. Em lugar do homem-coisa adaptável, luta pelo homem-pessoa transformador do mundo. Ama a vida em seu devenir. É biófila e não necrófila (p.130).

Ainda que seja evidente que falar de educação não se resume à escola, esta também tem sua responsabilidade nesse processo. Mesmo não cabendo somente a ela a responsabilidade da interação com o mundo, pensar o seu papel na formação da juventude é tarefa posta também para as instituições educativas. Entretanto, ao falar em educação em um assentamento, é preciso ter em vista a multiplicidade de saberes que emergem da luta social pela terra e da experiência de se viver nele, portanto a educação é uma relação entre os homens e as mulheres, amparados pela sua experiência histórica e cultural.

No Brasil os jovens estão configurando uma geração mais escolarizada que seus pais (SPOSITO, 2008; ABRAMO et al., 2013). As próprias Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) apontam que está chegando à educação formal uma diversidade de públicos, antes fora da escola, revelando que esse é um espaço importante na sociedade, mesmo que ainda apresente uma dinâmica de contradições. Contudo, ressalto que mesmo com o aumento da escolaridade, não se configurou o desligamento dos jovens do mundo do trabalho. "Assim, para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem

ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo da vida e as condições sociais que lhes permitem viver a condição juvenil" (SPOSITO, 2008. p.106).

Nessa perspectiva, o modelo de escolarização como preparação de entrada dos jovens mais tarde no mundo do trabalho não corresponde à realidade brasileira, sobretudo tendo em vista as classes populares. "Para aqueles que podiam ascender a níveis maiores de qualificação, a educação era entendida como uma etapa anterior à inserção no mundo do trabalho, que garantia a ocupação de posições de relativa estabilidade e remuneração. Hoje verificamos o estilhaçar dessa lógica de linearidade" (SOEIRO, 2012. p.134).

O encontro com os jovens moradores do Assentamento Milton Santos revelou essas idas e vindas na relação escola e trabalho, sendo que suas experiências de ensino escolar estão divididas entre uma minoria que está concluindo os estudos no Ensino Médio regular ou terminou a graduação e uma maioria de jovens que tem muito presente a evasão da escola e a retenção. A EJA acaba por constituir-se em uma alternativa para o retorno à escola. A distorção entre idade e série, o histórico de retenções e os percursos interrompidos de escolarização levam este grupo a considerar essa a melhor alternativa, quando não a única.

Embora a EJA[16] possa ser assumida como espaço de direito, respeitando a condição dos seus alunos, é inquietante observar que o vínculo com a educação de jovens e adultos feita pela juventude desta pesquisa está entrelaçado com um processo educativo passado que não os acolheu, e com uma vivência presente de uma escola que acreditam poder conferir-lhes uma certificação na busca de um emprego melhor, visto que a maioria dos jovens partilhou que um dos motivos do desejo de estudar é conseguir um diploma.

A crescente juvenilização da EJA desencadeada a partir da década de 1980, fez com que esse espaço passasse a ser frequentado por jovens que não tiveram êxito em suas trajetórias escolares anteriores, tendo em vista a regularização do fluxo escolar. Porém, a

[16] Com a Constituição de 1988, a educação passou a ser assumida como direito de todos, prevendo-se o acesso à educação mesmo para os que não o tivessem feito na idade prevista pela legislação, bem como a erradicação do analfabetismo. Considerando a perspectiva do direito com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), a Educação de Jovens e Adultos foi inserida como modalidade da educação básica, o que colabora para que ela não seja vista como um processo educativo paralelo e compensatório, ainda que nos dias de hoje não se tenha superado totalmente essa visão. Contudo, persistem muitas dificuldades educativas a serem enfrentadas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (parecer CNE/CEB nº. 11/2000), a EJA não se reduz somente ao processo de alfabetização; entretanto, ainda não foi erradicado o analfabetismo no país. Dados do IBGE (2010) informam que temos 9,6% da população no Brasil – quase 14 milhões de pessoas – acima de 15 anos que não sabem ler e escrever, havendo diferenças regionais e territoriais (campo e cidade), num quadro em que o Norte e o Nordeste aparecem com os maiores percentuais.

perspectiva de democratizar as oportunidades formativas acaba sendo comprometida, na medida em que a EJA acabou sendo identificada como meio de aceleração dos estudos (HADDAD; DI PIERRO, 2010).

Essa "segunda chance" de retomada escolar implica a compreensão da juventude que frequenta esse espaço. Para Carrano (2007), muitos problemas no espaço da escola, tendo em vista a aprendizagem e a interação dos jovens, poderiam ser evitados se fossem entendidos os contextos não escolares, os cotidianos e históricos mais amplos em que os jovens estão inseridos. Mesmo que as questões educativas não se resumam nelas mesmas, ainda é um desafio uma perspectiva escolar que olhe os elementos não escolares que adentram a própria escola (SPOSITO, 2003).

O público da EJA muitas vezes distancia-se do ideal de aluno que vem adentrando a esfera escolar "... para os jovens das classes populares a responsabilidade da 'vida adulta' chega enquanto estes estão experimentando a juventude" (CARRANO, 2007., p.5).

> A presença de jovens alunos na EJA deveria ser expressão de que a escola é parte efetiva de seus projetos de vida. E de que eles e elas estão exercendo seus direitos à educação básica republicana e de qualidade e não apenas participando de um mero jogo funcional de correção de fluxo escolar ofertado em instituições de espaços e tempos deteriorados (Idem, 2007, p.9).

Embora não seja uma particularidade dos jovens do campo o estudo por meio da EJA, essa realidade persiste no espaço rural, diante das dificuldades de acessarem a escola ou ainda de terem seus conhecimentos não valorizados, o que leva Arroyo (2012) a fazer uma analogia entre a concentração de terras e a educação, afirmando que é preciso "ocupar o latifúndio do saber" (p.33). Mesmo que as instituições não tenham exclusividade sobre o conhecimento, a escolarização é muito valorizada em nossa sociedade, fator que levou os povos do campo a lutar pelo acesso á escola; mesmo diante dos problemas enfrentados, ao chegarem a estudar pressionam para que:

> Nas pedagogias escolares se avança também no reconhecimento de que com Outros Sujeitos, outras crianças, adolescentes, jovens e adultos que chegam às escolas e às universidades chegam outros conhecimentos, outras vivências de mundo, logo outras leituras de mundo, de cidade, do campo, chegam outras formas de ser e viver a infância, a adolescência, a juventude, logo outras leituras de si mesmas (ARROYO, 2012, p.35).

Além do espaço da EJA, outra influência educativa recebida pelos jovens é a educação do campo,[17] em seu aspecto não escolar, ou seja, por meio das reuniões, das formações e do processo de luta pela terra, no compartilhamento de valores. A educação do campo é herdeira desse processo de luta concreta dos trabalhadores do campo e também foi fruto de uma agenda de discussões dos movimentos sociais (BASSO et al., 2010).

No Assentamento Milton Santos iniciou-se recentemente uma turma de alfabetização em parceria com MEB – Movimento de Educação de Base, o MST e o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por meio do Pronera,[18] o que tem possibilitado que muitos moradores voltem a estudar. Mesmo com as dificuldades estruturais, devido às condições físicas do barracão onde acontecem as aulas, a proximidade com a moradia parece favorecer a frequência às aulas.

Entretanto, na localidade do assentamento, apenas são atendidos os alunos para o processo de alfabetização; os jovens deslocam-se para a cidade. O bairro vizinho, Antônio Zanaga, é que tem acolhido outros assentados que estudam. A maior parte dos jovens dessa pesquisa frequenta as aulas nas escolas estaduais Prof.ª Clarice Costa Conti e Prefeito Antônio Zanaga. Como acontece em muitas regiões do país, a locomoção para as aulas se dá por meio do transporte escolar. Porém, alguns dos jovens que trabalham na cidade precisam ficar direto na escola, pois os horários de transporte, trabalho e escola são inconciliáveis. Para Munarim (2006), "A política de transporte escolar, com programa de ação no governo federal para esse fim, implementada nos últimos anos, bem como a política de nucleação das escolas isoladas no campo brasileiro, acabou por gerar uma situação de estímulo ao fechamento de escolas no campo" (p. 24).

Atualmente as políticas educacionais para essa população do campo de modo geral estão mais voltadas para a as salas multisseriadas, tende-se a agrupar escolas, bem como destina-se recursos para o financiamento do transporte que leva os alunos para escolas

[17] Embora a educação do campo lute por escolas, não se trata apenas de uma educação institucional. A educação do campo acontece nas formações nos assentamentos, nas reuniões e no processo de luta dos assentados, onde estes compartilham valores.

[18] O Pronera faz parte da educação do campo, como evidenciado pela legislação no decreto nº 7.352/2010, tendo por atuação: I - alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental; II - formação profissional conjugada com o ensino de nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; III - capacitação e escolaridade de educadores; IV - formação continuada e escolarização de professores de nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação; V - produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos necessários à execução do Pronera; VI - realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do Pronera.

na cidade[19] ou escolas agrupadas no campo. A maior parte da oferta do Ensino Médio é de responsabilidade do Estado (98%), das quais 90% correspondem a escolas localizadas em ambiente urbano, sendo histórica a negligência do poder público com a educação dos povos rurais (BASSO et al, 2010).

Na luta por outro modelo educativo Caldard (2004) aponta que se faz necessária uma pedagogia do campo humanizada, que leve em conta a construção de valores e a realidade vivida pelos sujeitos. Trata-se de uma proposta muitas vezes distante para os jovens do campo que frequentam as escolas nas cidades, que partem de currículos urbanizados. Nesse sentido a educação do campo busca lugar na agenda pública, reivindicando que sejam consideradas suas especificidades.

> …trata-se de um movimento que teve início antes no seio da sociedade civil organizada, mais propriamente, neste caso, no seio dos movimentos e organizações sociais do campo, em forma de experiências de educação popular na formação dos seus quadros dirigentes e de suas bases e, mais recentemente, em forma de reivindicação de escola pública de qualidade como "direito de todos e dever do Estado" – síntese do conceito de política pública." (MUNARIM, 2006. p. 16)

Nascida da luta dos movimentos sociais, a educação do campo[20] adentra a esfera da educação pública, sendo fruto da organização coletiva dos trabalhadores e vinculada à construção de um projeto popular para o Brasil. Nessa orientação foi realizada a I Conferência Nacional de Educação do Campo (1998) "Por uma educação básica do campo"; a continuidade desse trabalho é expressa nos diversos seminários e estudos que vêm ocorrendo

[19] A tentativa da construção de uma escola de educação básica no assentamento Milton Santos, como proposta de educação no campo, já foi pleiteada pelos moradores. A política de transporte, assim como a prioridade de demanda de outras regiões levou à negativa do poder público local em colaborar. O que houve foi a falta de consideração com as necessidades educativas dos assentados, que não passam apenas pela criação das vagas, mas por uma proposta educacional mais entrelaçada com seus modos de vida. Recentemente, com o debate público do Plano Municipal de Educação de Americana ainda em construção, em sua versão apresentada aos gestores da rede de educação pública municipal, não havia uma única linha que refletisse sobre a realidade rural do município hoje, e mesmo que o plano esteja sendo projetado para os próximos 10 anos, o argumento apresentado pela Secretaria de Educação para a ausência da projeção de construção de uma escola no assentamento ou mais próxima, funda-se no fato de que o entorno do assentamento é ocupado irregularmente, portanto, para os supervisores que mediaram o debate, fica inviabilizada uma ação da Secretaria nessas condições. Entretanto, com a insistência desta pesquisadora, comprometeram-se em colocar no plano municipal a instalação de uma escola no entorno do assentamento, já que o plano em construção enfatiza a necessidade de diálogo com os moradores locais.

[20] No decorrer dos anos, têm sido utilizadas expressões diferenciadas quando se trata do enfoque para a educação do desenvolvimento integral das zonas rurais: educação para o meio rural, ruralização do ensino, educação rural, escola rural, Educação básica das escolas do campo (Diretrizes Curriculares da Educação Básica, 2013, p.288). Porém, a luta dos movimentos sociais consagrou a expressão educação do campo, que assumiu uma perspectiva de defesa de uma proposta escolar que atenda os interesses dos povos do campo.

pelo Brasil. A II Conferência Nacional para Educação do Campo (2004) também demonstrou que ao longo do tempo a educação do campo foi incorporada nas pautas dos diferentes movimentos sociais, organizações civis e esferas estatais (VENDRAMINI, 2007).

Segundo Caldart (2010), a educação do campo não pode ser compreendida em si mesma, ela nasce da crítica do sistema educacional proposto a quem vive no campo, em uma postura prática por direitos, por condições dignas de vida e por reforma agrária, portanto, não é apenas uma política de escola. Não se trata simplesmente de denúncia, mas de uma crítica projetiva de transformação. A autora adverte ainda sobre a lógica de expansão capitalista no campo, contrária aos valores da escola camponesa, mas aberta à educação como justificativa para qualificação, tendo em vista a "reestruturação produtiva no campo", entrando em disputa com a vocação das escolas agrotécnicas e os currículos dos cursos superiores voltados à gestão do agronegócio.

> ...nesse contexto de "modernização da agricultura", onde a chamada "agricultura familiar" deve se inserir para sobreviver ("sobreviverão os melhores, os mais modernos", é a afirmação) já não parece tão ruim que estes agricultores tenham acesso à escolarização básica, pois serão uma espécie de "exército de reserva" para as demandas das empresas que comandam os negócios agrícolas, mas isso sem excessos, é claro, porque, afinal, é sempre bom poder contar com a alternativa do trabalho escravo em alguns lugares, e o Estado precisa dar prioridade às demandas específicas do capital e não gastar recursos na construção de uma sistema público no próprio campo que necessariamente atenderia as demandas do polo de trabalho (idem, p. 116).

Na busca da conquista do direito educacional é preciso vencer o desafio de que os alcances de políticas públicas enveredem por caminhos de rompimentos do Estado com a história da educação do campo, cunhada na luta dos movimentos sociais, sobretudo tendo em vista uma ação que questiona o modelo capitalista. Como nos coloca Molina "... querem fazer a educação do campo, sem o campo" (2010, p.138). Porém, mesmo com a tensão posta não se trata de romper o diálogo. Os povos do campo (agricultores, ribeirinhos, assentados etc.), à medida que fazem o debate, ampliam a possibilidade de os movimentos sociais conseguirem manter-se como protagonistas desse processo, a consciência dos trabalhadores sobre a importância do conhecimento é alargada e a representação social sobre os povos do campo é modificada na perspectiva do direito.

É possível perceber os princípios e a história da educação do campo, em meio a esse processo, no qual a pedagogia do movimento sem-terra se agrega à proposta de educação

do campo: mesmo que se tratem de dois projetos diferentes, podem se relacionar. Segundo Caldart[21] (2000), a pedagogia do movimento se deu por meio do MST, que na luta por terra, acabou também lutando por escola para os filhos dos assentados.

Alguns dos jovens dessa pesquisa direta ou indiretamente foram motivados por essa pedagogia do movimento, atribuindo sua formação ao processo de engajamento. Porém nem todos se reconhecem como integrantes do MST,[22] havendo os que fazem a crítica ao movimento, pois consideram que este se encontra próximo demais do atual governo. Família, escola e movimento social vão colaborando nessas experiências educativas, entretanto, isso não significa que todos esses segmentos tenham o mesmo significado para os jovens. E tampouco que todo o espaço de educação no qual estão inseridos assuma uma perspectiva libertadora, de ação e de reflexão no mundo para transformá-lo, identificando e superando contradições da sociedade, ou seja, que promova a práxis (FREIRE, 1987).

Embora se defenda a educação do campo,[23] isso não quer dizer que nas cidades já está assegurada a qualidade educativa escolar. Nesse sentido, é importante ressaltar que a escola tem que ser problematizada como um todo. Obviamente é importante termos escolas mais próximas da moradia dos alunos, isso facilitaria o acesso, porém, como aponta Dubet (2003), a massificação escolar não reduziu a desigualdade escolar: embora o acesso seja uma condição elementar na perspectiva da igualdade, a questão fundamental a ser colocada em xeque é o papel da escola.

---

[21] Para aprofundar o debate da pedagogia do movimento ler: CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. Projeto popular e escolas do campo. Brasília: Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3, 2000. p. 26-57.

[22] Serão exploradas nas análises as motivações das críticas.

[23] Observa Caldart: "Novamente escutemos uma interpelação frequente: como assim, uma 'escola do campo'? Então a escola não é escola em qualquer lugar, em qualquer tempo, seja para quem for? E por que nunca se fala de uma 'escola da cidade'? Por acaso a Educação do Campo defende um tipo de escola diferente para as famílias dos trabalhadores do campo? E nosso debate histórico sobre a escola unitária onde fica? [...] Não. A crítica originária da Educação do Campo à escola (ou à ausência dela) nunca defendeu um tipo específico de escola para os trabalhadores do campo. [...] Sim, a escola deve estar em todos os lugares, em todos os tempos da vida, para todas as pessoas. O campo é um lugar, seus trabalhadores também têm direito de ter a escola em seu próprio lugar e de serem respeitados quando nela entram e não expulsos dela pelo que são. Como lugar de educação, a escola não pode trabalhar 'em tese' – como instituição, cuja forma e conteúdo valem em si mesmos, em qualquer tempo e lugar, com qualquer pessoa, desenvolvendo uma 'educação' a-histórica, despolitizada (ou falsamente despolitizada), asséptica. [...] O 'do campo', neste caso, retoma a velha discussão sobre como fazer uma escola vinculada à 'vida real', não no sentido de apenas colada a necessidades e interesses de um cotidiano linear e de superfície, mas como síntese de múltiplas relações, determinações, como questões da realidade concreta; retoma a interrogação sobre a necessidade/possibilidade de vínculo da escola, de seu projeto pedagógico, com sujeitos concretos na diversidade de questões que a 'vida real' lhes impõe. Uma escola cujos profissionais sejam capazes de coordenar a construção de um currículo que contemple diferentes dimensões formativas e que articule o trabalho pedagógico na dimensão do conhecimento com práticas de trabalho, cultura, luta social..." (p.113).

A escola como já apresentado, mesmo com a ampliação do acesso tem públicos específicos, com maiores dificuldades de entrada e permanência (ARROYO, 2014). Sendo que os jovens muitas vezes relatam as dificuldades como a falta de professores e as péssimas condições estruturais do espaço educativo . Outro aspecto evidente na realidade escolar é que cada um tem que provar a sua capacidade individual por meio de reprovações, notas e sanções demonstrando os limites da instituição escola (LEÃO, 2010).

Para Arroyo (2012), é preciso ter em vista uma escola que não ignore as diferenças identitárias, culturais e sociais, como estabelece a própria legislação. O campo como espaço específico e ao mesmo tempo entrelaçado com as demais realidades da sociedade integra um projeto global para o país, mas não abdica de ser respeitado e valorizado em sua realidade.

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Contudo, Araujo,[24] apud Vendramini (2010), chama a atenção para a contradição no que tange à reivindicação da educação do campo: "Ocorre que o Estado é um provedor de direitos, o que significa que ele garante o direito e não garante a emancipação". É interessante verificar a pesquisa de Vendrami realizada em julho de 2008 sobre a produção acadêmica, especialmente com a análise de dissertações e teses a respeito do MST, relacionando trabalho, educação e cooperativas, a qual conclui:

> "... as práticas formativas desenvolvidas em espaços não institucionalizados têm um potencial emancipatório maior, por responderem fundamentalmente às necessidades e às exigências do Movimento Social e por não estarem totalmente submetidas ao controle do Estado" (idem, 2010, p. 130).

Compreendo que essa perspectiva de Vendramini (2010) pode ser estendida a todo espaço educativo formal; a emancipação pode ser considerada a partir de uma proposta

[24] ARAUJO, M. N. R. As contradições e as possibilidades de construção de uma educação para além do capital no contexto na luta pela terra. III Ebem. Salvador, 2007.

pedagógica que não se resuma na escola, por isso existe a necessidade de compreender os fins educativos que ali se buscam. Para Mezáros (2005), a escola, como se encontra hoje, se não alargar-se para uma dinâmica educativa para além da própria instituição escolar continuará servindo o capitalismo, favorecendo a ordem estabelecida. Nas palavras de Paulo Freire (1996), é preciso caminhar para uma pedagogia da autonomia, que promova emancipação, ou seja, que favoreça a conscientização por meio da "curiosidade epistemológica".[25]

Considerando que alguns dos jovens desta pesquisa, ao relatarem sobre suas experiências de aprendizagem remeteram-se à luta, à conquista da terra e a toda experiência a que foram submetidos nas ocupações e na constituição do assentamento, faz-se necessário discutir a proposta de educação do campo tendo em vista que ela ultrapassa o ambiente escolar, mas que também está tentando alcançar a escola, sobretudo considerando a construção de currículos que levem em conta a realidade dos estudantes do campo. Portanto, não se trata de negar a escola, ao contrário o movimento de educação do campo, está no pleito pelo direito a educação formal.

Os jovens dessa pesquisa demonstraram que desejam frequentar a escola, porém, o que está posto é o tipo de educação escolar que temos e que queremos, reconhecendo os limites e avanços que se faz no processo de disputar o espaço educativo, suas ideias e concepções. Abrir-se a comunidade, conviver com as diferenças e assumir-se na perspectiva do direito, tende a fazer do ambiente educacional, um espaço que pode contribuir para aprendizagem, evidenciando e compartilhando diferentes saberes. Porém, essa não é uma dinâmica fácil, a escola carrega em si as contradições da própria sociedade, o que implica dizer que ela é um campo em disputa, carregando potencialidades e fragilidades. Isso significa reconhecer que somos seres "condicionados" mas não "determinados" (FREIRE, 1996). Ou seja é possível, conquistar a avanços seja nos aspectos educacionais, seja nos aspectos sociais, na medida que a sociedade vá se organizando.

[25] A curiosidade epistemológica é um conceito de Paulo Freire, em que o processo do conhecimento sai da superficialidade, do senso comum, favorecendo a conscientização do sujeito. Trata-se de considerar o saber dos alunos ampliado-se para outros saberes, para culminar em uma reflexão problematizada da realidade que vivem, em favor da transformação social, onde a equidade prevaleça.

CAPÍTULO 2 – OS CAMINHOS DA PESQUISA: (RE) CONHECENDO O CAMPO E SEUS SUJEITOS

Neste capítulo apresento as opções metodológicas referentes ao estudo realizado, esclarecendo os motivos que me levaram a fazer uma pesquisa qualitativa no contexto de aproximação com os jovens do Assentamento Milton Santos. Recupero alguns elementos da realidade do assentamento, e discuto brevemente a reforma agrária no país e, por fim, traço o perfil inicial dos jovens estudados na localidade.

*****

2.1 – Assentamento Milton Santos

No início dos anos 1960, em decorrência das pressões dos movimentos sociais, o governo começou a dar respostas à política fundiária. Foi nesse período que o termo "assentamento" passou a ser utilizado. Em 1970 foi criado o Incra, que assumiu o papel de acompanhar a regularização da terra. Entre as brigas políticas a partir dos anos 1980, a desapropriação por interesse social deixou de ser uma prioridade, conferindo um ganho aos ruralistas, entre os quais muitos se interessavam pelas indenizações de desapropriação. Localidades distantes, periféricas e com grande degradação de solo passaram a ser destinadas à reforma agrária; também diminuíram as áreas para esse fim, visto que terras arrendadas figuravam como cumpridoras de função social (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Pode-se perceber a existência de diferentes contextos e processos de constituição de assentamentos. "Em geral os projetos de assentamentos de reforma agrária têm origem em uma situação de conflito e se estruturam sobre a gestão e orientação do Estado" (PIMENTA, 2006, p.154).

> Existem assentamentos com apenas cinco famílias, mas há outros com mais de 1.500 famílias, ou seja, aproximadamente 7.500 pessoas. Há tanto assentamentos isolados nas matas do sul do estado do Pará, na região amazônica, como há assentamentos na área metropolitana de São Paulo, ao lado de grandes indústrias. Foram constituídos assentamentos em áreas de terras do sertão nordestino, no semiárido, cuja possibilidade efetiva de produção depende de irrigação, prática cujo alcance situa-se entre o remoto e o inalcançável. Outros assentamentos, no entanto, estão localizados nas terras de mais alta fertilidade do país, como aquelas no oeste do estado do Paraná (CARTER; CARVALHO, 2010. p.299).

Os assentamentos rurais, embora possuam similaridades, também apresentam características muitos específicas, a depender da região do país, das trajetórias de vida dos assentados, da organização do próprio assentamento e da articulação econômica da localidade, entre outros fatores. Embora estejam em um mesmo estado como São Paulo, é possível perceber contrastes: um assentamento em Promissão difere muito do de Sumaré I ou Sumaré II. Pesquisas nos anos 2000 identificavam que o primeiro era marcado pela pecuária bovina, sendo a agricultura familiar bem expressiva na localidade; já os assentamentos Sumaré I e II encontravam mais similaridades com o assentamento aqui estudado, uma vez já que neles predominavam a horticultura e a avicultura, sendo que opções de conseguir empregos alternativos ou de complemento à renda agrícola eram maiores por estarem situados na região metropolitana de Campinas, onde existem muitas empresas (BERGAMASCO; NODER, 2010).

Esta pesquisa considerou especificamente a realidade do Assentamento Milton Santos. Ele está localizado entre as cidades de Americana e Cosmópolis, cortado por rodovias como Anhanguera e Bandeirantes, inserido na Região Metropolitana de Campinas. Americana possui cerca de 210 mil habitantes, com uma extensão territorial de 133,930 km²; já Cosmópolis conta com 58 mil habitantes e uma extensão territorial de 154,657 km². Ambas as cidades têm seu histórico baseado na economia rural, Americana, porém, passou a ser reconhecida pela sua expansão têxtil, tendo várias indústrias desse ramo (IBGE, 2010).

Atualmente o entorno do assentamento é marcado por grande quantidade de plantações de cana-de-açúcar. Isso é fruto do estilo de agricultura implementada pela Usina Ester no município de Cosmópolis, o que favoreceu que a região fosse incorporando em sua paisagem a monocultura da cana, integrando-se ao sistema que oferece álcool para o país. Contudo, a chegada dos assentados contribuiu para mudanças na localidade onde se instalaram, dando lugar às casas, às hortas, enfim, a outra situação territorial. Nessa perspectiva o território passou a ser assumido como espaço de vida, de troca de experiências sociais, o que implicou também mudanças no modo de uso da terra e no próprio tipo de cultura de plantação (FERNANDES, 2012).

A constituição do assentamento se deu em 2005, mas a articulação para a conquista da terra foi anterior; os sem-terra passaram por outras localidades como a Granja Malavazi e a Granja Santa Júlia, localizadas em Limeira (SP), para somente depois se estabelecerem em Americana e Cosmópolis. Vários relatos recuperam essa trajetória,

remetendo às dificuldades e aos enfrentamentos com a polícia vividos nesse percurso. O nome do assentamento foi firmado no mesmo ano da sua constituição: tratava-se de uma homenagem ao renomado geógrafo brasileiro Milton Santos. A escolha aconteceu por ocasião da Semana da Consciência Negra, ainda enquanto estavam acampados na fazenda Santo Antonio (antiga Granja Malavazi) em Limeira, um dos assentados, ao explicar a origem da denominação, fez questão de afirmar que o fato de todos os moradores fazerem uso do nome significa que houve participação das famílias nesse processo.

A implementação do assentamento foi fruto da movimentação das famílias, oriundas em sua maioria das cidades da região, em parceria com os diferentes setores populares, igrejas, sindicatos, MST etc. Atualmente existem 68 famílias assentadas em 1 hectare de terra e num espaço cedido pelo Incra, porém ao redor foram chegando mais e mais famílias, dando dinamismo à localidade, mas também agravando problemas estruturais como falta de água, ausência de serviços como postos de saúde, dificuldade para coleta de lixo etc., pois o poder público não tem suprido as necessidades das famílias adequadamente.

A proposta inicial desse assentamento partiu do projeto de Comunas da Terra. Como observa Goldfarb (2007), trata-se de uma estratégia proposta pelo MST que:

> ... é uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem construídos com pessoas que viveram muitos anos em centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto, e que portanto, não possuem um passado recente ligado a terra; serem implementados em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e; e possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título da propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela (p.11).

Como apontam Moruzzi Marques, Moal e Andrade (2014), as famílias, ao virem para o Assentamento Milton Santos, estavam em busca de melhores condições de vida, tentando fugir da precariedade e do sentimento de insegurança do ambiente urbano. Algumas já tinham uma experiência rural anterior à cidade; isso poderia representar o "sonho da volta ao campo", característica também identificada na pesquisa de Giuliani e Castro (1996) como um percurso rural-urbano-rural.

A chegada ao assentamento contribuiu para a diversificação das plantações e a organização das famílias em torno da Associação Acoterra,[26] que tem produzido alimentos agroecológicos.[27] No assentamento a Acoterra colabora para a comercialização dos produtos produzidos pelas famílias, mas a principal fonte de renda via associação se vincula ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

> Aqui, convém abrir parênteses para explicar que o PAA, criado em 2003 no âmbito das medidas de segurança alimentar da ação governamental conhecida como "Fome Zero", visa integrar no mesmo dispositivo de política pública o apoio produtivo à agricultura familiar e o socorro alimentar à população em situação de vulnerabilidade no acesso ao alimento. Assim, trata-se de uma forma muito original de apoio aos agricultores familiares, que devem, segundo as orientações de um contrato assinado entre a associação que os representa e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), fornecer alimentos regularmente durante um ano a diferentes instituições de assistência social (MORUZZI MARQUES; LUCAS, 2012. p.12).

Outra característica do Assentamento Milton Santos é que se trata de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS,[28] modalidade criada pela portaria do Incra nº 477/1999.

> Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunial, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominal ou cooperativista; Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contarão com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes. Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade

[26] Acoterra (Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista), que permite o escoamento de produtos alimentares de outros assentados além daqueles instalados no Milton Santos (MORUZZI MARQUES; MOAL; ANDRADE, 2014. p.78).

[27] O termo agroecologia não é autoexplicativo, há várias correntes acadêmicas que travam esse debate inclusive com um viés econômico, sem de fato considerar a mudança necessária no sistema exploratório do meio ambiente. Veiga (2013) faz menção aos selos verdes, autorizações para poluir formalmente compensadas pelo pagamento de taxas, que a meu ver são um verniz para manter a exploração do planeta, com a tentativa de ganhar a opinião pública por meio do marketing empresarial. Acredito que a produção técnica do alimento não deve ser desvinculada do seu fim social. Entretanto, não tenho a intenção de explorar amplamente o tema nem tampouco o termo, pois isso exigiria uma pesquisa centrada nessa temática.

[28] Há uma diversidade de denominações de assentamentos, vou esclarecer as características da proposta implementada no assentamento estudado.

> somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais (INCRA, 1999).

A produção sem veneno no assentamento e a opção por plantar basicamente hortaliças foram fruto da reflexão sobre a realidade local, ou seja, o plantio num solo deteriorado pela monocultura da cana-de-açúcar que até então vigorava na localidade. A pequena extensão do lote de terra, de apenas 1 hectare, a dificuldade com o sistema de irrigação, além do compromisso social com a comunidade local, culminaram na organização do Assentamento Milton Santos visando a plantação de alimentos orgânicos. Hoje o local é responsável pela distribuição de alimentos para mais de 30 entidades da região de Campinas, tendo sido escolhido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para se tornar uma unidade de referência em produção agroecológica (CONTRIM, 2012). Entretanto, as pesquisas de Moruzzi Marques, Moal e Andrade (2014) revelam o desconhecimento das famílias sobre essa modalidade de assentamento.

No período em que eu iniciava o mestrado, o Assentamento Milton Santos estava no ápice da discussão sobre uma recente determinação da justiça, que exigia das famílias a saída da terra. Após sete anos de instalação na localidade, os moradores viram-se novamente diante da necessidade de lutar pela terra, mas dessa vez pela permanência no espaço que até então lhes havia sido destinado pelo Incra para fins de reforma agrária.

A surpresa do trâmite judicial[29] mobilizou as famílias e diferentes organizações da região. Foram muitas reuniões e debates, que levaram os assentados a deliberarem e tentarem resolver o impasse pleiteando junto ao governo federal a desapropriação da terra por interesse social. Trata-se de uma possibilidade prevista na Lei Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que estipula em seu artigo primeiro: "A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal" (p.1). Porém, mesmo com amplo apoio popular a essa reivindicação, a presidenta Dilma Rousseff não assinou a desapropriação,

[29] O assentamento sofreu pressões de despejo, pois a família Abdalla, que havia perdido a terra para o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social devido ao não pagamento de impostos, recorreu, alegando que os bens confiscados eram maiores que a dívida. A ação correu em todas as instâncias do Poder Judiciário, concluindo-se que houve excessos e que os bens não alienados deveriam ser devolvidos, entre eles o sítio Boa Vista, no qual está localizado o assentamento. Porém a família Abdalla não registrou as terras em cartório, o que fez com que fossem concedidas pelo INSS ao Incra. Este último, após solicitar a reintegração de posse da Usina Ester como arrendatária da terra, a destinou ao assentamento. Entretanto, os assentados não sabiam desse processo de disputa legal e em 2012 foram surpreendidos com a exigência judicial de devolução da terra à família Abdalla e à Usina Ester. (HILSENBECK FILHO, 2013).

sendo que os trâmites continuam na justiça até hoje. Embora se tenha conseguido a autorização judicial de permanência no local, não se trata ainda de uma sentença definitiva, mas de um êxito parcial, que ao menos possibilita às famílias continuarem no assentamento.[30]

Assim as famílias permanecem na localidade, movimentando suas vidas. A maior parte dos lotes possui hortas, algumas delas voltadas para o consumo local. As casas são modestas, mas feitas de alvenaria. Os poucos estabelecimentos comerciais são em sua maioria bares, mas encontram-se também oficinas, salões de beleza e padarias. A vizinhança se conhece, sabe indicar os nomes das famílias residentes na localidade e os de seus filhos. Quando há reuniões, elas acontecem no barracão, que é um espaço comunitário; há ainda outro espaço coletivo, o da horta comunitária, porém cada família cuida do seu canteiro.

A situação recente vivida no Assentamento Milton Santos demonstra que a reforma agrária não é um assunto consolidado no país; se após anos de vivência na localidade as famílias ainda correm risco de despejo, é porque há uma conjuntura que ainda não efetivou uma política mais distributiva de terra, bem como não ofereceu plenas condições para que se viva nela; na verdade, esta tende a ser explorada atualmente pelas grandes empresas agroindustriais.

Embora não seja meu objetivo aprofundar as discussões sobre reforma agrária, a constituição de um assentamento faz parte das políticas associadas ao tema, que permanece como objeto de controvérsias no Brasil. Existindo argumentos contra e a favor dessa transformação. Na primeira perspectiva alega-se que o aumento da produtividade por meio das tecnologias e do agronegócio tornaria a reforma agrária desnecessária; nesse mesmo sentido, outro argumento aponta que o êxodo rural faria desaparecer os camponeses e as políticas de assentamento não estariam sendo bem-sucedidas, fazendo aumentar a pobreza no campo. Por outro lado, os argumentos em defesa da reforma agrária afirmam que o latifúndio não perduraria sem os volumosos subsídios públicos, sendo que não há o mesmo investimento do governo nas áreas de assentamentos rurais; além do mais, é secular a injustiça no meio rural, mesmo vindo da agricultura familiar a maior parte da alimentação do país; há ainda a alegação dos ganhos ecológicos que seriam próprios da agricultura familiar, e tem-se também a expectativa de "desinchar" as cidades. (HILSENBECK FILHO, 2013).

[30] Hilsenbeck Filho (2013) em sua tese aborda o que foi esse momento no Assentamento Milton Santos, faz menção a diferentes posições dos dirigentes, os diferentes modos de ver a situação do grupo ligado ao MST e a posição daqueles que haviam deixado o MST.

Diante desse cenário, Hilsenbeck Filho (2013, p.56) questiona a concentração de terras improdutivas no país citando o professor Ariovaldo de Oliveira:[31] "faz-se necessário continuar insistindo que a reforma agrária continua a ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira e um instrumento para corrigir a desigual distribuição de terra e sua retenção improdutiva". É preciso ainda reconhecer que "a reforma agrária é uma das poucas políticas públicas que garantem casa, comida e trabalho" (SILVA[32], JOSÉ GRAZIANO apud SABOURIN, 2008. p.172).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a reforma agrária é algo muito mais amplo do que a aquisição de terras; significa lutar pelo modelo agrário, por saúde, educação, tecnologia, renda etc. (FERNANDES, 2008). Porém, isso implica questionar o modelo persistente de concentração de terras no Brasil. Segundo o último censo agropecuário do IBGE, de 2006, "50% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil têm menos de 10 hectares, e ocupam somente 2,36% da área, na outra ponta do espectro fundiário, menos de 1% dos estabelecimentos rurais (46.911), tem área acima de 1 mil hectares, e ocupam 44% das terras." (CANUTO et al., 2010, p.7). A política de criação de assentamentos ainda é irrisória se considerarmos a concentração de terras, como podemos observar:

Tabela 1

Número de Assentamentos Rurais

BRASIL – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS – 1979-2012						
Região/UF	**Assentamentos**	**%**	**Famílias**	**%**	**Área**	**%**
NORTE	**2.079**	**2,9**	**404.242**	**3,3**	**61.232.525**	**4,9**
AC	154	1,7	26.405	2,8	5.182.332	6,3
AM	142	1,6	54.114	5,8	27.682.400	33,8
AP	40	0,4	13.477	1,4	2.173.324	2,7
PA	1.096	2,1	233.690	25,0	19.883.024	24,3

[31] OLIVEIRA, A.riovaldo Umbelino de . Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

[32] SILVA, José Graziano. Reforma agrária hoje, uma agenda estratégica para a reforma agrária. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, 28 jun. 2007, Brasília. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007.

RO	201	2,2	36.119	3,9	3.165.241	4,4
RR	66	0,7	16.364	1,8	1.443.953	1,8
TO	380	4,2	24.073	2,6	1.252.251	1,5
NORDESTE	**4.123**	**45,5**	**310.332**	**33,2**	**10.194.484**	**12,5**
AL	173	1,9	12.759	1,4	111.448	0,1
BA	670	7,4	43.969	4,7	1.993.070	2,4
CE	441	4,9	22.466	2,4	901.217	1,1
MA	958	10,6	122.852	13,2	4.273.323	5,2
PB	299	3,3	14.341	1,5	282.300	0,3
PE	577	6,4	32.747	3,5	544.094	0,7
PI	499	5,5	31.438	3,4	1.392.754	1,7
RN	293	3,2	20.051	2,1	515.473	0,6
SE	213	2,3	9.709	1,0	180.085	0,2
CENTRO-OESTE	**1.237**	**13,6**	**137.636**	**14,7**	**8.053.941**	**9,8**
DF	13	0,1	757	0,1	5.869	0,0
GO	441	4,9	22.697	2,4	1.056.045	1,3
MS	205	2,3	28.562	3,1	715.642	0,9
MT	578	6,4	85.620	9,2	6.276.385	7,7
SUDESTE	**815**	**9,0**	**45.412**	**4,9**	**1.486.148**	**1,8**
ES	94	1,0	4.223	0,5	51.894	0,1
MG	397	4,4	19.594	2,1	1.028.388	1,3
RJ	67	0,7	5.205	0,6	71.441	0,1
SP	257	2,8	16.390	1,8	334.425	0,4
SUL	**816**	**9,0**	**36.214**	**3,9**	**814.730**	**1,0**
PR	320	3,5	18.286	2,0	420.947	0,5
RS	336	3,7	12.551	1,3	289.824	0,4
SC	160	1,8	5.377	0,6	103.959	0,1
BRASIL	**9.070**	**100,0**	**933.836**	**100,0**	**81.781.828**	**100,0**

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. www.fot.unesp.br/nera

As regiões Sul e Sudeste são as que possuem menos assentamentos, já a região Nordeste tem quase a metade de todos os assentamentos do país: 4.123 de um total de 9.070 assentamentos existentes no Brasil, nos quais vivem 933.836 famílias. Os dados revelam que a concentração de terras não foi totalmente superada no país, mesmo diante da constatação de que um assentamento pode trazer benfeitorias para a região onde está instalado,

movimentando o comércio local, favorecendo a organização territorial, a demografia, contribuindo para criação de associações, evitando o atravessador, possibilitando a dinamização bancária devido aos créditos fornecidos e diversificando os produtos regionais (MEDEIROS, 2001; MEDEIROS; LEITE, 2004). Os assentamentos de modo geral:

> (...) têm favorecido a emergência de novas relações sociais e políticas, arranjos comerciais alternativos, inovações tecnológicas, e a gradual consolidação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, essas comunidades rurais têm contribuído, na percepção dos próprios assentados, para a melhoria geral de suas condições de vida (BERGAMASCO; NODER, 2010. p.350).

Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as Ligas Camponesas do Nordeste, que a partir de 1945 eram encontradas em quase todos os estados brasileiros. As Ligas Camponesas tiveram apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB; após a decretação da ilegalidade do PCB em 1947, só ressurgiram em 1954. A pressão que exerciam fez com fosse sancionando o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, porém os direitos nele previstos não foram aplicados. Isso contribuiu para a criação de sindicatos rurais, surgindo também no período a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag). Posteriormente, em 1964 foi sancionado o Estatuto da Terra, porém a concentração fundiária permaneceu praticamente inalterada (SABOURIN, 2008).

> A demanda pela terra no Brasil é um fenômeno antigo. A reivindicação organizada, assumindo a forma de luta pela terra, também não é recente, e não acontece simultaneamente em todas as regiões do país. É possível identificar pelo menos dois períodos marcantes na sua história: o primeiro, que ocorre durante a década de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas; e o segundo, já a partir dos anos oitenta, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (RUA; ABRAMOVAY, 2000. p.44).

Na luta pela reforma agrária vários atores deram significativas contribuições, entre eles os sindicatos, a linha progressista da Igreja Católica[33] e alguns movimentos sociais. No Assentamento Milton Santos, alguns desses atores são citados, com destaque para o MST, que teve uma expressiva visibilidade a partir da sua criação em 1985, fruto do I Encontro

[33] "O pensamento católico sobre a questão agrária teve uma importante influência política e social nesse período, e iniciou um processo de mudança na atitude da Igreja sobre a mentalidade dos católicos sobre a reforma agrária. A partir de sua Doutrina Social, a Igreja legitima o princípio da 'função social da propriedade', ideia que irá se inscrever nas normas do Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964. Ela substitui a tradicional concepção jurídica da propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que trata a terra como uma simples mercadoria. É nesse período que a Igreja começa a tratar a realidade agrária do país como fonte de grave injustiça e exclusão social" (DELGADO, 2010, p.83).

Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu em 1984 em Cascavel (PR). A rigor, sua gênese foi anterior, no final da década de 1970, mas só depois atingiu abrangência nacional (FERNANDES, 2013).[34]Para o MST, ocupação é diferente de invasão. A diferença está radicada na concepção e não na prática em si, a ocupação tem em vista o direito constitucional de todos terem terra, trabalho, moradia etc. Para entendermos essa perspectiva é preciso perceber que o contexto histórico tem outros matizes. É o que aponta Loera (2004), explicando que aquilo que o MST chama de ocupação se aproxima do que muitas vezes é chamado de posse que pode garantir direito à terra e autonomia; no passado a prática de ocupação ligava-se à ideia de "terra livre", o camponês ocupava e depois tomava posse. Dependendo da região, isso era chamado de morada, sítio, terreno, mas o posseiro ou sitiante sempre tinha uma relativa autonomia, pois a qualquer momento poderia ser agregado à fazenda sendo a ideia mais lembrada como projeto do que pela concretização dessa condição.

A ocupação da terra colabora na pressão para a constituição de assentamentos, sendo que esse processo envolve diferentes atores: as famílias em busca de terra, os movimentos sociais, o governo, os fazendeiros e as empresas. Muitas dessas relações estão amparadas em interesses antagônicos, pois enquanto as famílias pleiteiam a terra para morar e trabalhar, as empresas estão em busca de grandes lucros (LOERA, 2004).

Foi nesse contexto emblemático que adentrei o campo procurando conhecer melhor a juventude do Assentamento Milton Santos; alguns jovens que pude conhecer mais de perto me falaram de seus dilemas, seus sonhos, do processo de luta para conseguir a terra, explicitaram suas ideias sobre trabalho, educação, e me chamaram para participar de festas, de encontros, enfim, revelaram o seu cotidiano. Essa imersão na realidade local contou com algumas opções metodológicas, que serão a seguir apresentadas.

2.2 Pressupostos metodológicos

[34] Não é objetivo estudar nesta pesquisa o MST ou outro movimento social do campo, ou ainda outras instituições que colaboram ou colaboraram na luta pela reforma agrária no país. Contudo, evidenciar esses atores demonstra que o processo de conquista da terra não tem se dado sem os esforços daorganização popular, como é sabido cheia de contradições e incompletudes. Observam Carter e Carvalho: "quem quiser achar defeitos no MST não terá dificuldade de fazê-lo... O Movimento sofre o risco permanente de se burocratizar e esvaziar as práticas participativas, de banalizar a mística e os instrumentos de luta, de sectarizar o processo de educação e perder o ímpeto pela mudança social do país. Além de tudo isso, há tradições do meio rural brasileiro, como o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, que não vão sumir facilmente entre os integrantes do Movimento. Esses problemas e desvios são de conhecimento de todos os que têm acompanhado a vida interna do MST, porém, sabem que também há grandes empenhos por superar estas limitações e contornar os perigos existentes" (idem, 2010 p. 321).

Considerando que eu tinha em vista analisar os sentidos do trabalho e da educação atribuídos pelos jovens do Assentamento Milton Santos, foi adotada nesta pesquisa uma metodologia qualitativa, por meio da realização de observações de campo e entrevistas semiestruturadas; para compor o perfil inicial dos jovens também foi aplicado um formulário sociodemográfico, colaborando para conhecer dados mais gerais como renda familiar e a quantidade de pessoas que moram na mesma residência, entre outros.[35]

A abordagem qualitativa "parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e a subjetividade do sujeito" (CHIZZOTTI, 2010, p.79). Os caminhos desta pesquisa me levaram a compreender os dados no contexto de seus acontecimentos, por meio da observação, da escuta e do diálogo, interpelando os fatos, considerando a ação, de forma a estar inserida no campo, mas refletindo sobre essa atuação e a melhor maneira de fazê-la, tendo em vista o compromisso social e político que se deve assumir diante do mundo em seus diferentes contextos (FREIRE, 1996).

Seguindo o pressuposto de Zago (2003), evitei uma perspectiva mecânica de causa e efeito, que considera os jovens como meros sujeitos da ordem estabelecida. Foi preciso buscar compreender os sentidos do trabalho e da educação para esses jovens considerando sua realidade concreta e as complexas relações entre as esferas macro e microssocial, o que não seria possível realizar sem um mínimo de inserção no assentamento, para então perceber a ação dos sujeitos. Assim, estive várias vezes no local. Foi necessário escutar os jovens, conhecê-los melhor, entender seus pontos de vista e acompanhar seu dia a dia, para então relacionar esse contexto com as teorias e com outras localidades, a fim de construir os argumentos que sustentassem o foco do debate desta pesquisa. Os jovens são sujeitos plurais, integrados a redes mais amplas, das quais são interdependentes (ELIAS,1994). Portanto, a pesquisa, além de olhar para o indivíduo, olhou para a conjuntura em que estão inseridos, o que tem provocado diferentes modos de viver a juventude.

A princípio interessava-me saber o que acontecia no campo; havia aspectos que me intrigavam, como a insistência dos dados mais quantitativos em afirmar que ali se localiza a população menos escolarizada (IBGE, 2010; CASTRO et al., 2013); também ouvia dizer que os jovens não se interessavam pelo campo, que na primeira oportunidade partiam para a

[35] O questionário semiestruturado e o formulário sociodemográfico estão nos apêndices.

cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho. Porém, por participar da Pastoral da Juventude e fazer trabalhos conjuntos com os moradores do Assentamento Milton Santos, sabia que havia jovens que residiam na localidade desde sua constituição, alguns inclusive eram muito escolarizados, embora não fossem a maioria. Mas esse não era um quadro estático, havia movimentação entre os jovens também, seja porque saíam para trabalhar ou estudar fora do assentamento e continuavam a residir na localidade, seja porque partiam definitivamente, ou ainda porque saíam e voltavam.

Essas questões, ao lado de algumas leituras que fiz posteriormente, foram me ajudando a problematizar esse contexto, de migração reversa, pois não se tratava de qualquer assentamento, havia uma particularidade em questão, seus moradores antes residiam na cidade; assim como aponta Carneiro (2007) para outras realidades, fui percebendo que no Assentamento Milton Santos, ao contrário do que eu ouvia falar ainda no inicio da reflexão para montar o projeto de pesquisa, "A cidade já não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás" (p. 63). Fui percebendo que o trânsito entre os espaços e as fronteiras menos rígidas hoje podem amparar o desejo desses jovens em "conciliar o melhor dos dois mundos", porém nem sempre isso é possível efetivamente.

> Nestas circunstâncias poder viver "o melhor dos dois mundos" é sem dúvida o desejo dos jovens, mas que se inscreve, aqui, sobre um modo utópico, e constitui mais uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. Essas demandas claras e fortes: para uns, poder permanecer no meio rural e encontrar, no espaço local, um campo de realizações pessoal e profissional, na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter acesso aos meios que permitem a realização de um outro projeto de vida, no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista, etc. Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda (WANDERLEY, 2007, p.33).

Conhecer melhor o assentamento e as pessoas que ali viviam demandou conversas com os jovens e suas famílias. Nessas visitas a campo,[36] pude acompanhar algumas reuniões e atividades, as quais documentei por meio do registro em meu caderno de campo. A relativa proximidade com o assentamento colaborou para o processo de pesquisa, na medida em que já tinha contato com muitos sujeitos. Entretanto, a relação com os jovens teve que ser estreitada,

[36] Carlos Rodrigues Brandão, em uma entrevista transcrita por Roberto Lima em forma de artigo, colaborou para a projeção de como considerei a ida ao campo, "uma vivência"; as entrevistas, embora com um roteiro preestabelecido, consideravam o redirecionamentos das perguntas quando necessário, portanto há uma variação de um entrevistado para outro.

pois eu não havia olhado de forma detalhada para eles e suas relações, principalmente considerando os questionamentos desta pesquisa.

À medida que ia pesquisando também aprendia, questionava as minhas impressões, mas também indagava as próprias falas dos sujeitos, procurando não naturalizar a realidade, pois, como apresenta Madalena Freire (1996), pesquisar exige um olhar sensível e pensante; mais do que olhar é preciso relacionar teorias, buscando sentidos, entrelaçando saberes, escutando e capturando elementos do contexto. A ação do olhar é estudar a realidade, o que exige planejamento, registro e reflexão.

Nas primeiras idas ao campo, fui informada de que havia um grupo de jovens que se articulava em torno da comunicação por meio de uma rádio.[37] Embora não tivesse a comunicação como foco deste estudo, vi nesse espaço uma possibilidade de aproximação. Para mediar o primeiro contato com o grupo da rádio, conversei com uma jovem do MST que a princípio se mostrou disponível em ajudar, fornecendo-me o telefone de um jovem que estava acompanhando mais de perto esse grupo de trabalho. Porém, não consegui falar com ele; diante da negativa de contato pelo jovem indicado voltei a procurar a jovem do MST. Combinamos de ir juntas a uma das reuniões desse grupo, mas posteriormente ela desmarcou, alegando que estava com o tempo reduzido, devido ao trabalho que desenvolvia junto ao Movimento.

Segui para um segundo contato com o jovem que considerei que pudesse fazer essa ligação com o grupo envolvido com a rádio e dessa vez o contato não foi pessoal, nem por telefone. Utilizei como ferramenta uma rede social e a conversa por um período fluiu melhor. Porém, como esse jovem estava estudando fora do assentamento, em outro Estado, ele não conhecia os pormenores do processo de organização e articulação atual. Por fim ele ficou de me dar um retorno quanto a uma data em que fosse possível acompanhar uma das reuniões, mas não o fez e passou a não responder mais a nenhum contato.

Apenas pude compreender o processo de organização da rádio com o tempo. Ao passar a interagir com outros jovens, estes partilharam que as reuniões já não estavam ocorrendo com tanta frequência, por isso a dificuldade de estreitar o contato. Mas se a princípio não consegui estabelecer o vínculo desejado com os jovens da rádio, o mesmo não ocorreu com as mães dos alunos, que frequentemente encontrava nas escolas em que trabalho.

[37] Essa articulação da rádio será retomada nas análises no último capítulo da dissertação, pois a vinculação dos jovens nesse espaço foi inserida no debate que farei mais adiante sobre a temática da participação.

Conversei com a mãe de uma aluna da educação infantil e lhe falei sobre a pesquisa, o que acabou culminando na ajuda para estabelecer contato com outros jovens para as entrevistas. Essa mãe especificamente considerando o parâmetro etário para políticas públicas no Brasil, não era mais jovem, mas optei pelo contato primeiramente por ela ser muito presente no espaço escolar. Ela serviu de ponte para que eu chegasse a outros jovens e também me apresentou alguns moradores mais antigos, dos quais alguns me concederam entrevistas sobre a história do assentamento.

Uma das jovens[38] da pesquisa mostrou-se muito colaborativa: apresentou-me alguns moradores, foi à casa de vários jovens comigo, e contou-me sobre a organização do local. Felipe, um membro das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e do Movimento Fé e Política, também integrou o grupo de interlocutores mais próximos. Embora Felipe não seja um assentado, ele faz trabalho pastoral junto às famílias desde os tempos de ocupação e tendo conhecimento da minha pesquisa, convidou-me para acompanhar uma atividade da Pastoral da Criança no assentamento. Por se tratar de uma festa de encerramento dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2013, aberta para toda a comunidade, o que poderia propiciar a participação dos jovens, resolvi comparecer à festividade e tentar construir uma lista de contatos. A estratégia deu certo. Diversos jovens já demonstravam estar familiarizados com a presença de estudantes no assentamento, visto que alunos e docentes de algumas das universidades da região, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba (ESALQ), desenvolvem projetos no espaço.[39]

No total realizei vinte entrevistas, sendo quatro com adultos[40] o que me possibilitou conhecer um pouco mais do contexto e do processo de constituição do assentamento e dezesseis com jovens assentados, dos quais dez mulheres e seis homens, com idades de 15 a 26 anos. As entrevistas, além de oferecerem informações, possibilitam "uma oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São uma prova rara do reconhecimento de sua existência por alguém que não pertence ao seu mundo" (SARTI, 2011).

---

[38] Essa jovem é chamada de Hildete na pesquisa, todos os nomes dos sujeitos pesquisados são fictícios. Embora eu tenha conseguido termos de autorização para a pesquisa, optei por preservar suas identidades.

[39] É importante salientar que o trabalho que está sendo desenvolvido pela ESALQ tem sido fundamental, pois funciona como apoio técnico para o desenvolvimento da agricultura no assentamento, apoio esse que pude conhecer mais de perto, pois frequentei a disciplina de Agricultura, Natureza e Sociedade como aluna especial.

[40] As entrevistas com adultos foram estratégias iniciais para conhecimento do contexto.

Na perspectiva de melhor compreender seus percursos e os sentidos atribuídos ao trabalho e à educação, construí um roteiro prévio de perguntas, considerando-o um bom instrumental/recurso para se alcançar os objetivos da conversa; também registrei em meu caderno de campo as reações dos atores, como a recusa, o silêncio, o choro, a risada, que constituem informações subjetivas para análise do material coletado (GROPPO; MARTINS, 2007). A quantidade de entrevistas não estava predefinida, pois, como apresenta Pais[41] (apud Corrochano, 2012. p.81), "o que importa é atingir a saturação informativa". Ao se constatar que as informações começam a se repetir, delimita-se o grupo de entrevistados. Busquei um perfil variado, integrado por homens, mulheres, casados, solteiros, com filhos, sem filhos, compondo um grupo diversificado de jovens do Assentamento Milton Santos.

A maior parte das entrevistas aconteceu nas casas ou no entorno delas, porém três foram realizadas no barracão (onde são realizados festas, encontros etc.). A opção dos jovens por utilizar esse espaço comunitário partia da alegação de maior praticidade para me encontrar, pois trata-se de um lugar central. Procurei respeitar a escolha do local, pois poderia implicar mais do que elementos espaciais, como no caso de duas jovens que, ao concederem as entrevistas longe do olhar dos maridos, me contaram muitos detalhes da relação familiar. Essa percepção foi importante, pois possibilitou a percepção de que pode ocorrer vigilância sobre algumas mulheres mesmo que manifestada de forma sutil.

Outra situação peculiar foi a entrevista com um dos jovens, que se mostrou intimidado; quando cheguei a sua residência, a família estava toda reunida, e ele só concordou em falar, quando propus que ficássemos do lado de fora, na frente de sua casa. Enquanto alguns jovens não queriam a presença dos pais, houve um caso de um jovem em particular que, na dúvida para responder uma questão, gritou para que a mãe fosse até a sala, pois considerou que ela poderia dar mais detalhes sobre as intervenções da escola, diante da desistência dos estudos. Algumas entrevistas também foram marcadas pela presença das crianças que brincavam perto das mães: estas falavam comigo, e vez ou outra davam atenção aos filhos que queriam algo. Nessa dinâmica das entrevistas, por mais preocupação que a pesquisadora tivesse em deixar os jovens à vontade, foi preciso lidar com os imprevistos que iam acontecendo, buscando perceber o que esses elementos também podiam indicar.

A própria configuração da entrevista, para além das respostas dos jovens, dava pistas das relações que eles tinham com o lugar, a família e o trabalho. Alguns dos jovens ou

[41] PAIS, J. M. *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar, 2001.

suas famílias me apresentavam a casa, o quintal, a horta, falavam dos bichos e ofereciam comida. Em uma das visitas para entrevistar uma jovem, acabei conversando com a mãe dela, que por estudar o espaço rural me emprestou dois livros, que foram muito úteis. O gesto foi significativo, pois demonstrou que no próprio assentamento há pesquisadores, bem como revelou o interesse pelos estudos que estou realizando.

Conto essas experiências de combinados, recombinados, imprevistos e encontros casuais porque mesmo com certa proximidade com algumas pessoas do assentamento, o que favoreceu algumas situações como a articulação para me aproximar dos jovens, foi o esforço do contato, sobretudo para as entrevistas, o que exigiu insistência e um investimento de tempo maior do que o inicialmente planejado. Foram seis meses para conseguir realizar as vinte entrevistas, e um período de tempo maior ainda de idas ao campo e acompanhamento do dia a dia.

A construção dos grupos para análise não foi um processo fácil, implicou reconstruir o caminho várias vezes. Após a transcrição de todas as entrevistas, cada uma delas foi lida muitas vezes, na busca de fazer conexões entre os sentidos da educação e do trabalho relatados pelos jovens e de trazer respostas ao problema da pesquisa. A princípio identifiquei dois grupos com muitas aproximações, designei-os como o grupo das jovens mães e o dos jovens engajados, porém havia uma parte dos jovens que não se enquadrava em nenhum desses grupos. Outra tentativa foi fazer agrupamentos por setor de atividade, mas havia uma variedade de situações de emprego e sua ausência, que durante a própria pesquisa foram sofrendo modificações, o que também não colaborou para esse tipo de organização. Foi ao ler e reler as entrevistas, retomar o caderno de campo, que observei que as narrativas poderiam agrupar os jovens, pois era possível perceber recorrências discursivas entre algumas delas, embora cada experiência fosse sempre única.

Essa situação implicou articular as experiências pessoais e possíveis relações com as dos demais jovens pesquisados, bem como considerar os fatores conjunturais que influenciam os sentidos do trabalho e da educação que aqui serão analisados. Contudo, como aponta Corrochano (2008), a escolha desse agrupamento tem a perspectiva da valorização das falas dos jovens. Não se trata de uma análise de discurso propriamente dita, mas sim de um procedimento que concilia a atenção aos conteúdos, a maneira de falar, o contexto da situação em que se fala, identificando falas comuns. A comunicação indica o pensamento, sendo que a ação educativa implica compreender esse processo. Eis o desafio das análises: “não há

pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcado por ela, do que resulta que a linguagem não pode estar isenta dessas marcas" (FREIRE, 1983 p.48).[42]

2.3 Perfil dos jovens entrevistados[43]

Apresento o perfil inicial dos jovens, com alguns dados recolhidos junto a eles. A seleção de informações considerou os aspectos prioritários que colaborariam na compreensão do problema da pesquisa.

2.3.1 Dados iniciais

Como já explicitado, a pesquisa contou com a participação de dezesseis jovens, dos quais dez mulheres e seis homens. Sete jovens se declararam negros (pretos e pardos)[44] e nove se declararam brancos; as idades variaram de 15 a 26 anos. Os jovens mais novos são: Claudinei, Rafael e Valéria; a jovem de mais idade é a Alessandra.

A maior parte das famílias é originária de cidades da região, apenas dois jovens vieram de outros estados (Paraná e Paraíba). Os pais desses jovens vieram para o assentamento buscando melhores condições de vida, pois viviam na cidade em periferias, pagando aluguel e com a incerteza de conseguirem empregos. Nos relatos as famílias, mesmo com algumas dificuldades, consideram que melhoraram suas condições, possuem casa e passaram a ter mais opções na alimentação.

Alguns jovens estão ali desde o inicio da constituição do assentamento, passaram pela etapa de ocupação e acampamento, para então permanecerem na localidade. Porém, há jovens que vieram depois: Sandrinha, Alessandra, Flávia, Renatinha e Marcelo. As mulheres informaram que vieram motivadas pelo casamento; já Marcelo disse que veio para buscar uma

---

[42] A linguagem não é abstrata de um contexto de produção social, os enunciados podem assim indicar valores, mudanças e sentidos (Bakhtin, 2004). Embora, nesta pesquisa, eu não tenha a pretensão de explorar a abordagem bakhtiniana, o livro Marxismo e filosofia da linguagem é um clássico nesse sentido.

[43] No Apêndice A estão descritas individualmente, de forma sucinta, algumas características do perfil de cada jovem.

[44] O questionamento sobre cor/raça tem por referência a classificação proposta pelo IBGE (2008), que, a partir do censo de 1991, classifica "cor ou raça" em cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

oportunidade, passou um período em Sumaré, mas por ter conhecido uma jovem assentada, mudou-se para o Milton Santos, passando a viver com a família da jovem.

Tabela 2

Distribuição dos jovens segundo idade, cor/raça, sexo, local de moradia anterior ao assentamento e participação na constituição do assentamento

NOME	IDADE	COR/RAÇA	SEXO	CIDADE ANTERIOR	ASSENTADO DESDE A CONSTITUIÇÃO
Hildete	18	Branca	Feminino	Limeira	Sim
Camila	17	Branca	Feminino	Limeira	Sim
Jovanir	22	Branco	Masculino	Limeira	Sim
Marcelo	20	Branco	Masculino	Paraná	Não
Sandrinha	24	Preta	Feminino	Capivari	Não
Dayane	21	Parda	Feminino	Limeira	Sim
Alessandra	26	Preta	Feminino	Limeira	Não
Claudinei	15	Pardo	Masculino	Campinas	Sim
Rafael	15	Branco	Masculino	Limeira	Sim
Karyne	18	Parda	Feminino	Campinas	Sim
Flávia	23	Parda	Feminino	Campinas	Não
Renatinha	22	Branca	Feminino	Limeira	Não
Karlinhos	22	Pardo	Masculino	Campinas	Sim
Valéria	15	Branca	Feminino	Paraíba	Sim
Joaquim	24	Branco	Masculino	Limeira	Sim
Elis	21	Branca	Feminino	Americana	Sim

Fonte: Elaboração própria, 2015.

2.3.2 Família

Entre os jovens pesquisados há um equilíbrio na posição de filhos ou cônjuges, a maior parte não tem filhos, sendo que seis deles já são pais ou mães e dez não. A maioria dos jovens que possuem filhos reside na casa dos sogros ou pais. Nem todos os jovens casaram formalmente,[45] porém apenas Alessandra e Dayane estão na segunda união.

Os jovens casados manifestaram o desejo de possuir uma casa, pois apenas Sandrinha tem residência própria, ainda que admita estar insatisfeita com a moradia por conta das condições da construção. Quando o novo casal fica na casa dos pais de um dos cônjuges, cria-se para os dois uma situação provisória, pois desejam formar um núcleo familiar independente (SARTI, 2011). Essa é uma das situações que podem levar à migração dos jovens, pois estes não descartam se mudar para conquistar o sonho da casa própria.

Como aponta Sarti (2011), no Brasil existem arranjos familiares diversos. No assentamento há famílias organizadas nuclearmente (um casal e seus filhos), mas também jovens que moram com outros parentes; como já explicitado, há ainda os jovens que mesmo casados residem com os pais ou sogros, e também quem more somente com a mãe e os irmãos.

Tabela 3

Distribuição dos jovens segundo posição na família e distribuição de mães/pais não mães/não pais

NOME	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	FILHOS
Hildete	Filha	Não
Camila	Sobrinha	Sim, um.
Jovanir	Filho	Não
Marcelo	Cônjuge	Não

[45] Considero casados aqueles que estão unidos consensualmente.

Sandrinha	Cônjuge	Sim, um.
Dayane	Cônjuge	Sim, está grávida do 2º.
Alessandra	Cônjuge	Sim, está grávida do 2º.
Claudinei	Filho	Não
Rafael	Filho	Não
Karyne	Filha	Não
Flávia	Cônjuge	Sim, dois.
Renatinha	Cônjuge	Sim, um.
Karlinhos	Cônjuge	Sim, um.
Valéria	Filha	Não
Joaquim	Filho	Não
Elis	Filha	Não

Fonte: Elaboração própria, 2015.

2.3.3 Escolaridade

Ainda que acesso e permanência na escola por si só não possam ser considerados sinônimo de qualidade de educação, constata-se que dos 16 jovens do Assentamento Milton Santos, 10 estão sem estudar. Desses 10, sete não terminaram o Ensino Médio, dos quais cinco sequer concluíram o Ensino Fundamental. Outro dado relevante é a distorção idade/série. Dos que estão estudando, apenas Valéria, Rafael e Claudinei mantém seus estudos sem interrupções ou com período mais curto de interrupção. Curiosamente, estes são os jovens mais novos da pesquisa, o que pode sugerir que os jovens mais velhos tiveram menos oportunidades para concluir seus estudos. Isso vai ao encontro da tendência de que as gerações mais novas estão ampliando sua escolarização, como apresenta a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (CASTRO, et al., 2013).

Contudo, Hildete, Karyne e Camila, que estão na faixa etária entre 17 e 18 anos, constituindo o segundo grupo de jovens mais novos, ou não estudam, como é o caso de Camila, ou voltaram a estudar por meio de sistemas que preveem a educação escolar para quem não a fez no ensino regular (EJA e Encceja – Exame Nacional para Certificação de

Competências de Jovens e Adultos). Fluxos descontínuos de estudos marcam a realidade da maior parte dos jovens do assentamento Milton Santos.

Percebe-se que no Brasil, no que se refere à escolaridade, os números evidenciam a recente expansão do acesso à escola e mais anos de estudos (CASTRO et al., 2013), porém "...persistem trajetórias escolares marcadas por intermitentes reprovações e evasões, e está longe de se completar a universalização da educação..." (CORROCHANO et al., 2008). Levaram-se mais jovens para a escola, mas não temos uma realidade de igualdade. A própria realidade estudada mostra essa situação, pois a pessoa mais escolarizada da pesquisa é uma mulher branca e sem filhos (Elis), mas são também mulheres as menos escolarizadas, todas elas negras (pretas/pardas) e com filhos (Dayane, Renatinha e Sandrinha).

Notam-se nessa primeira análise desigualdades combinadas, ou seja, embora os jovens estejam no mesmo assentamento, outros fatores correlacionados como gênero e cor podem contribuir para diferenças de acesso, permanência e número de anos estudados. Percebe-se ainda que o fato de ter filhos pode implicar alguma variação quanto aos estudos; entretanto, como aponta a pesquisa realizada por Heilborn et al (2002) nas relações de parentalidade[46] e educação, as irregularidades escolares das classes populares eram anteriores à maternidade e paternidade.

> Os dados indicam o caráter indissociável da articulação entre classe social e gênero na compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência. Entre as jovens de classes médias observam-se alterações na condução dos projetos e trajetórias escolares, que, até então, se processavam de modo linear. O mesmo não ocorre entre as jovens das classes populares, cuja irregularidade das carreiras escolares independe da maternidade. Já entre os jovens homens não há mudanças significativas, uma vez que aqueles dos estratos médios não interrompem seus projetos e percursos educacionais, e os dos grupos populares ingressam precocemente no mercado de trabalho, não sendo isto uma consequência direta da paternidade adolescente (idem, 2002, p.13).

Embora nem todos os jovens tenham dado continuidade aos estudos, todos passaram pela escola, portanto construíram sentidos para a educação também em sua esfera escolar, Esses sentidos ficarão mais evidentes no próximo capítulo.

[46] 3 O termo parentalidade engloba a ideia de maternidade e de paternidade (HEILBORN, 2002, p.15).

Tabela 4[47]

Distribuição dos jovens segundo escolaridade

NOME	ESCOLARIDADE	MODALIDADE	ATUAL SITUAÇÃO ESCOLAR
Hildete	2º ano	EJA – Educação de jovens e adultos	Estudando
Camila	1º ano	Ensino Médio	Não estuda
Jovanir	7º série	Ensino Fundamental	Não estuda
Marcelo	EM completo	Ensino Médio	Não estuda
Sandrinha	6º série	Ensino Fundamental	Não estuda
Dayane	6º série	Ensino Fundamental	Não estuda
Alessandra	1º ano	Ensino Médio	Não estuda
Claudinei	1º ano	Ensino Médio	Estudando
Rafael	9º ano	Ensino Fundamental	Estudando
Karyne	2º ano	Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	Estudando
Flávia	8º série	Ensino Fundamental	Não estuda
Renatinha	6º série	Ensino Fundamental	Não estuda
Karlinhos	2º ano	Ensino Médio	Não estuda
Valéria	2º ano	Ensino Médio	Estudando
Joaquim	Ensino superior completo	Ensino superior	Não estuda

[47] A diferenciação entre série e ano está associada à Lei n, 11.114 de 2005, que passou a constituir o Ensino Fundamental com mais um ano de escolarização: a 8ª série equivale ao 9º ano; processualmente os estados foram implementando a proposta, o que gera essa dubiedade de informação quando o jovem declara a sua escolaridade.

Elis	1º ano	Pós – graduação lato sensu	Estudando

Fonte: Elaboração própria, 2015.

2.3.4 Trabalho

A situação dos jovens que estão trabalhando é bem diversificada. Jovanir e Karlinhos são registrados e exercem atividades nas indústrias da região; Hildete, durante o período da pesquisa, também conseguiu um emprego registrado em uma fábrica de doces; já Alessandra e Marcelo se declaram autônomos e mantêm suas atividades no assentamento. Alessandra tem um salão de beleza e Marcelo é prestador de serviços (corta grama, faz manutenção de casas etc.); já Joaquim e Elis são remunerados pelas funções que exercem junto ao MST.

A ausência do emprego também marca a realidade de alguns jovens. Karyne disse estar procurando emprego, enquanto Sandrinha, Flávia e Dayane, que também disseram estar desempregadas, demonstraram haver suspendido o interesse em procurar uma colocação no mercado de trabalho, em geral por estarem desanimadas com o fato de mandarem currículos e não serem chamadas para entrevistas. Segundo estudos de Jardim (2011), essa condição pode ser caracterizada como "desemprego oculto por desalento", categoria adotada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que considerando a heterogeneidade do mercado brasileiro trouxe inovações na noção de desemprego. O caso das jovens acima aproxima-se das ponderações da autora que faz referência ao sistema meritocrático escolar abordado por Dubet (2004), construindo uma analogia com o universo do trabalho.

> Dubet (2004, p.51-60) sugere que a experiência da desigualdade num contexto pretensamente meritocrático piora a situação do indivíduo que "fracassa": numa sociedade em princípio aberta, que garante iguais oportunidades a todos, o "fracasso" não pode ser explicado com referência a nenhuma narrativa coletiva, sendo de responsabilidade individual. Daí a recusa de alguns jovens, no contexto escolar analisado por Dubet, mas podemos pensar que processos muito semelhantes ocorrem no contexto do mercado de trabalho, em participar de um jogo cujas regras não lhe favorecem. Retiram-se, portanto, para preservar a integridade de sua identidade (JARDIM, 2011. p.505).

As mulheres aparentemente são as mais atingidas pela ausência de trabalho. Entretanto, quando começarmos a adentrar suas colocações, será notado que elas trabalham e trabalham muito, já que, como apontam os estudos de Lombardi (2009), "... a divisão sexual do trabalho atribui a cada sexo, posições e possibilidades de inserções diferentes, as quais são construídas sobre imagens e representações de gênero vigentes na sociedade" (p. 125). A autora ainda enfatiza que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e os cuidados com os filhos, situação expressa também na realidade de parte dos assentados no Milton Santos.

Há jovens que declararam somente estar estudando, não tendo intenção de procurar emprego, pois pretendem focar nos estudos; são eles Valéria e Leonardo. Ambos contribuem na agricultura familiar, mas não consideram essa atuação como trabalho. A mesma situação de não reconhecer o próprio trabalho na agricultura junto à família foi observada nas entrevistas de Hildete, Camila, Claudinei, Rafael e Flávia. No relato dos jovens é comum observar o uso do termo "ajuda". Segundo Garcia (1983),[48] apud Loera (2004), em seus estudos com pequenos produtores de Pernambuco, a situação ocorre porque o trabalho dos filhos e das mulheres na unidade de produção familiar "aparece como algo gratuito, como uma ajuda que é prestada ao pai" (p.103).

Tabela 5

Distribuição dos jovens segundo situação no mercado de trabalho

JOVEM	SITUAÇÃO E ÁREA NO MERCADO DE TRABALHO NO MOMENTO DA ENTREVISTA
Hildete	Trabalhando na horta familiar; estava procurando emprego.
Camila	Comércio da família e agricultura familiar; não estava procurando emprego.

[48]GARCIA Jr. A. Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

Jovanir	Empregado com carteira assinada na indústria; não estava procurando emprego.
Marcelo	Autônomo prestando serviços de manutenção, sem regularização; não estava procurando emprego.
Sandrinha	Desempregada; não estava procurando emprego.
Dayane	Desempregada; não estava procurando emprego.
Alessandra	Autônoma prestando serviços em salão de beleza, sem regularização; não estava procurando emprego.
Claudinei	Trabalhando na horta familiar; não estava procurando emprego.
Rafael	Trabalhando na horta familiar; não estava procurando emprego.
Karyne	Desempregada; estava procurando emprego.
Flávia	Trabalhando na horta familiar; não estava procurando emprego.
Renatinha	Desempregada; não estava procurando emprego.
Karlinhos	Empregado com carteira assinada na indústria; não estava procurando emprego.
Valéria	Trabalhando na agricultura familiar; não estava procurando emprego.
Joaquim	Empregado, educação (cooperativa); não estava procurando emprego.
Elis	Empregada, secretariado do MST; não estava procurando emprego.

Fonte: Elaboração própria, 2015.

CAPÍTULO 3 – SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PARA OS JOVENS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

Este capítulo pretende focalizar a diversidade de experiências e sentidos atribuída pelos jovens ao trabalho e à educação.[49] As discussões foram organizadas a partir de narrativas juvenis que se aproximavam, sendo formados três grupos de análises: Grupo 1, dificuldades em conciliar trabalho e estudo; Grupo 2, dilemas da conciliação do trabalho, do estudo e da família; e Grupo 3, o estudo é prioridade. Nas experiências de trabalho e educação algumas situações foram mais evidenciadas nos diálogos, são elas: a luta pela terra, a maternagem, os movimentos sociais, a rádio, a família, a escola, a agricultura nos lotes, o pequeno comércio no assentamento e os empregos na cidade. Nem todos os jovens passaram por todas as situações, mas foi possível perceber que grande parte das experiências de trabalho e educação apresenta sentidos para esses jovens: esse é o foco das discussões a seguir. Porém outros dados acabaram emergindo, pois as situações de trabalho e de educação não ocorrem descoladas de outras dimensões da vida.

*****

3.1 Grupo 1: Dificuldades em conciliar trabalho e estudo

Neste grupo, foram incorporados os jovens que relataram dificuldades para conciliar trabalho e estudos, são eles: Hildete (18 anos, branca), Karlinhos (22 anos, branco), Jovanir (22 anos, branco), Karyne (18 anos, parda), Marcelo (20 anos, branco) e Claudinei (15 anos, branco). Em sua maioria esses jovens chegaram ao assentamento ainda crianças, apenas Marcelo veio posteriormente. Todos eles têm ou já tiverem experiências na agricultura familiar, mas apenas Hildete e Claudinei declararam exercer atualmente atividades com as famílias na horta, no caso de Hildete parcialmente, pois há pouco tempo a jovem conseguiu um emprego em uma fábrica de doces, e no caso de Claudinei exclusivamente. Karlinhos, Jovanir e Hildete possuem registro em carteira, estando empregados na indústria, Marcelo é

[49] Muitas delas apresentadas por meio das experiências escolares.

autônomo, faz manutenção nas casas e terrenos do assentamento (parte elétrica, capinação etc.) e Karyne está desempregada.

Quanto aos estudos, apenas Marcelo concluiu o Ensino Médio antes de vir para o assentamento, mas não pretende voltar a estudar este ano. Karlinhos e Jovanir não estudam, mas cogitaram voltar; Hildete e Dayane voltaram por meio de outras modalidades de ensino (EJA e Encceja); Claudinei estudava no ensino regular de manhã, mas recentemente passou a estudar à noite; com exceção de Marcelo, todos esses jovens já reprovaram de ano ou abandonaram a escola alguma vez.

A difícil conciliação da jornada dupla entre trabalho e estudo é expressa pelos jovens desse grupo na experiência do primeiro emprego fora do lote da família.

> [Você estuda?] Não... Ah, comecei a trabalhar, comecei a trabalhar de servente, aí fui, começa-se né, chegava em casa eu dormia, não aguentava não. Entende. [E nessa época você trabalhava e estudava?] É, mas eu parei, depois de um tempo eu parei, não aguentei muito não (ENTREVISTA, Karlinhos, 22 anos).

> A minha irmã trabalhava no café, aí tava precisando de uma pessoa para trabalhar, aí falou para mim trabalhar, o patrão dela, daí levei meu currículo lá, ele me aceitou...Era das 09h às 19h, às 18h, horário comercial...Eles não registravam, porque não podia, acho que eles não podiam registrar. [E qual dificuldade você tinha para trabalhar lá?**]** Era mais o ônibus mesmo, porque não tinha. Eu entrava 9h, e o ônibus aqui era só 7h. Aí tinha que saí mais cedo. E também pra voltar embora, que eu ia direto para escola. O que é um pouco ruim, porque eu não tomava banho, aí eu ia direto para escola (ENTREVISTA, Hildete, 18 anos).

Para Guimarães (2008), considerando a juventude brasileira, não se pode suprimir a qualificação de sua especificidade de "juventude trabalhadora", pois uma parcela dos jovens ingressa no mundo do trabalho ainda na infância. Esses relatos se referem às condições do primeiro emprego a que foram submetidos, desgastes físicos e jornadas exaustivas, além da

ausência de vínculo formal (registro em carteira). No relato de Karlinhos fica bem evidente a sua dificuldade para continuar a estudar, a expressão "não aguentei" faz inferência a essa situação. Hildete, por sua vez, aponta a questão da mobilidade como um dos dificultadores que fazem com que se acentuem os problemas ao se acumular trabalho e escola.

Karyne e Jovanir também começaram a trabalhar precocemente e apresentaram dificuldades muito parecidas com as dos outros jovens desse grupo.

> Trabalhei de servente, de pintor também, pintor assim mais parte de casa, que hoje nós mexemos com pintura, só que é pintar peças de farmácia, essas coisas, prateleira. Eu já trabalhei com pintura assim de casa. De joia. De servente... Ah o outro era pesado, era mais pesado, porque era servente, né.... Era no sol quente. Trabalhava no sol. Era ruim por causa do sol quente.... Porque na época, quando eu trabalhava eu era de menor ainda, aí eu fiz 18 anos, daí eu falei, agora vou ver se eu acho um registrado, né. Daí eu entreguei uns currículos ai, consegui arranjar nessa firma que eu tô. Daí eu saí do servente e entrei nesse, né (ENTREVISTA, Jovanir, 20 anos).

> Aí tinha de ir de ônibus de manhã cedo, eu pegava o ônibus 7h da manhã, ia pro serviço, do serviço, não dava nem para mim voltar em casa, tomar um banho, jantar, eu já saí direto para escola, chegava esgotada na escola, tinha que estudar e eu ia chegar em casa só 23h30 da noite, que é a hora que a perua vem deixar [E como você procurou resolver essas dificuldades?] Eu decidi que eu não ia trabalhar mais como vendedora. Porque chega final do ano você cansa, porque você trabalha até as 22h da noite, então, porque às vezes, tinha vez que eu tinha que fazer as minhas lição no horário de almoço, era uma coisa para descansar e eu tava lá fazendo lição, eu voltava pro serviço exausta. E vendedora você fica em pé o dia inteiro, chegava morta, as pernas doendo (ENTREVISTA, Karyne, 18 anos).

Mesmo considerando a diminuição das taxas de participação dos jovens no mundo do trabalho, a experiência laboral é mais difícil para uns do que para outros. O aumento da escolaridade e a qualidade dos empregos ainda contêm núcleos de múltiplas desigualdades: os jovens de baixa renda, os moradores de áreas metropolitanas mais pobres, de algumas áreas rurais, as mulheres e os negros são exemplos desses segmentos que enfrentam maiores dificuldades (OIT, 2012). O comércio e a construção civil, no relato dos jovens desse grupo, foram o cenário de suas primeiras experiências de emprego para além da agricultura com a qual conviviam desde muito cedo. Jornadas extensas, baixos salários e ingresso antes da idade legal[50] para se trabalhar são fatores presentes nas suas vidas.

Karyne resolveu sua dificuldade em conciliar trabalho e estudo deixando o emprego de vendedora, pois as exigências da escola, como as lições, prejudicavam o tempo do horário de almoço. Já Karlinhos e Jovanir deixaram a escola, demonstrando que quando se abandona a escola prematuramente existe dificuldade em retomar os estudos. Contudo, mesmo Karyne e Hildete, que conseguem atualmente frequentar a escola, não o fazem no ensino regular, mas sim nas modalidades da EJA (Hildete) e Encceja (Karyne); embora essas modalidades educativas possibilitem o retorno escolar, é inegável seu viés compensatório, sendo a busca da conclusão da escolarização em idade posterior àquela prevista para se cursar a educação básica. É algo comum nas entrevistas com os jovens eles dizerem que, se voltarem a estudar, o farão por meio da EJA.

> [Você me disse que estudou até a sétima série, isso ajudou de alguma forma com o seu trabalho?] Não ajudou não. [Por que não?] No trabalho de servente não. Com esse que eu tô agora, a firma mesmo, quando eu entrei a minha, a chefe mesmo falou você vai ter que voltar a estudar para terminar o Ensino Fundamental. Eu já tinha combinado com ela que eu ia voltar mesmo, mas não voltei ainda... [E agora, você vai estudar?] Eu vou fazer supletivo. Eu vou ver se eu vou ter que terminar a sétima e a oitava. E depois começa o primeiro, segundo... [E por que você vai fazer o supletivo?] Ah, por causa da minha idade, se eu voltar na sétima eu já vou achar meio esquisito,

[50] No Brasil a idade mínima para se trabalhar é 16 anos, com exceção de situações de aprendizagem estabelecidas pela Lei 10.097/2000 a partir dos 14 anos (OIT, 2012).

> então falei, acho melhor eu fazer o supletivo, porque eu termino, eu faço, eu completo de onde eu parei mais rápido também, né. [Por que você não voltou logo assim a estudar?] Porque eu num gostava, num queria ir atrás, né, aí depois que se ferra que aprende, né (ENTREVISTA, Jovanir, 20 anos).

Jovanir parece se culpar por não ter permanecido na escola, atribuindo ao seu desinteresse a baixa escolaridade, contudo a empresa vem cobrando a retomada dos estudos, o que pode contribuir para que o jovem faça planos de voltar para a escola; cabe ressaltar, porém, que não se trata de uma demanda direta do posto de trabalho que ocupa, uma vez que exerce a função com o nível de escolaridade que já possui. A EJA aparece para esse jovem, e para outros que buscam retomar a escolaridade, como uma segunda chance no que tange à frequência escolar (CARRANO, 2007). Essa segunda chance, para não incorrer no risco de novamente "expulsar" os alunos da escola, não pode ser assumida como uma política de aceleramento dos estudos, o desafio está em promover a aprendizagem, indo além do oferecimento de vagas, mas proporcionando condições estruturais e formativas para os atores que aí estão se inserindo (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Ter em vista a diversidade de perfis que tem adentrado a educação de jovens e adultos também deve ser considerado pelas escolas na construção e desenvolvimento de seus currículos, pois no caso em questão ser jovem, ser do campo e ser trabalhador, são condições que estão postas ao sistema educativo que trabalha com o público desta pesquisa. Como aponta Andrade (2004), é preciso valorizar o retorno dos jovens pobres à escola, isso e fundamental para torná-los visíveis.

> A educação, via de regra, é reconhecida e valorizada positivamente por esses jovens, mais do que isto, não é falta, nem suplência, é direito. Perceber esses jovens do ponto de vista da EJA revela uma condição marcada por profundas desigualdades sociais. Na escola de EJA estão os jovens reais, os jovens aos quais o sistema educacional tem dado as costas. Percebê-los significa a possibilidade de dar visibilidade a esse expressivo grupo que tem direito à educação e contribuir para a busca de resposta a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que habitam o sistema educacional brasileiro como um todo (Idem, 2004. p.51).

Passando pelas suas primeiras experiências de emprego e pelas relações que vão estabelecendo com a escola, esses jovens continuam inseridos no mundo do trabalho.

Claudinei é o único desse grupo que mantém suas atividades apenas na agricultura, porém todos desse grupo já vivenciaram essa experiência.

> [Você trabalha?] Não, só ajudo meu pai, só...Na roça. [E ele faz mais alguma coisa, ou ele só mexe na roça?] Ele é pedreiro. [E ele costuma fazer casa, para onde?] Aqui mesmo. [E a roça, o que vocês plantam lá?] Ah... milho, mandioca, banana...Nós vendemos, antes vendia pro simultâneo,[51] mas agora não tem mais, por enquanto.... [E aí, o que vocês fazem agora?] Agora, meu pai colhe, e trata dos bichos, da criação. [A família inteira trabalha na terra, ou tem alguém que trabalha em outro lugar?] Não, tudo na terra... Ah, é bom, porque você ajuda ele, ele não tem que tá pagando os outro para ajudá ele. [E você recebe alguma coisa por isso?] Hum hum, quando eu preciso de alguma coisa ele me dá. (...) Aqui é, tipo, é mais sossegado, se trabalha assim na terra junto com seu pai, essas coisas. [E se você pudesse escolher um trabalho, o que você escolheria?] Ah. Ainda não sei, não pensei nisso ainda. [E você já fez algum outro trabalho?] Não. [E você já procurou algum outro emprego além desse?] Não. (ENTREVISTA, Claudinei, 15 anos).

> Ela trabalhava fora (se referindo à mãe), mas agora ela parou. Ela tá trabalhando na terra aqui mesmo, na horta. [E você trabalha na horta?] Não. Só quando ela precisa de ajuda...Ajudo ela a colher, quando é de colher ajudo ela... (ENTREVISTA, Hildete, 18 anos).

> Trabalhava pro meu pai, né, na roça, quando eu não tinha idade para trabalhar na cidade, eu trabalhava pro meu pai então. [E na roça hoje, quem mexe?] Hoje é meu pai e minha mãe mesmo, eu trabalho à

[51] O jovem demonstra certo conhecimento sobre o destino da produção: a menção ao simultâneo se refere a uma modalidade dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) prevista pelo Decreto Nº 7.775[51]. O PAA tem objetivo de fortalecer a agricultura familiar "Efetivamente, trata-se de uma forma de apoio caracterizada por uma intervenção importante do Estado na comercialização e regulação de preços dos produtos alimentares, o que é habitualmente deixado ao livre jogo das forças de mercado" (MORUZZI MARQUES; MOAL; ANDRADE; 2014. p.8).

> noite, né, não tem nem como, nem estudar de dia, então é meu pai e minha mãe. [E por que você deixou de trabalhar no sítio?] Ah, ah, no sítio não tem muito jeito não, tem que arrumar dinheiro, né. [Não dá dinheiro trabalhar na roça?] Dá dinheiro, né, mas para mim assim não dá não, estudei, tenho que trabalhar, arrumar um serviço mais decente, né, é serviço, né, é serviço, mas tem que arrumar um jeito de trabalhar. [O que você faz hoje?] Sou porteiro. [Me conta um pouco sobre o seu trabalho.] Ah, lá tem que dar saída, entrada em caminhão, fica mexendo no computador, fazendo nota, e dando saída nas notas, dando saída em caminhão que vai entregar bebidas, eu trabalho na Ambev em Paulínia lá. Eu trabalho lá na portaria lá. [E você gosta do que você faz?] Gosto, é bom, é sossegado. [E o que significa trabalhar para você?] Ajuda a pagar as contas, dá para fazer um monte de coisa, né, se vai querer comprar alguma coisa, você tem o dinheiro, né (ENTREVISTA, Karlinhos, 20 anos).

Diversas pesquisas (CASTRO, 2009; BRUMER, 2007; WEISHEIMER, 2007) têm apontado que na agricultura familiar pode ocorrer de o pai ser a referência na organização do trabalho da família, sendo ele o responsável por gerir as finanças e comercializar os produtos. Na unidade familiar, é comum o jovem dizer que "ajuda" a família e não entender essa colaboração como um trabalho, muitas vezes por não envolver questões salariais, como apresentam Ferreira e Alves (2009):

> Na lógica da agricultura familiar, as relações produtivas têm como base o compromisso e as obrigações familiares. Disso decorre o fato do trabalho de todos os seus integrantes, inclusive os jovens, não envolver questões salariais porque tem como finalidade a reprodução social da família e unidade produtiva, tanto no ciclo curto – reprodução biológica –, como no ciclo longo – reprodução geracional – e não a acumulação de capital (Idem, 2009. p.249).

Podemos perceber que essa perspectiva encontra sentido nos relatos apresentados por Claudinei. O jovem trabalha tendo em vista a preocupação em evitar a necessidade de contratação de terceiros, porém não recebe nenhum valor financeiro por isso, o que contribui para que ele mesmo interprete como "ajuda" o trabalho que realiza, assumindo um sentido de compromisso familiar. Valorizar o trabalho dos jovens no campo implica

relativizar essa autoridade paterna. Contudo, em estudos em bairros rurais no final da década de 1970, Fukui (1979) já identificava que a autoridade paterna nem sempre é drástica, o pai tem poder limitado sobre a vida dos filhos e filhas, estes podem trabalhar fora, podem escolher seus relacionamentos etc.

Hildete e Karlinhos também mobilizam a palavra "ajuda" ao se referirem à agricultura. O fato de os jovens não relacionarem como trabalho a sua atuação na agricultura pode ainda demonstrar que eles almejam outro emprego que não no lote, tratando esse período como uma situação provisória, portanto pouco valorizada. Karlinhos, que estudou um pouco mais, entende que os estudos deveriam proporcionar possibilidades mais decentes; em seus relatos o jovem associa a melhores condições de trabalho situações que proporcionariam algo menos "pesado" do que suas vivências na agricultura e na construção civil, e de fato ele considera bom o trabalho atual porque o acha "sossegado" e por meio dele consegue uma renda. A profissão de agricultor tem sido desvalorizada socialmente; como o trabalho vai cada vez mais assumindo uma relação com o ganho financeiro, podemos considerar que para alguns jovens e seus pais "o estudo é visto como principal caminho para abrir alternativas ao 'trabalho pesado', ao pequeno retorno monetário e às incertezas sobre o futuro da agricultura" (CARNEIRO, 2008. p.248).

Schneider (2005) esclarece que na agricultura familiar o uso do trabalho dos membros da família na unidade familiar visa a reprodução social e sua identidade. A agricultura passada de pai para filho pode ser vista como um meio de aprendizagem para o surgimento de novos profissionais no campo, ainda que nem todos se tornem agricultores. Entretanto, o autor pondera: "... essas considerações não podem servir para justificar ou legitimar o uso de trabalho de crianças em atividades agrícolas, sobretudo em atividades penosas ou que ofereçam riscos" (p.6). Uma possibilidade interessante que poderia gerar maior aprendizado dos jovens na realidade estudada seria uma maior articulação deles com a associação, expandindo-se para um debate sobre o cooperativismo. Porém a maioria dos jovens entrevistados não declararam participar da articulação da associação, estando seus pais mais vinculados à organização da mesma. Esse aspecto contribui para que "embora essa transferência de saberes tenha sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se uma forte tendência a uma ruptura no processo" (STROPASOLAS, 2011. p.26).

Na tentativa de conseguir uma renda, esses jovens, assim como muitos outros jovens pobres do Brasil, tentam de diversas formas inserir-se no mundo do trabalho. "Nesse sentido, a realidade da maioria dos jovens e dos adultos no mercado de trabalho brasileiro

sempre esteve muito mais próxima da instabilidade e das idas e vindas e de um constante se virar para conseguir ganhar a vida" (CORROCHANO, 2013. p.211).

Karyne, que está atualmente desempregada, e Marcelo, que trabalha com manutenção, demonstram os diversos arranjos que os jovens elaboram para "ganhar a vida".

> [Você, já trabalhou?] Já...Nossa, um monte de coisa. Já trabalhei de vendedora, já trabalhei de auxiliar de costureira, de costureira, deixa eu ver, eu trabalhei, eu fiquei 4 meses numa academia, fazendo coreografia de jump, fazendo aula de jump. Essas foram algumas coisas. [E você era registrada?] Em 3 eu era registrada, em outros foi pouco tempo...Fiquei só o tempo de experiência, que era para poder aprender, para ver se eu queria continuar. De balconista eu fiquei, eu trabalhei de freelancer, que foi aqui em Americana mesmo, e de auxiliar de costureira eu trabalhei em Mundo Novo, que eu fui passar 9 meses para lá, e de vendedora, foi também lá em Mundo Novo, e eu trabalhei também um pouco no Paraguai de vendedora, só que no Paraguai eles não registrava. [E por que você voltou para cá?] Ah, porque lá, vamos dizer assim, não é casa do pai e da mãe da gente, ai fica pulando de galho em galho, saí de um irmão vai pro outro, sai de outro irmão vai para vó. Aí não deu muito certo. Aí falei o jeito é voltar mesmo. [E enquanto você esteve aqui, qual emprego você teve?] Mais de vendedora... (ENTREVISTA, Karyne, 18 anos).

> [Fale para mim o que você faz no seu trabalho?] Vixi, um monte de coisa... Ah, eu, por exemplo, hoje, eu tava trabalhando fazendo a parte elétrica aqui do lado...Então, eu trabalho, eu corto mato também aí com o trator, com a roçadeira. [E o que você gosta do seu trabalho?] Eu acho legal que se você trabalha, você tem dinheiro né? [E o que você acha de ruim do seu trabalho?] De ruim…nada. [Quanto você consegue ganhar trabalhando assim?] Depende do trabalho, dá para tirar…. Depende. Por mês, assim cada mês é um tanto... Uma média...não tem média não... Sempre deu para se virar...Só quando

> ganha menos é quando não trabalha, né... [E você trabalha muito?] Não...Trabalho pouco (ENTREVISTA, Marcelo, 22 anos).

Na entrevista com Karyne, "chamou minha atenção o fato de ela dizer que a ida para o assentamento era o sonho dos pais, mas que ela apesar de pensar em ir embora novamente, cogitava a possibilidade de ficar e montar uma academia, pois segundo a mãe o assentamento está virando um bairro, por conta da expansão ao redor" (NOTAS DO CADERNO DE CAMPO - 01/03/2014). A dinamicidade de sua vida se dá em todos os sentidos, seja no trabalho, seja nos períodos que já passou fora da casa dos pais, com retorno posterior. Atualmente a jovem iniciou um namoro e mudou-se para Campinas com o namorado. Marcelo, que "deixou muito claro seu desejo de retornar ao Paraná, por saudade de família" (NOTAS DO CADERNO DE CAMPO - 21/01/2014), acabou não partindo, como me disse estar planejando, pois recentemente retomou um relacionamento e será pai. Nesse grupo, após o período de realização das entrevistas Hildete também engravidou, se casou, mudou para o bairro vizinho, porém perdeu o bebê.

Pode-se perceber que a realidade de alguns jovens pode ser representada por um labirinto, onde percursos não lineares (ioiô) tensionam a maneira de se viver a juventude (PAIS, 2002). Karyne, que chegou a trabalhar até no Paraguai, pois Mundo Novo é na fronteira, o que levou a jovem passar um período em outro país, representa bem essa perspectiva descontínua, com tensões entre presente e futuro. Sua vida pode ser caracterizada como uma síntese provisória: não há linearidade no emprego, a expressão da jovem "Pular de galho em galho" expressa essa mobilidade, em um momento está no assentamento, e em outro estou em outros lugares, e isso vale para as situações de trabalho e de outras áreas de sua vida.

Marcelo, ao contar sua experiência de trabalho, provoca a reflexão acerca de situações que poderiam ser enquadradas na definição de trabalhadores que exploram seu próprio empreendimento:

> Segundo a definição do IBGE/PNAD, é de trabalhadores que exploram seu próprio empreendimento sozinhos ou com um sócio, sem empregar auxiliar assalariado. Podem, no entanto contar com auxílio de pessoa não remunerada. É o pequeno empreendedor, o trabalhador patrão de si mesmo, pretensamente ou não, dono do seu tempo e do seu ritmo de trabalho, livre para movimentar-se no mercado de produção de bens e, sobretudo de serviços. Constitui-se o personagem símbolo do ideário neoliberal, o qual, na apologia das vantagens que usufrui, encobre a precariedade, que em geral, o caracteriza. (HOLZMANN, 2006. p.84).

A falácia do negócio próprio pode ocultar a ausência de direitos, em nome de maior autonomia. Marcelo não é registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que pode colocá-lo mais próximo a uma situação de informalidade. Porém, estar inserido, regulamentado, não garante uma relação de causa e efeito de melhoria das condições laborais e renda.

> Na condição de trabalhadores por conta própria incluem-se atividades tão distintas como comércio ambulante, trabalho doméstico (por exemplo, o de diarista), o chamado profissional liberal, médico, advogado, dentista, arquiteto, o jornalista free-lancer, a costureira. Ela pode ser tanto o desaguadouro do desemprego, dando guarida a amplos contingentes de trabalhadores precarizados, cujas características já foram anteriormente mencionadas, como pode ser o abrigo de trabalhadores que, de alguma forma, e em consonância com as possibilidades legais de inserção num sistema de benefícios relacionados ao trabalho, desvinculado do estatuto do assalariamento, têm seu exercício profissional regularizado frente à previdência social e, provavelmente, também às inscrições em outras esferas públicas e privadas, requeridas para esse exercício (prefeituras, conselhos, fazendas estadual e federal, por exemplo). Entretanto, estes trabalhadores por conta própria são minoria neste conjunto, o que recomenda cautela em considerá-lo integrado por empreendedores portadores de virtudes de iniciativa e racionalidade capazes de produzir efeitos dinamizadores no conjunto da economia (HOLZMANN , 2013. p.129).

As expressões “um monte de coisa” e “Sempre deu pra se virar” ditas por Marcelo também revelam o perfil de ter que diversificar sua atuação para conseguir renda. O que parece reforçar uma das constatações de Holzmann (2006), de que a maior parte dos trabalhadores por conta própria no Brasil representa o desaguadouro do desemprego.

A preocupação com a renda, embora não seja o único sentido do trabalho, acaba por ser preponderante entre os jovens desse grupo. Em relatos anteriores esse aspecto já vai sendo evidenciado, mas fica ainda mais explicito quando os jovens explicam o que para eles significa trabalhar.

> Ah eu prefiro trabalhar em firma, porque vai até sexta, o fim de semana é livre. Porque trabalhar em loja essas coisas vai até o sábado, tem lugar que vai até domingo [O que é trabalhar pra você?] É fazer alguma coisa. Ganhar seu dinheiro. Eu acho que é isso, né, também, trabalhar, ter o dinheiro, sustentar a família (ENTREVISTA, Hildete, 18 anos).

> Ah, um meio de vida né, hoje em dia, se a gente quiser alguma coisinha a gente tem que pegar firme, trabalhar para conseguir o dinheiro, para comprar as coisinhas pra nós mesmo, né. Acho que é um meio de vida, né (ENTREVISTA, Jovanir, 20 anos).

Conseguir renda para viver de alguma forma a experiência juvenil, como aponta Madeira (2006), também é um aspecto que tem aparecido nas pesquisas com jovens. Mas se por um lado a experiência de trabalho apresentada pelos jovens demonstra seus limites, a experiência escolar também não parece contribuir para uma vivência de mais igualdade. A própria escola também aparece nos relatos demonstrando seus limites, ou seja, não é possível afirmar que apenas o trabalho é responsável pelo afastamento dos jovens do sistema educativo escolar.

> Eu repeti, porque, na escola que eu estudava tinha uma tal de DP, eles me passava só que eu ficava em pendência em duas matéria, que foi matemática e física, e mesmo no segundo ano, eu trabalhava, e uma vez na semana, eu tinha que entregar trabalho, que a professora passava um tema, eu vinha pesquisava na internet e entregava para eles. Aí no último bimestre, que era pra mim entregar, eu cheguei do serviço, e quando eu fui pegar os trabalhos para levar, minha mãe tinha jogado fora. Aí por causa desse último bimestre eles me reprovaram no segundo ano. Aí chegou o começo do ano, eu não queria mais estudar na escola, aí eu comecei a faltar, faltar, faltar, aí nem cheguei a estudar, ai eu peguei e fui para Mundo Novo, aí eu fui para Mundo Novo fiquei 9 meses lá, e não estudei, porque o ensino de lá é totalmente diferente daqui, e lá eles queria me voltar uma série, porque lá tem o 9º ano, aqui não tem pra mim o 9º ano, aí eu peguei e não fui, não estudei lá e voltei pra cá. Aí eu comecei agora esse ano (ENTREVISTA, Karyne, 18 anos).

> [Você estuda em qual horário?] À noite... Porque eu reprovei de ano, daí colocaram eu à noite. [Quem colocou você à noite?] A escola

> mesmo. Daí minha mãe concordou porque queria que eu estudasse à noite para ajudar meu pai de manhã. [E você já reprovou quantas vezes?] Uma só... Esse ano. [Esse ano, por que você reprovou]? Ah, porque bagunçava. [Mas você gosta da escola?] Gosto... Ah é bom, porque nós aprendemos bastante tudo... Antes eu era bagunceiro não fazia nada, mas agora não (ENTREVISTA, Claudinei, 15 anos).

Segundo Dubet (2003) a escola tem se baseado em sistemas meritocráticos, delegando aos alunos a responsabilidade pelo seu sucesso e fracasso. Trata-se muitas vezes de mecanismos sutis que selecionam os "melhores" dos "piores", num quadro em que o abandono escolar pode dar a impressão de desinteresse do aluno, ordenando e classificando os indivíduos. No caso de Karyne as faltas evidenciam essa relação com a escola, pois "os alunos mal sucedidos descobrem pouco a pouco que seu trabalho 'não se paga', que eles não conseguem obter resultados honrosos apesar de seus esforços (Idem, 2003. p.40).

No caso de Claudinei, sua opção foi se ajustar ao sistema escolar, a sanção pelo que o jovem indicou de seu "comportamento bagunceiro" foi sua reprovação e a transferência para o ensino noturno. Para muitos jovens a escola que se faz presente em suas vidas deve conviver com o mundo do trabalho, esse dado é ainda mais reiterado quando se trata da expansão da escola que atende os jovens rurais que convivem com o trabalho desde muito cedo. Essa realidade impõe um confronto aos aspectos estruturais, mas também confronta uma proposta educativa que não acolhe esse contexto (SPOSITO, 2008). Disso decorre o que Freire (1996, 1987) chama de "educação bancária", que distancia a prática educativa da vida dos alunos, pressupondo que o papel da escola é transferir conhecimento, cabendo aos alunos adaptar-se ao mundo e ao sistema escolar. Nessa perspectiva a escola domestica e afasta-se do que deve ser seu princípio – a liberdade em meio à mediação que tem em vista a autonomia do sujeito –, portanto a passividade tem como contraposição compreender o verdadeiro sentido da educação.

Na experiência desses jovens a escola representou um espaço de exclusão, ainda que eles não o identifiquem explicitamente dessa forma. Porém outros aspectos também foram citados.

> [E tem alguma coisa que você gostava na escola, quando você estudava?] Ah, das amizades, ah, das brincadeiras que nós brincava lá,

> era mais essas coisas, era mais essas coisas, as amizades com os professor também, o problema num é que eu era um ruim aluno, era porque eu faltava muito, aí eu faltei aí já estourou, né (ENTREVISTA, Jovanir, 20 anos).

> Olha, eu gosto de estudar aquilo que me interessa. Que nem eu amava, as aulas de português, de filosofia, de sociologia, de artes, de educação física, aí de biologia, de matemática, de física e química, eu odiava... O que eu gostava da escola, ah, eu gostava de tudo, porque eu encho o saco dos meus amigos, encho o saco do professor, não de fazer ele passar raiva assim mais, mas eu gostava de ficar perguntando, de saber das coisas, a aula que me interessava eu me manifestava, a aula que não me interessava eu ficava na minha, não perguntava, mas também não dava trabalho para eles... (ENTREVISTA, Karyne, 18 anos).

No sentido apontado por Jovanir e Karyne a escola apresenta-se como espaço de sociabilidade, também como possibilidade de aprendizagem, quando o jovem encontra sentido nos conteúdos. Para Dayrell (2007), "A sociabilidade tende a ocorrer em um fluxo cotidiano, seja no intervalo entre as 'obrigações', o ir e vir da escola ou do trabalho, seja nos tempos livres e de lazer, na deambulação pelo bairro ou pela cidade. Mas, também, pode ocorrer no interior das instituições" (Idem, 2007. p.1111).

Vão se percebendo particularidades nas narrativas dos jovens. A importância dada ao trabalho como eixo comum consiste em identificá-lo como meio de ganho financeiro, devendo-se no entanto notar que mesmo diante da necessidade de trabalhar os jovens buscam melhorar suas situações laborais. A experiência de exploração física mais acentuada no primeiro emprego deu lugar a uma situação que consideraram melhor, menos "penosa" e menos "pesada". O compromisso com a família na agricultura também é mencionado nesse grupo, que não reconheceu essa experiência como trabalho, seja pela falta de identificação com o trabalho na horta, seja porque, por não receberem por isso, saem em busca de alternativas que lhe garantam rentabilidade.

Já a educação, vista aqui na experiência escolar, pode ser identificada como eixo comum desse grupo pelo seu processo excludente. Nesse cenário, como já foi salientado, a

EJA vai representar uma possibilidade de um segundo ingresso na escola, tendo como desafio acolher a diversidade juvenil que vai adentrando essa modalidade de ensino, bem como não reproduzir o sistema meritocrático do ensino regular.

3.2 Grupo 2: Dilemas de conciliação do trabalho, do estudo e da família

Este grupo é composto exclusivamente por jovens mulheres e mães[52] cujos relatos se aproximam, deixando evidentes seus dilemas na conciliação do trabalho, do estudo e da família. São elas: Camila (17 anos, branca), Sandrinha (24 anos, preta), Dayane (21 anos, parda), Alessandra (26 anos, preta), Flávia (23 anos, parda), Renatinha (22 anos, branca). Neste grupo Camila e Dayane chegaram ainda crianças ao assentamento, as demais jovens vieram depois, motivadas pelo casamento. No momento da entrevista Dayane e Alessandra estavam grávidas do segundo filho; Camila posteriormente também engravidou do segundo filho; Flávia tem dois filhos; Sandrinha e Renatinha têm um filho.

Nenhuma dessas jovens trabalha atualmente fora do assentamento, mas algumas já trabalharam em firmas da região ou no setor de serviços. Flávia, Sandrinha e Alessandra não têm nenhuma experiência na agricultura; Alessandra, quando entrevistada, havia recentemente montado um salão de beleza no assentamento; Camila trabalha na agricultura familiar e no comércio da família; Renatinha trabalha na horta familiar e Dayane, quando menor, trabalhava na roça com a mãe, mas não pretende mais realizar esse tipo de trabalho.

Apenas Camila conseguiu concluir o Ensino Fundamental, as demais pararam entre a 6º e a 8º séries, sendo que nenhuma das jovens desse grupo estava estudando quando entrevistadas. A maioria delas começou a trabalhar quando ainda não tinha idade legal, suas experiências em boa parte foram marcadas pela ausência de registro em carteira, porém Camila relatou que passou 5 meses fora do assentamento e trabalhou em um restaurante registrada, e Alessandra também teve duas experiências de trabalho com registro.

> [Você já trabalhou alguma vez?] Já, quando eu morava lá em Limeira, eu trabalhava, em fábrica de joias, trabalhava, eu já trabalhei, mexe

[52] Karlinhos também é pai, é casado com Renatinha, mas está em outro grupo, pois preponderou em seu relato a preocupação com o trabalho e educação em outra perspectiva, já discutida anteriormente.

> com peça de caminhão, sabe, com farol, essas coisas, numa fabriquinha, já trabalhei. [Teve outros empregos?] Não. [Esses dois empregos que você teve eram registrados?] Não, porque eu era de menor ainda, aí não registrou (ENTREVISTA, Renatinha, 22 anos).

> Trabalhei de tudo um pouco, na verdade. Ajudante de pedreiro, com meu ex-marido, 3 anos. Depois logo montei meu salão, vendia lingerie, vendia sapato feminino, vendia roupa, tinha loja de roupa, aí desfiz a loja de roupa e aí investi no salão. Fiquei de vez no salão, aí vendi lá para vir para cá também (ENTREVISTA, Alessandra, 26 anos).

> [Você já trabalhou antes?] Não, eu nunca trabalhei não assim, quando eu morava em Campinas eu olhava criança assim, as mulheres me pagava eu, para levar na escola, trazer, dá uma olhada, até elas chegar, só isso aí que eu fiz (ENTREVISTA, Flávia, 22 anos).

> [Você trabalha?] Trabalhava... Em um restaurante em Limeira. [Você já morava aqui e ia trabalhar lá em Limeira?] Não, porque eu fiquei um tempo lá em Limeira.... Eu fiquei 5 meses trabalhando. [E você ficou lá na casa do seu pai?] Não, da minha prima (ENTREVISTA, Camila,[53] 16 anos).

Segundo o Dieese (2014), a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais está trabalhando informalmente, sendo que a taxa de informalidade nesse segmento está bem acima da média do país, de 50%. Nota-se que a informalidade tem atingido os jovens do assentamento Milton Santos de formas diferentes. No Grupo1 observei que foi mais presente na conquista do primeiro emprego, embora no Grupo 2 ela também esteja presente com essa característica, os relatos vão demonstrar que o desemprego para as jovens desse grupo é mais

[53] A mãe de Camila esteve desde a ocupação no assentamento, porém é falecida. O pai de Camila mora em Limeira. A jovem não declarou ter grande convivência com ele, porém informou que, por ser de menor, o pai paga pensão, o que tem colaborado com suas despesas.

persistente. Para aquelas que não desejam trabalhar na agricultura, a busca de uma colocação tem levado a frustração ao ponto de não estarem mais procurando trabalho.

Para Guimarães (2013), os vínculos de emprego no meio juvenil têm se firmado de forma fugaz, sendo em grande parte mediados por agências de recrutamento; os jovens, mesmo quando acessam empregos registrados, o fazem por um período curto de tempo, entram, saem e voltam ao mercado de trabalho. Entretanto, há ainda um núcleo mais vulnerável, "mesmo com a retomada do crescimento, não perdeu o seu caráter recorrente, especialmente entre os mais pobres, e em que a institucionalização das formas de proteção ainda é exigente por seus critérios de elegibilidade e, por isso mesmo, pouco inclusiva" (idem, 2013).

Sandrinha e Dayane também contam sobre as suas experiências de trabalho, dividindo-se entre o desejo de conseguir um emprego, os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

> Eu já trabalhei em lanchonete, atendente e em padaria também já trabalhei como atendente. Mas por enquanto tô parada. Tem 6 meses que eu sai, 6 meses não, vai fazer 9 meses agora, ganha neném, eu saí do serviço, eu trabalhava num restaurante ali no Zanaga, só que daí eu fui mandada embora. Entendeu, só que eu já tava grávida eu num sabia. Aí fiz o teste numa semana. Numa semana foi embora, na outra semana eu fiz o teste, eu tava grávida. Acabei até perdendo, né, porque daí eu não quis colocar na justiça nada. Ele não registrou, trabalhei 3 meses com ele, ele não me registrou, nada e me mandou embora.[E antes nos outros empregos?] Não, nenhum, eu trabalhei registrada. [E na terra da família, você trabalha?] Não, é só minha sogra mesmo, eu num mexo, eu ajudo em casa e a gente tem um comércio ali em baixo, né, meu marido montou um comércio, uma padaria, só que assim, de uns tempos pra cá ficou muito fraco, né, muito fraco, antigamente rendia mas hoje em dia não ganha, não tira nem 20 reais. [E se você pudesse escolher um trabalho assim, o que você escolheria?] Aí, pra mim, entendeu, sei lá, um serviço digno, né, com certeza, entendeu, porque é, eu penso o melhor para minha filha, o que eu não pude ter, eu quero dar pra ela, entendeu, porque às vezes

> é difícil, ela, entendeu, pedi uma coisa. Que nem esses dia eu sofri, pra mim pode comprar o material dela, eu sofri muito, entendeu, 60 reais não dá pra nada, é o que eu recebo no Bolsa Família,[54] entendeu (ENTREVISTA, Dayane, 21 anos).

> Não... Só meu esposo, eu só faço serviço dentro de casa, limpo a casa, lavo a roupa e só. [Você já procurou emprego quando você chegou aqui em algum momento?] Já. [E como que foi procurar emprego?] Então eu entreguei currículo em várias firmas aqui na área industrial, mas nem chamaram nem para entrevista. [E se você pudesse escolher um emprego? O que você escolheria?] Ah, num sei... uma porque não tenho estudo, né, então não dá para escolher o emprego. Não tem estudo, né, então o que vier (ENTREVISTA, Sandrinha, 24 anos).

A falta de perspectiva no que se refere ao trabalho entre as jovens leva Sandrinha a relacionar o fato de não ter estudos, a estar disposta a trabalhar no que aparecer. Já Dayane demonstra que não teve seus direitos respeitados, o desejo do trabalho digno remete à superação da condição de experiência laboral precária, com passagens rápidas pelo emprego e sem formalização (registro), o que implica não receber férias, fundo de garantia etc. Sandrinha, por sua vez, considera que a ausência de estudos compromete suas chances de conseguir um emprego. Em resumo, as jovens reconhecem a necessidade de estudar por constatarem a alta competitividade no mercado de trabalho, portanto, estudar ou o desejo de estudar é muitas vezes justificado tendo em vista se tornar mais empregável, ou seja, ampliar suas chances de conseguir uma colocação laboral, nesse sentido, elas próprias se responsabilizam pelo seu fracasso, como se fossem culpadas por não conseguirem um emprego. Contudo, mesmo que a escolaridade não seja sinônimo de emprego em uma realidade de competição e de mão de obra abundante, as empresas adotam critérios escolares como meio de seleção, ainda que o posto de trabalho não demande a exigência requerida pela

[54] Mesmo com as dificuldades apresentadas por Dayane, o recurso do Bolsa Família tem colaborado para o cuidado com a filha. Flávia e Renatinha também disseram receber Bolsa Família, os relatos das três jovens demonstram o que pesquisas já vêm apontando sobre a participação das mulheres no programa, são as mulheres em sua maioria que administram esse dinheiro, tendo em vista sobretudo o bem-estar dos filhos (JANNUZZI; PINTO, 2013).

empresa (FOGAÇA, 1998; ROSANDISKI; SILVA, 1999; FRIGOTTO, 2007; CORROCHANO, 2014).

Um olhar mais apressado poderia enquadrar essas jovens, que não estudam e nem trabalham, na categoria "nem nem", que vem sido difundida por pesquisas: "...a maior parte dos denominados "nem nem" se concentra entre as jovens que são mães, com baixa renda, e que adiam a entrada ou se retiram do mercado de trabalho restringindo a sua atividade à esfera da reprodução" (ABRAMO et al, 2013. p.56). Porém, mesmo que as jovens desse grupo não estejam formalmente trabalhando, isso não implica dizer que não estão se dedicando ao trabalho, todas têm investido muito do seu tempo nos afazeres domésticos junto à própria família, bem como se dedicam ao cuidado com os filhos. Para as que trabalham na agricultura, ainda não é evidente o reconhecimento da sua atuação laboral, esse é um fator que pode passar despercebido como dimensão do trabalho juvenil no campo, pois o jovem, mesmo trabalhando na agricultura, pode afirmar que não trabalha.

Estudos longitudinais demonstram que de modo geral há avanços a serem considerados para as mulheres no Brasil, pois tem crescido o índice da população feminina economicamente ativa, também há aumento do número de domicílios chefiados por mulheres e os anos de estudos da população feminina têm se elevado. Ocorre, porém, que no país continua a preponderar à divisão sexual do trabalho, sendo expressivas as desigualdades de gênero, cor/raça, campo e cidade (LOMBARDI, 2009). Embora este estudo não seja centrado nas discussões de gênero, concordamos que na dinâmica em que o trabalho feminino é desvalorizado, estão implicadas relações de poder. Relações de poder e relações sociais se manifestam de diferentes maneiras e em diferentes contextos, estando intrinsecamente relacionadas. "Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995. p.86).

> [E aqui, como você faz para pagar suas contas?] Ah aqui, aqui a maioria quem paga é meu marido. [E na terra, você faz algum trabalho aqui?] Não, quem faz é a minha sogra, que eu não sei, nunca mexi com o negócio, aí minha sogra às vezes cuida, aí eu cuido aqui para ela, faço comida, almoço, limpo a casa, enquanto ela trabalha na roça eu trabalho aqui, para ela, para não ficar sem fazê nada, sabe...Meu marido ele é porteiro, ele trabalha à noite. [Aqui então ele não mexe

> com a terra?] Não, ele mexia, quando ele tava desempregado, ajudava bastante a mãe dele, mas agora ele tá trabalhando... Ah, eu tenho, eu queria arrumar um serviço para eu trabalhar, ter meu salário, ter minha casa pra mim morar, com meu marido e com meu bebê, porque é bom, minha sogra é boa, meu sogro é bonzinho também, mas só que, é tão bom a gente ter a casa da gente, né, eu acho assim (ENTREVISTA, Renatinha, 22 anos).

> Ajudo minha tia, ela cultiva na terra, também ajudo no bar [E no serviço de casa] Também ajudo... Ah, limpa a casa rapidinho em duas (se referindo à prima). [E só as meninas que fazem ou os meninos ajudam também?] É só as meninas (ENTREVISTA, Camila, 17 anos).

Renatinha, quando chegou ao assentamento com o pai fugindo do aluguel na cidade, tinha 20 anos e não contava com nenhuma experiência anterior na agricultura. Em seu relato ela demonstra ainda não ter essa experiência, ficando então responsável pelos afazeres domésticos. Já seu marido Karlinhos, que veio bem antes para o assentamento, acabou demonstrando outra relação com a horta familiar e chegou a colaborar ativamente com a família durante certo período, sofrendo a mesma desvalorização encontrada em outros relatos: seu trabalho junto à família foi visto como ajuda, mesmo quando se dedicou exclusivamente à agricultura ao lado dos pais.

A relação familiar com os pais do marido, o sonho de possuir uma casa própria ou um lote de terra para plantar, no caso de algumas jovens, pode levar a família "agregada" a migrar, mesmo naqueles casos em que se deseja permanecer, pois a busca por uma condição de maior independência, na visão delas, implica também ter um lote próprio. Embora questões relativas possam aparecer também para os jovens solteiros, o fato de os jovens casados terem constituído família torna mais evidente o desejo de possuir um espaço próprio, enquanto os jovens sem filhos demonstram para o futuro projetos mais ligados à questão do trabalho e à continuidade dos estudos. Já para as jovens mães[55] casadas esses projetos estão além das suas

[55] Entre as entrevistadas, apenas uma jovem que tinha filho não morava com o marido. Trata-se de Camila, que embora more com a tia, tem um lote.

relações com os estudos e o emprego, demonstrando com mais recorrência questões futuras ligadas ao desejo de possuírem uma moradia própria e verem os filhos crescerem felizes.

Mesmo diante das contradições sobre o trabalho exercido pelas mulheres no espaço rural, são muitos os exemplos de movimentos de mulheres do campo e da cidade que têm discutido o papel feminino na sociedade, bem como se mobilizado na busca de melhores condições de vida para as mulheres rurais e para os povos do campo como um todo. Esses movimentos pleiteiam ainda relações menos verticais entre homens e mulheres, visto que podemos encontrar muitas situações desiguais na sociedade em relação aos aspectos de gênero, pois no meio rural ainda podem ser encontrados um peso e uma posição hierárquica: "ser jovem rural e mulher, e ou, ainda homossexual representa situação de subalternidade..." (CASTRO, 2009. p.139). Contudo, esse modelo é questionado por várias organizações, entre elas: juventude feminista, marcha das margaridas, articulação de mulheres do MST, movimento de mulheres camponesas etc. Alguns avanços já são perceptíveis: fruto da luta feminista, por exemplo, o pleito pelo acesso igualitário à terra na reforma agrária expressa essa conquista, e foi um fator que levou o governo federal a efetivar essa reivindicação através da Portaria 981/2003 do Incra, que prevê obrigatoriedade de titulação conjunta para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável (FARIA, 2009).

Diante deste cenário, não podemos identificar o papel das mulheres à passividade, porém, ainda que seja "possível mesmo levantar a hipótese de que nos assentamentos esteja sendo gestado o embrião de um novo papel feminino rural" (ABRAMOVAY; RUA, 2000. p.284), é preciso fugir da armadilha de que dentro de um assentamento rural a mulher conquista automaticamente sua autonomia. Ao pensarmos a autonomia dos jovens, no caso deste grupo especialmente das jovens mulheres, percebera que ela se relaciona com outras questões como a independência e a liberdade, que embora sejam diferentes constituem-se processos que interagem entre si. Isso representa dizer que mesmo que muitas vezes não se tenha recursos financeiros para viver o processo de independência ou ainda que se mantenha tutelado em alguns aspectos da vida com limites a liberdade, no campo da mobilização interna do individuo projeta-se ações, não impedindo a construção de sua autonomia (PAPPÁMIKAIL, 2010).

> A autonomia pode ser entendida como uma competência (ou conjunto de competências) do sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjetiva e interior, ao passo que a liberdade situar-se-ia no espaço que vai do indivíduo e suas motivações ao exterior e aos potenciais constrangimentos à ação (p. 405).

Esse processo vai se dando, inserido no contexto onde existem questões econômicas, sociais e culturais que interferem no que estamos percebendo da experiência cotidiana dessas jovens que vão se configurando entre negociações no núcleo familiar, a busca de emprego, o cuidado com os filhos, com a casa e com a agricultura para as que têm afinidades com esse trabalho.[56]

> Ah, eu lavo roupa em casa, faço comida, cuido da casa, ajudo ele capinar, capino também, ajudo ele bastante (se referindo ao marido)... Quando eu preciso me ajuda, às vezes, eu tenho que sair, deixar os meninos, ele cuida dos meninos pra mim, cuida melhor do que eu ainda, né, faz almoço, dá comida, dá banho, quando eu chego, tá tudo almoçado, tomado banho, tudo limpinho. Ele ajuda bastante... Eu trabalho na roça. Agora vou mexer com horta, vou trabalhar na horta (se referindo à associação). É, eu ajudava eles aqui (se referindo aos sogros), mas agora a gente pegou a nossa terra, vamos mexer na terra da gente, né, a gente arô, já plantou…A gente plantou mandioca, plantamos pimenta, a gente quer fazer, pés de pimenta, bastante muda, siriguela, amora, manga, a gente quer fazer um lado só de muda frutífera, e um lado a gente só quer plantar, mandioca, milho, feijão, só, e criar galinha, eu quero criar bastante galinha (ENTREVISTA, Flávia, 21 anos).

Para Weisheimer (2007), ao estudar o trabalho na agricultura familiar percebe-se que os jovens também são membros de uma unidade doméstica, que atuam na produção agrícola. Para o autor, a organização familiar "... determina por sua vez a forma que assumirá

---

[56] As contradições operam não somente na esfera cotidiana do assentamento, os próprios movimentos sociais enfrentam o debate da igualdade de gênero na sua organização. Para Furlin (2013), desde o I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, há preocupação com a participação das mulheres. Depois muitos outros documentos foram alargando essas discussões, inclusive questionando as próprias relações de gênero dentro do movimento, apostando em práticas de formação e reconhecendo que a luta pela reforma agrária ultrapassa a conquista da terra, sendo necessário incorporar outras lutas como a da educação de qualidade, a preservação do meio ambiente e entre elas as relativas ao gênero. Desse modo avançou-se no discurso sobre a temática, porém também há limites no discurso e ambiguidades práticas ainda reproduzidas pelo MST, pois concretamente a participação das mulheres nas instâncias de decisão ainda é um desafio para o movimento, sendo que o maior envolvimento feminino ocorre nos espaços tradicionalmente ocupado por mulheres como o setor de educação, religião etc.

a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida, onde a condição de gênero funciona como dispositivo mediador entre o material e o simbólico, entre a oposição que se estabelece entre casa, roçado, trabalho e ajuda" (p.240).

> A diferença e a complementaridade entre os sexos viram injustiça e, portanto desigualdade de gênero quando estas atividades desempenhadas por mães e filhas permanecem desvalorizadas socialmente, uma vez que com grande frequência não são consideradas produtivas e nem trabalho, simplesmente porque são realizadas por mulheres. (Idem, 2007. p.244).

Mesmo quando a mulher trabalha no quintal de casa, esse serviço pode passar despercebido, sendo entendido com uma extensão do trabalho doméstico, portanto pouco valorizado socialmente. Entretanto, essa forma de interação com a agricultura pode contribuir para uma alimentação mais saudável da família, como também pode movimentar ações que favorecem o aumento da renda familiar (MELO; SABBATO, 2009). No Assentamento Milton Santos, temos outras configurações de organização familiar, há mulheres que trabalham ou já trabalharam fora, e o contrário também acontece, há homens que trabalham na cidade e mulheres que trabalham na agricultura. Tal dinâmica tensiona esses papéis rígidos; mesmo que não implique automaticamente uma mudança na hierarquia, pode mobilizar uma maior circulação entre a casa, o roçado e outros espaços de trabalho.

O relato de Flávia demonstra que mesmo diante de recorrência de algumas situações, as mulheres argumentam e negociam. Percebe-se que seu marido também contribui no cuidado dos filhos, e o termo "ajuda" foi mobilizado tendo em vista também a participação dele no espaço doméstico. Portanto, atualmente não podemos falar de papéis fixos, contudo pode ocorrer ainda que o homem seja considerado chefe da família e a mulher chefe da casa, e sua autoridade feminina se configura na sua valorização de mãe (SARTI, 2011). É preciso ainda considerar que o número de pesquisas que abordam a temática da paternidade tem crescido, o que pode colaborar para se compreender o papel masculino nesse sentido, mas ainda assim, considerando as dinâmicas contemporâneas, há carências de aprofundamento em algumas questões, como apontam Souza e Beneditte (2007):

> ...cabe destacar que a produção nacional, mesmo não consolidada em todos os aspectos associados às questões da paternidade, evidenciou diversidade de focos nas pesquisas, refletindo o interesse da comunidade acadêmica pelo impacto das questões contemporâneas na parentalidade. Tal é o caso de estudos nacionais voltados para grupos mais específicos, como adoção, maus-tratos, técnicas reprodutivas, pais portadores de HIV, entre outros. Assim, a pesquisa nacional

> reflete preocupação e reconhecimento da importância masculina na família, apontando áreas que prescindem de mais investigações. Pais contemporâneos transitam entre o modelo patriarcal identificado com a responsabilidade masculina de promover a estabilidade econômica de sua família e o desejo de maior envolvimento afetivo com sua mulher e filhos (Unbehaum, 2000);[57] justamente nestas questões reside a necessidade de desenvolvimento de estudos para a compreensão do universo masculino em relação à definição da masculinidade e do papel paterno face às exigências contemporâneas (SOUZA; BENEDITTE, 2007. p.102).

Segundo análise da OIT (2012) sobre a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD entre os períodos de 2004 a 2009, os homens possuíam uma carga horária de trabalho de 43 horas semanais, enquanto as mulheres tinham uma carga horária menor, de 36 horas. Entretanto, considerando os afazeres domésticos esses dados se alteram, pois acrescentam-se à jornada semanal 22 horas para as mulheres e 9,5 horas para os homens, o que faz com que na média da jornada semanal o grupo feminino acabe ficando com 58 horas e o grupo masculino com 52,9 horas. Essa realidade, além de revelar que as mulheres trabalham mais, demonstra que as atividades do lar são destinadas em sua maior parte ao grupo feminino.

A situação apresentada concorda ainda com estudos de Dedecca (2001), já que para o autor o modo como a distribuição do tempo foi se configurando na sociedade capitalista coloca homens e mulheres em jornadas de trabalhos intensas. Trabalha-se em jornadas para além do dia, da noite e dos finais de semanas, que são incorporadas à lógica da produção, e mesmo com a necessidade de um descanso, o tempo livre, que deveria ser um direito, é reduzido pela necessidade de dedicação à reprodução social das famílias. Sendo que para as mulheres essas jornadas são maiores do que para os homens, por conta do acumulo dos afazeres domésticos, podendo encontrar um agravamento se elas ainda tiverem filhos menores de 15 anos.

As questões expostas reforçam a necessidade de irmos compreendendo o sentido do trabalho atribuído pelas jovens mulheres mães. Como para as jovens pobres trabalhar é uma necessidade, elas buscam formas de conseguir uma renda. Uma dimensão comum por elas relatada foi destacada em suas falas, trabalhar significa ter atendida a dimensão da independência, já que não querem depender de outras pessoas. Dessa forma assim como

---

[57] UNBEHAUM, S. G. *Experiência masculina da paternidade nos anos 1990*: Estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. 2000. Dissertação (Mestrado não publicada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

aponta PAPPÁMIKAIL (2010) as jovens ao mobilizar o termo independência estão em busca de condições favoráveis para o desenvolvimento de suas motivações.

> [O que é trabalhar pra você?] Ah, é muito bom, ser "independente". Ter meu dinheiro, não depender, sem ficar, ah, dá as coisas, né, mas é ruim se ficar pedindo, né, aí eu preciso de dinheiro pra comprar isso, isso, aí, ajudo minha sogra a vender as coisas também, ela vende Natura, colcha, toalha, mas ela vende, ela me dá umas coisas, peguei brinco para vender, eu vendia, vendo um sutiã, ganho meu dinheirinho, então eu me viro, não fico parada... Ah, trabalhar tem suas vantagens, né, trabalhar na terra, você trabalha por conta, né, se trabalha o jeito que você quer, né, vamos supor, sexta se trabalha se acorda cedo, você trabalha de manhã, até meio-dia, meio-dia você faz almoço, de tarde você descansa, né, agora na firma não, se você trabalha registrado, se ficar doente, você recebe, né, se você não trabalha registrado, você não recebe, né. Então é ruim por isso (ENTREVISTA, Flávia, 21 anos).

> Ah, trabalhar é, você fazê aquilo que você gosta, ter o seu dinheirinho todo mês, você não ficar dependendo de ninguém, pra pagar suas contas, é muito bom trabalhar [E se você pudesse escolher livremente, no que você gostaria de trabalhar?] Ah, investir no meu salão, não tem coisa melhor para mim, me acalma essas coisas (ENTREVISTA, Alessandra, 26 anos).

> [E você acha que esse emprego que você teve em Limeira, ajudava em alguma coisa?] Ah, eu acho que ajudava, né, o de fazer joia, eu trabalhava em fábrica mesmo, eu gostava de trabalhar... Porque eu gostava, porque era bom, era divertido, eu tinha bastante amigo lá dentro, sabe, aí ficava, era bom, do que ficar dentro de casa parada sem fazer nada (ENTREVISTA, Renatinha, 22 anos).

Flávia e Alessandra descrevem o trabalho tendo em vista a o que se considera muitas vezes vista como empreendedorismo, representada frequentemente pela ausência de dependência de um empregador, porém, trata-se mais de um meio de dar resposta à exclusão que o mercado de trabalho formal lhes confere. Já a carteira assinada pode configurar-se pelo ideário do trabalhador brasileiro que tem em vista receber direitos, mas também pode significar a possibilidade de defesa da sua dignidade, conferindo-lhe respeitabilidade através do trabalho (HOLZMANN, 2006). A fragilidade do negócio próprio de Alessandra pôde ser constatada por meio das visitas recentes ao assentamento, a jovem fechou o salão e passou a atender em casa. Já a agricultura "...pode ser a única saída justamente devido à ausência de recursos (materiais e simbólicos) para investirem em outra atividade ou migrarem para a cidade" (CARNEIRO, 2008. p.255).

O trabalho tendo em vista a independência pode representar para as mulheres, principalmente para as casadas, serem valorizadas para além da esfera doméstica, sendo também um espaço de sociabilidade (CORROCHANO, 2001). A escola também pode representar um espaço de maior circulação, de conhecer pessoas, porém é no Grupo 2 que está localizado o menor nível de escolaridade dos jovens pesquisados, sendo que nenhuma das jovens do grupo atualmente estuda. Suas falas demonstram a sua relação com a maternidade e as implicações com a educação e com o trabalho.

> [Por que você parou de estudar?] Porque eu engravidei. [E você pretende voltar estudar?] Pretendo... Esse ano ainda. [Você já reprovou de ano?] O primeiro. Assim que eu engravidei eu saí (ENTREVISTA, Camila, 17 anos).

> Vim para cá eu tinha, eu tenho 22 anos, eu vim para cá eu tinha 20 anos. [Você tem filhos?] Tenho aquele ali... Ele tem 1 ano e 8 meses. [E você trabalha?] Não, eu não tô trabalhando, eu quero trabalhar, quero tirar ele do peito para mim trabalhar. Mas eu não tô trabalhando ainda não, ele tá mamando no peito, aí fica difícil (ENTREVISTA, Renatinha, 22 anos).

> Parei na sétima série... Então eu parei porque, quando eu fiz 14 anos, eu fui morar com o pai da Maria, aí com 15 pra 16 anos engravidei da

> Maria, aí depois aí eu, num estudei mais. Daí tinha que ser eu, né, para cuidar dela, a minha mãe trabalhava, não tinha quem ficasse com a Maria. Um dia eu pretendo voltar a estudar, mesmo com 2 crianças, entendeu, porque nunca é tarde, né, para gente realizar o sonho da gente (ENTREVISTA, Dayane, 21 anos).

> Ah, porque eu engravidei, e aí, eu tinha que fazer um curso em Americana assim para gestante, aí eu ia fazer o curso de gestante, e minha gravidez também não era assim, era de risco, né, porque eu tive meu primeiro aborto, né, então não podia fazer muito esforço, né, aí eu não fui mais para escola, porque tinha que descer a ladeira, porque quando chove, pra descer a ladeira aqui, e nós pegava o ônibus não era aqui, porque agora o ônibus desce aqui, era lá em cima, nós tinha que andar tudo isso aqui, até lá em cima, no barracão, para pegar o ônibus da escola, antigamente, aí eu não fui mais (ENTREVISTA, Flávia, 21 anos).

> Ah, uma porque minha filha agora tá na Emei (Escola Municipal de Educação Infantil), agora daqui a pouco ela vai pro ensino normal, fundamental. Aí a hora que ela precisa aprender uma continha, mãe como que é, lascou por causa da mãe, porque eu também não vou saber. Então eu voltando estudar agora, vai ser uma forma de ajudar ela, né, pelo menos na lição de casa, ela fala mãe ajuda a fazê a lição de casa, eu vou pelo menos conseguir. (ENTREVISTA, Sandrinha, 21 anos).

Ao olharmos a história das jovens em seu conjunto, embora elas afirmem que deixaram de estudar por terem engravidado, vamos perceber que as suas experiências, sobretudo relacionadas à educação, foram interrompidas antes da gravidez; a exceção é Camila, cuja idade da filha coincide com o período em que ela deixou de estudar. Outro elemento interessante apresentado por Sandrinha é que a maternidade, ao contrário de desestimulá-la ainda que seja perceptível sua baixa estima ao se referir ao abandono escolar ,

é o que a motiva a retomar os estudos, pois deseja contribuir com a aprendizagem da filha. Nesse sentido pode-se considerar que "...a gravidez entre uma boa parcela das moças não é vista como problema ou considerada uma gravidez precoce é uma solução para entrarem em outro status social - o de ser mãe - , enquanto comprovam socialmente sua fertilidade, logo, a feminilidade, e entram na conjugalidade (SILVA, 2007, p. 102).

Fatores múltiplos podem ainda ocasionar os problemas que as jovens enfrentam para trabalhar e estudar. Renatinha, como teve uma gravidez que exigia mais cuidados, devido à perda do primeiro filho, lembra-se do transporte como um dos complicadores para ir para escola, a jovem morava muito longe do ponto de ônibus, o que dificultava fazer o percurso a pé. Diga-se que essa questão é agravada pelos poucos horários de ônibus, problema ainda hoje não resolvido no assentamento, mesmo com os inúmeros pedidos dos moradores para a ampliação dos horários.

Nesse sentido concordo com os estudos de Heilborn et al (2002) sobre gravidez na adolescência. Após analisar as trajetórias de homens e mulheres, com e sem filhos e de classes sociais populares e médias, a autora apresentou uma compreensão que vai além das representações da maternidade como problema, risco e desperdício de oportunidades, observando que "essa argumentação subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes e, além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino" (Idem, 2002. p.18).

Pode-se perceber que voltar a estudar é um desejo de todas as jovens desse grupo, mas a efetivação do retorno escolar não ocorreu entre elas.

> Aí, agora, agora assim fica difícil, né, porque o marido tem ciúmes, né, não quer, aí eu falei para ele que eu queria fazer, pelo menos um supletivo, né, dá para estudar às noite, né, porque ele fica com os meninos e eu ia estudar, mas aí não dá, ele não gosta também, né, porque ele tem ciúmes, né, aí não, não tem como. Mas ele terminou sabe, ele tem curso de computação, ele terminou os estudos dele tudo (ENTREVISTA, Flávia, 21 anos).

> Ah, eu, eu queria, né, ah eu não sei, diz que agora, diz que vai, ia sair agora um supletivo, aí se acaso sair, eu posso pensar em estudar. [Se não sair o supletivo, você não pretende voltar a estudar?] É agora fica

> bem difícil, né, porque meu marido trabalha de noite, e eu vou deixar ele (se referindo ao filho) com quem (ENTREVISTA, Renatinha, 22 anos).

> Ah, se eu pudesse voltar para terminar, ia ser tão bom, ia ficar muito feliz, pra terminar meus estudos, meu sonho é terminar meus estudos. Ah, eu falo, mas ele [se referindo ao marido] fala que melhor não, fica em casa que é seu lugar, não sei o quê, escola você só vai aprender coisa errada, não sei o quê não sei o quê. Mas ele fala na parte da amizade, sabe. Eu falei, mas eu quero ir lá para estudar, não para ficar com lenga lenga. É assim (ENTREVISTA, Alessandra, 26 anos).

Flávia e Alessandra, embora desejem voltar a estudar, precisam lidar com os ciúmes dos maridos. Para algumas jovens a vigilância sobre suas vidas, ainda que velada, na relação conjugal ou mesmo quando solteiras, feita pelos pais, é um fator que até hoje pode ser encontrado no meio rural (CARNEIRO, 2008; CASTRO, 2009; LOERA, 2004). Flávia se ressente pois seu marido terminou os estudos, mas não a apoia no retorno à escola, porém como apontado no Grupo 1, a conclusão dos estudos não é uma realidade para todos os jovens homens do assentamento. O próprio marido de Renatinha (Karlinhos) não retomou a escolarização e como expressou a jovem, o fato de trabalhar à noite dificulta que ele compartilhe do cuidado com os filhos. Como encontrado nas narrativas anteriores, o retorno vislumbrado pelas jovens também ocorreria por meio da educação de jovens e adultos. No meio rural as demandas por educação são recorrentes, exigindo quase sempre que os alunos estudem longe de casa (SCOPINHO, 2011).

Vai-se percebendo a recorrência da organização entre trabalho, estudos e vida familiar, conciliar todas essas esferas é um desafio para as jovens.

> [E por que você quer voltar a estudar?] Ah, porque sim. Arrumar alguma coisa pra fazer... Ah, porque agora assim também tá pedindo mais estudo, né. Segundo grau. [E o que você mais gosta da escola?] Ah, o que eu gosto mais da escola, deixa eu ver, ah, faz tanto tempo que eu não estudo... Vai fazer 2 anos. [E quando você estudava, do

> que você mais gostava?] Das pessoas (ENTREVISTA, Camila, 17 anos).
>
> Eu sonho, em voltar a estudar, acabá meus estudos...Meu sonho era fazer pedagogia. ... [Tem mais algum motivo que a levou a parar de estudar?] É devido, a minha mãe, né, porque ela, ela mudou muito de lugar, né, porque minha mãe tipo ela tava aqui em Americana, depois de Americana a gente foi para Paulínia, que nem eu falei para você que ela perdeu aqui, ela teve que ir para outro lugar, aí foi pra Paulínia, aí não deu certo, aí foi para Franco da Rocha. Então assim, devido de mudar bastante de lugar, acaba atrapalhando, né, aí minha mãe também, daí matriculava a gente, né, aí a gente foi desanimando, entendeu, troca de lugar, a gente, eu acabei abandonando a escola também por isso (ENTREVISTA, Dayane, 21 anos).

Dayane e Camila têm em comum a idade em que ficaram grávidas, por volta dos 15 anos. Entretanto, Camila teve um percurso maior de estudos, chegando ao 1º ano do Ensino Médio, o que de fato corresponde ao abandono escolar a partir do momento da gravidez. Já Dayane chegou a estudar apenas até o 6° ano do Ensino Fundamental, revelando que outros fatores também determinaram a desistência dos estudos, como o fato de ter percorrido várias ocupações/assentamentos, o que exigia mudanças periódicas de escola. Portanto, não se pode atribuir apenas à gravidez o abandono escolar, quando se compara a idade dos filhos e a escolaridade das demais mães desta pesquisa, percebe-se que antes da gravidez já havia uma distorção entre a faixa etária e o abandono dos estudos.

Pode-se constatar que a esfera do cuidado é muito presente na vida dessas jovens, como apontam Hirata e Guimarães (2011) ponderando sobre a perspectiva do "care": "O conceito de 'care' compartilha com outros conceitos, como 'trabalho' e 'gênero', a natureza ao mesmo tempo multidimensional e transversal." (p. 154).

> No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra "cuidado" é usada para designar a atitude; mas é o verbo "cuidar", designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra care. Assim, se é certo que "cuidado", ou "atividade do cuidado", ou mesmo "ocupações relacionadas ao cuidado", como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de "cuidar" ou de "tomar conta" têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e

> amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O "cuidar da casa" (ou "tomar conta da casa"), assim como o "cuidar das crianças" (ou "tomar conta das crianças") ou até mesmo o "cuidar do marido", ou "dos pais", têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente). (Idem, 2011. p.154)

Pensar o trabalho exercido pela mulher tendo em vista o conceito de "care" permite perceber certa naturalização dos afazeres das mulheres, atribuindo a elas uma responsabilidade, que é construída socialmente com valor menor, por ser tradicionalmente feita pelas mulheres. Mesmo com as especificidades e as diferenças entre os países pesquisados pelas autoras (Brasil, Japão e França), percebe-se que o "care" se refere também à tarefa privada. Os avanços estariam por conta das tendências de profissionalização da função de cuidar, já que muitas mulheres realizam essas atividades para além da sua casa, sendo igualmente desvalorizadas, como é o caso das empregadas domésticas. Para além do conceito de "cuidado" que marca as jovens desta pesquisa, sobretudo as mães, percebe-se o que já se se constatou em outros estudos: "As relações de subordinação e dependência tornam-se mais agudas dentro do casamento" (RUA; ABRAMOVAY, 2000. p.243).

Enfim, para as jovens deste grupo, diante da dinâmica familiar e suas relações com o trabalho e o estudo, os sentidos que podem ser conferidos à educação escolar remetem a um projeto de difícil realização, vislumbrando pelo "sonho". É quase como uma idealização, ancorada no desejo, na vontade de estudar, mas que na prática não se concretiza. O trabalho, como já dito, relacionado com a necessidade, a obtenção de um salário, é visto como possibilidade de independência.

3 Grupo 3: O estudo é prioridade

Neste grupo estão os jovens Rafael (15 anos, branco), Valéria (15 anos, branca), Joaquim (24 anos, branco) e Elis (21 anos, branca). Este grupo, no que tange à ocupação atual, mantém suas experiências ligadas ao trabalho rural, porém Valéria e Rafael só exercem atividades com as famílias esporadicamente. Elis trabalha no secretariado do MST e Joaquim passará a trabalhar também no MST, mas na área de educação e cooperativismo. Apenas Elis teve experiência de trabalho em outro setor, a jovem trabalhou no telemarketing.

Para este grupo o estudo tem se mostrado prioritário, esses são os jovens mais escolarizados da pesquisa, apenas Leo relatou ter reprovado um ano, por se "movimentar

muito", devido às viagens da mãe que estudava fora. São também esses os jovens que deixaram mais evidente sua participação no assentamento.[58] Isso não significa que as falas em favor da ação coletiva não tenham aparecido nos demais relatos, mas para esse grupo, de modo especial, a participação parecia produzir algumas mudanças significativas na relação com a educação e com o trabalho.

> Tô indo pro Rio Grande do Sul... Então lá, eu fui para acompanhar, fui e estou, que eu fui e voltei esses dias, mas fui para acompanhar uma turma de técnico em cooperativismo, né, fiz acompanhamento político-pedagógico. E aí eu vou continuar por lá. Como é uma escola do movimento (se referindo ao MST), tem sempre turmas estudando lá, a ideia é ficar por lá um tempo [Você pretende voltar então?]Acho que sim, difícil dizer agora, né, mas provavelmente sim.[Foi lá que você estudou?] Não, eu estudei em Fortaleza, estudei 4 anos, que é um curso pelo Pronera, que é para jovens de assentamentos de reforma agrária. [E você já teve outras experiências com o trabalho?] Não... Com você diz o trabalho com quê? [Qualquer outra experiência, antes o que você fazia para sobreviver?] Aqui no assentamento, eu contribuía numa associação que tem aqui, que ajuda a pensar e comercializar a produção dos assentados (ENTREVISTA, Joaquim, 24 anos).

> [Você trabalha?] Não. [E você já procurou emprego, já trabalhou alguma vez?] Já, às vezes eu ajudo, ajudo minha mãe lá em casa.... Ah, às vezes eu pego a roçadeira, roça para ela às vezes eu cavo buraco para plantar banana. [Por que às vezes?] Ah, porque ela não

[58] Por meio da observação de campo, pude acompanhar diretamente a luta das jovens mães para conquistar uma melhoria do transporte escolar para seus filhos, bem como o pleito para que um monitor pudesse fazer o percurso junto às crianças. Jovens dos outros grupos também foram acampados, passaram pelo processo de ocupação da terra, lutaram pra permanecer na mesma. Hildete, também participou da articulação da rádio, mas suas narrativas tenderam para evidenciar mais as dificuldades de conciliar estudos e trabalho.

> quer que eu trabalhe muito, tenho que estudar (ENTREVISTA, Rafael, 15 anos).

> Não, nunca trabalhei. [Já procurou trabalho?] Ainda não, eu tava esperando crescer um pouco mais, me focar mais nos estudos. [Quantos anos você tem?] Tenho 15, mas agora eu vou começar a procurar emprego, para ajudar minha mãe. [E o que você pretende fazer?] Eu pretendo me formar em medicina, só não sei se medicina veterinária, ou se é medicina normal mesmo, tô decidindo ainda (ENTREVISTA, Valéria, 15 anos).

Ao contrário dos outros grupos, as experiências de emprego desses jovens não são tão diversificadas. Joaquim foi o único que disse ter se envolvido diretamente com o trabalho da associação no assentamento, o jovem, que estudou fora, irá novamente para outro estado, dessa vez para trabalhar. Na idade de Rafael e Valéria, jovens de outros grupos já exerciam atividades para além da agricultura familiar, em trabalhos bem precários, mas o fato de poderem contar com uma rede de proteção familiar que os incentiva a focar nos estudos, contribui para o adiamento do ingresso no mundo do trabalho. Mesmo Valéria, que faz planos de procurar emprego, demonstra um repertório maior de expectativas, a profissão que almeja exige ensino universitário, evidenciando o campo ampliado do que busca, característica do grupo como um todo.

> Eu sonho em ser professora. Professora numa escola rural, e é isso que eu quero, fazer a formação, que agora eu já tô fazendo, eu já sou graduada, futuramente eu vou fazer um mestrado, daí o movimento permite isso, di, de você estudar, fazer a graduação, o mestrado ou o doutorado, pelo movimento abre muitas portas para você, eu pretendo lutar para conseguir isso para mim, e ajudar as outras pessoas (ENTREVISTA, Elis, 21 anos).

A expectativa colocada na educação por esses jovens é grande. Joaquim e Elis têm curso superior, porém Elis não deu por finalizada sua formação, ela continua a estudar fazendo pós-graduação em gestão pública e cogita fazer mestrado e doutorado. Contudo, ao se

referir ao trabalho, a citação do termo "ajuda" não foi eliminada das narrações, apenas Joaquim, no desenvolver da entrevista, não usou essa expressão.

Elis, que teve experiências de trabalho em outra área, não demonstra interesse em voltar a se empregar em empresas, a situação a que a jovem foi submetida na primeira vivência laboral levou-a a adoecer. O desgaste físico e emocional em torno das metas e a disponibilidade permanente para o trabalho com aparente carga horária mais flexível colocava a jovem em estado de alerta, tendo que ficar à disposição para a eventualidade de ser chamada pela empresa. Corrochano e Nascimento (2007) elaboraram um estudo que debateu a situação dos jovens no emprego de telemarketing, setor que Elis trabalhou, esclarecendo que:

> Como um novo setor da economia, os call centers ou empresas de telemarketing desenvolveram-se para ser o elo de interação entre consumidores e empresas por meio do uso de ferramentas tecnológicas e da mão de obra do operador de atendimento. Com o crescimento de atividades dentro do próprio setor, surgiram os contact centers, que se caracterizam também pela oferta de serviços relacionados à produção de tecnologias para a internet, solução para sistemas informatizados etc.... mudanças econômicas e sociais que impactaram o telemarketing geraram maior diversificação do setor, subdividindo-o em "atendimento ativo" (no qual o operador liga para o potencial consumidor baseado em um banco de dados fornecido pela empresa), "atendimento receptivo" (o cliente entra em contato com a empresa e é atendido pelo operador) e "atendimento híbrido" (que congrega as duas atividades). Há, ainda, as atividades de "cobrança" (por meio da qual o operador entra em contato com o cliente visando a quitação de um débito), de "pesquisa" (utilizada para aferir o nível de satisfação dos clientes ou para testar as possibilidades de lançamento de novos produtos) e de "utilidade pública" (que fornece informações sobre serviços públicos pelas linhas 0800 (Idem, 2007. p.14).

O setor de telemarketing tem demonstrado crescimento no Brasil, e acaba sendo uma porta de entrada para os jovens, em um segmento da economia com direito a acesso a emprego formal. O setor tem priorizado preferência por jovens mulheres de 18 a 24 anos, com no mínimo Ensino Médio concluído, pois os empregadores compreendem que esse perfil atende uma ocupação com baixo prestigio social, com remuneração abaixo da masculina. As condições de trabalho são de intenso monitoramente, pois além de estar atento aos clientes, esse tipo de trabalho permite que o supervisor escute e interfira na ligação; tais medidas são compreendidas pelas atendentes como forte pressão, obrigando-as a redobrar sua concentração (VENCO, 2008). Essa situação demonstra que mesmo diante de um emprego com carteira assinada, a qualidade do trabalho não foi assegurada.[59]

[59] Segundo Kovács (2006), apud Holzmann (2013; p.121), ao estudar a flexibilização em Portugal, a autora identificou tipos diferentes de flexibilidade do trabalho, entre eles foi possível identificar a flexibilidade

> Eu trabalhei um tempo, de call center...Bem ruim [Por que era ruim?]Ah, porque, era muito explorado, trabalhava não tinha um tempo quase para ir no banheiro, era tudo regulado, só tinha uns tempos de 10 minutos para ir no banheiro, comer 20 minutos, daí era assim, uns tempinhos tudo regrado, se tinha hora para entrar, hora para sair, tudo certinho, tinha que cumprir a meta, se não cumprir a meta, aí o coordenador brigava com você. [E você trabalhava de que horas a que hora neste trabalho?] Aí dependia, porque lá trabalha 24 h, daí variava muito, porque às vezes eu trabalhava, das 01 da manhã, olha, de uma da tarde às vinte três da noite, eu podia fazer qualquer escala dentro desse horário, daí dependendo se eles precisassem de mim à tarde daí eles me colocavam no horário da tarde, se eles precisassem de mim à noite, colocavam eu no horário da noite, mas das 13h ás 23h, meia-noite, eu tinha que ficar livre só pro trabalho. Para a escala deles. [E você saiu desse trabalho ou te mandaram embora?] Eu saí...Porque eu não aguentei mais a escala não, era muito, era um descaso com as pessoas lá dentro, daí tava feio, tava ficando feio, eu tava ficando doente, daí eu quis sair (ENTREVISTA, Elis, 21 anos).

Quando cruzei os dados de trabalho e educação, identifiquei que esses eram os jovens mais escolarizados da pesquisa e com maiores expectativas de continuidade dos estudos. Além disso, mesmo que tivessem passado em algum momento da vida por uma experiência de trabalho precarizado, os relatos tendiam a valorizar o trabalho em que estavam atualmente, ou ainda remetiam a projetar carreiras que exigiam maior escolarização. Sobre a experiência de trabalho anterior de Elis, a jovem disse ter sido bem ruim e só agora, no trabalho do MST, conseguiu superar essa situação. Nesse sentido, participar do Movimento

---

qualificante, ou seja, tratava-se de pessoas com alta escolaridade, com perspectivas ascendentes no seu desenvolvimento profissional e altos salários. Entretanto, os jovens deste estudo não se inserem nessa perspectiva de flexibilização, pois seus salários são baixos, e em sua maioria não terminaram o Ensino Médio. Mesmo Elis, que tem um percurso escolar sem retenções e de alta escolaridade, passou por um emprego altamente desgastante e de pouca valorização. KOVÁCS, Ilona. Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projeto de investigação. In: PICCININI, Valmiria et al O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Sem Terra levou a uma ampliação de contatos, favorecendo o estabelecimento de uma rede de articulação que pode colaborar para o alcance de outras ocupações.

Mesmo que esse grupo esteja mais vinculado atualmente com o trabalho no campo, a desvalorização do trabalho do agricultor tende a contribuir para que busquem outras alternativas.

> Ah, não sei ainda, eu quero ajudar minha mãe, mas eu, não pretendo trabalhar aqui no sítio. [Você não pretende trabalhar aqui no sítio por quê?] Porque eu acho que é muito difícil a vida, a vida dos agricultores, não são muito valorizados, não têm muita renda, tipo eu quero trabalhar aqui, mas eu quero trabalhar aqui para consumo próprio, não para vender, assim, até pode vender assim, mas é mais para consumo próprio. Eu quero trabalhar fora, porque eu acho que vai render mais dinheiro (ENTREVISTA, Valéria, 15 anos).

O estudo é visto muitas vezes como meio de abrir caminhos para outras alternativas, diante da desvalorização da profissão de agricultor e seu pequeno retorno monetário (CARNEIRO, 2008). Porém, temos que relativizar o rompimento desses jovens com o campo, pois o fato de não quererem ser agricultores não os coloca em posição contrária ao mundo rural. A própria jovem Valéria, ao cogitar fazer medicina veterinária e dizer que pretende plantar para o consumo próprio no futuro deixa claro seu vínculo com o campo. Neste grupo temos ainda Elis e Joaquim, que mantêm suas atividades ligadas ao processo de mobilizações no ambiente rural, e Rafael, que também mistura seus projetos entre o rural e o urbano. São evidências de que a vida dos jovens não é binária.

As narrativas dos jovens desse grupo inferem a percepção de suas preocupações com a renda. Para Valéria, por exemplo, trabalhar fora da agricultura vai levá-la a conseguir mais dinheiro, portanto esse dado sugere que os jovens buscam profissões que possam lhes dar um retorno financeiro. Contudo, o sentido do trabalho também abarca a dimensão da realização pessoal: os integrantes deste grupo não estão dispostos a realizar qualquer trabalho, eles querem um trabalho que vá de encontro com seus valores e de que gostem.

Percebe-se também que além da família e da escola, houve outras referências educativas nas experiências juvenis, sendo citados o Pronera, a Associação Acoterra, o MST e a rádio. Essa perspectiva de uma formação para além da escola, vivenciada no espaço de vida

dos assentados, é uma proposta defendida pela educação do campo, que também luta para que a educação formal acolha em seus currículos a realidade dos alunos rurais (CALDART, 2010; MOLINA, 2010). Castro (2009), em seus estudos, apresentou elementos para refletir sobre a organização da juventude do campo. Embora sempre tenham existido jovens atuando junto aos movimentos sociais, há alguns coletivos especialmente formados pela juventude. Trata-se de um reconhecimento deles próprios na valorização do seu compromisso para com as mudanças no campo, evidenciando que há jovens que de fato se interessam pelo meio rural.[60]

Carrano (2012) observa que o conceito de participação é muito alargado, produz imprecisões, mas considera que uma boa medida para aferir qualidade nesse processo "não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões" (p.86). Essa influência pode ser percebida no assentamento por meio da luta, a experiência concreta de organização em torno da ação coletiva, que implicou ocupação, reuniões e estratégias para permanecer na terra, que são lembradas por Joaquim, na sua percepção de se contrapor ao latifúndio e às forças do capital.

> Na entrevista com Joaquim fica evidente que a vida no assentamento e no percurso da constituição deste lhe ofereceu um processo formativo que o faz questionar a sociedade capitalista. O jovem que fez um caminhar escolar sem retenções, chegando a concluir uma faculdade de jornalismo, também relatou que trabalhava para organizar o processo produtivo, via associação; a frase por ele repetida mais que uma vez, "A gente aprende na luta", demonstra que não se tratava de uma aprendizagem escolar, mas de uma educação de formação de consciência pela possibilidade de estar inserida com participação ativa na ação coletiva". (NOTAS DO CADERNO DE CAMPO - 13/04/2014).

No assentamento encontrei jovens que se organizavam por meio do MST e da comunicação. Ações como a organização de festas também foram citadas, aproximando-se de

[60] A participação e suas implicações na vida dos jovens, são frutos de um processo, portanto, salientamos que quando se pensa em participação, sobretudo dos jovens, muitas vezes ela está associada a uma ideia de revolução e de grandes transformações, mas não basta ser jovem para ser engajado, e ser velho para estar desinteressado de participação. A juventude não está comprometida de antemão com uma perspectiva conservadora ou revolucionária (MANNHEIM, 1982).

uma articulação por meio da cultura. Novaes (2008), contrapondo-se ao discurso de que os jovens de hoje são desinteressados, questiona o quanto essa perspectiva poderia ser estendida a toda a juventude, já que para a autora há novas formas de participação juvenil, tais como grupos culturais, ecológicos, religiosos, de afirmação de identidades etc. Isso não significa desprezar as formas mais institucionalizadas de participação, mas sim redimensionar o olhar sobre elas.

> Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais, etc. É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. No lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes (CARRANO, 2012. p.93).

Temos no assentamento um meio mais institucionalizado de participação – o MST – e temos a rádio inserida nessa nova perspectiva de organização. A experiência participativa possibilita aos jovens aprendizagens e interações entre eles próprios, o que gera debates, pautas, estudos e ações. Reconhecer esses espaços participativos colabora para se observar como os jovens estão pensando sua realidade, que ações coletivas promovem em conjunto, sobre quais conflitos estão indagando.

A participação não pode ser vista como um fenômeno homogêneo. Os jovens escolheram as mais diferentes formas de participar, embora questões comuns perpassem por todos os tipos de espaços participativos. Nos relatos de Elis as influências e a atuação no movimento são bem expressivas. Fazer parte do movimento também se constitui como uma possibilidade de estudar, viajar e de interagir com outros jovens. Rafael também menciona em seu relato que esteve em algumas das atividades organizadas pelo MST. Essa ampliação de atuação do movimento junto aos jovens também implica em um processo de aprendizagem. Porém Valéria já retomou mais a sua atuação junto à rádio.

> Ah, aqui a gente sempre tenta fazer festas aqui no assentamento, para envolver a comunidade, para se divertir, para ter algo diferente aqui, a gente tá com o projeto da rádio aqui, estamos fazendo o projeto da rádio aqui agora porque não tem o que fazer aqui assim, chega final de semana a gente não tem muito o que fazer para se divertir, tem o bar

> que o pessoal vai, mas tipo, aí a gente tenta fazer festa na comunidade, tipo pra todo mundo, a gente faz a rádio, o que discuti os problemas do assentamento as coisas entendeu. [O que vocês fazem na rádio] Ah a gente faz entrevistas, como a gente chegou aqui, o que a gente, o que os jovens acham, quais são tipos de músicas eles mais gostam, divulga os aniversários das pessoas que a gente sabe, ah, faz, projetos para saber, discutir sobre a comunidade e ao mesmo tempo divertir a gente (ENTREVISTA, Valéria, 15 anos).

Ao abordar questões relativas à organização da rádio, Valéria também deixa evidente a dificuldade dos jovens de terem acesso ao lazer, e essa é uma questão que praticamente todos os jovens da pesquisa apresentaram em seus relatos. Como opção de lazer há um forró promovido por um dos bares localizado nas proximidades do assentamento, onde os moradores costumam ir. Alguns jovens citaram esse forró como forma de lazer e entretenimento. Porém também pude acompanhar algumas festas pautadas por outros gêneros musicais e não são muito diferentes dos gêneros que se encontram em festas na cidade. Nesse sentido há uma mistura de estilos e a festa se torna um momento de encontro dos jovens, onde se abrem possibilidades para que eles possam namorar, conversar, dançar etc.

As interações digitais revelam que esses jovens exploram as novas tecnologias (foram feitos vídeos, entrevistas, páginas em rede social), pois o próprio tipo de organização se dá por meio da comunicação digital, colocando essas mídias a favor da valorização da comunidade local. Contudo, esse processo da rádio atualmente está com reuniões mais espaçadas, com mais dificuldade de articulação. A rádio e o coletivo de comunicação tiveram um período bem mais atuante quando da implementação e por ocasião da tentativa de despejo dos assentados, mas seja como for, permaneceu a experiência que tiveram, levando os jovens a relatar que contribuíram defendendo o assentamento, contando como é a vida dos moradores, resgatando sua história. Pode estar ocorrendo ainda que essa articulação dos jovens em torno da comunicação esteja passando por um momento de latência, em uma atenção maior à própria organização, diferente do momento em que entraram em conflito publicamente, tendo mais visibilidade por parte da sociedade (MELUCCI, 2011).

É importante ressaltar que a organização dos jovens nem sempre é valorizada pelos demais assentados. Raquel, mãe de Valéria, em uma das conversas disse que alguns moradores olham a rádio como uma “coisa de criança”. As jovens também mencionaram os

problemas que se davam após as festas, pois havia inúmeras críticas quanto à limpeza do salão e ao gasto com energia. Esse contexto talvez ocorra porque os adultos podem não considerar legítimo esse tipo de organização juvenil em torno da comunicação. É perceptível que as relações hierárquicas entre os adultos e os jovens podem ultrapassar o ambiente doméstico. Nessa relação, a juventude é associada "à transitoriedade do ciclo de vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados" (CASTRO, 2008. p.7).

Tendo em vista essas novas experiências organizativas, foi muito importante a organização da rádio comunitária, que motivou encontros, planejamentos e programas e que colaborou nos processos educativos dos jovens, pois por meio dela eles debatiam a realidade do assentamento. Ainda hoje, por meio dos sites de busca, podem-se encontrar diversos vídeos e páginas onde os jovens divulgaram os fatos e eventos do lugar em que vivem. Essa articulação, segundo os relatos dos jovens, contou com a colaboração dos estudantes da Universidade Federal de São Paulo (USP), porém atualmente esses encontros estão diminuídos e espaçados podendo se desarticular.

Contudo, a visibilidade da comunicação articulada no assentamento tem ganhado reconhecimento e outros espaços, fazendo parcerias com projetos como o Sementeia,[61] que é uma plataforma digital multimídia dedicada à produção de materiais audiovisuais, textos, vozes, sons produzidos por coletivos populares.

> A juventude do assentamento que integrou o Coletivo de Comunicação passou a ter um papel mais ativo na luta e a perceber a importância da comunicação, o que possibilitou a organização de uma rádio livre. A partir desta experiência e do contato com os integrantes do Projeto Sementeia surgiu a possibilidade de contribuir para a construção desta plataforma virtual e a necessidade de fortalecer e reestruturar o Coletivo de Comunicação do Assentamento, a fim de garantir os meios materiais e técnicos para que os assentados continuem a escrever e a divulgar os conteúdos produzidos por eles mesmos (SILVA; JUQUEIRA; PUPO, 2014. p.7).

Se há momentos de tensionamento entre os jovens e os adultos, existem também momentos em que se busca um maior diálogo e aproximação. A luta pela terra é um objetivo comum, a ação de reintegração de posse ocorrida em 2013 convergiu para o fortalecimento

[61] A Sementeia foi concebida por um coletivo que se formou a partir da participação de pesquisadores e ativistas ligados à Unicamp ao movimento social de luta pela terra (Grupo de Comunicação do Assentamento Milton Santos) e de luta pela internet livre Coletivo Saravá. Informações do site: http://sementeia.org/sementeia/.

das relações entre moradores adultos, jovens e crianças, fortalecendo a identidade de comunidade e de assentamento.

> Olha, eu acho que não só os jovens, como todos os assentados, tiveram uma parte importante assim, primeiro pela disposição de lutar, né, como eu disse anteriormente não uma, uma coisa simples assim, você sair da sua vida cotidiana, para defender aquilo que é seu por direito. E aí nesse sentido todos tiveram um papel importantíssimo, assim, seja contribuindo assim de forma mais incisiva nas lutas, seja aqui dentro do assentamento mesmo tentando organizar alguma coisa. Seja, por exemplo, tem o exemplo da Hildete e de uma amiga dela, que compuseram um poema,[62] então também é uma forma de luta assim, então nesse sentido tiveram um papel importantíssimo assim, na defesa do assentamento (ENTREVISTA, Joaquim, 24 anos).

A herança formativa da família também está presente para esses jovens. A mãe de Valéria é pós-doutorada, faz estudos da realidade rural e já participou do MST; os pais de Rafael são advogados e militam no MST; os pais de Elis também são do MST e sua mãe atualmente faz o curso de pedagogia da terra, além de ser educadora no assentamento e fazer parte da coordenação estadual do movimento. Elis atualmente trabalha na secretaria do MST e recebe uma ajuda de custo por isso, vindo esporadicamente para o assentamento.

> Então a minha mãe é militante do MST já há mais de 25 anos, daí ela já militava em todo o estado, daí houve essa ocupação, o acampamento aqui em Americana, que deu certo, daí eu acompanho ele desde 8 anos atrás, desde que fez o primeiro acampamento naquele espaço. Que eu acompanho lá, daí eu conheci mais pela minha mãe, meus pais foram para lá, e eu fui também. [O que você faz no MST?]

[62] O poema foi elaborado por Hildete e Dayane, que fazem parte do grupo de jovens desta pesquisa. Mesmo Dayane não tendo entrado no grupo que colocou o estudo como prioridade, ela esteve presente na ocupação do Instituto Lula, por ocasião da luta pela permanência da terra, após a liminar de despejo (Essa ocupação foi uma das estratégias para os assentados conseguirem ser atendidos pelo governo). O poema está nos anexos da Dissertação, juntamente com a letra do funk "Proibidão da Reforma agrária" produzido pela Casa do Alpendre www.casadoalpendre.wordpress.com/about em apoio à permanência dos moradores do Milton Santos. Nos apêndices há algumas fotos do Assentamento e algumas das suas atividades.

> Então eu fico na secretária geral do movimento, como se, é uma secretaria mesmo do movimento, se tem alguma informação, de alguma atividade que nós vamos ter, ou de algum curso que pode fazer pelo movimento, eu que articulo, eu falo com todas as regionais, ao todo no estado somos em 10 regionais, então precisa de alguma informação, chega até mim todas as informações, e eu vou passando para as pessoas, eu sô, por exemplo, "a porta de entrada" assim do movimento, eu fico na recepção dando informações (ENTREVISTA, Elis, 21 anos).

Para Mannheim (1982), as vivências intergeracionais podem proporcionar aos jovens aprendizagens, eles por sua vez assumem esses valores herdados ou não. Tomizaki (2010) aponta que um dos processos que permeia as diferentes gerações é a socialização, obviamente que não se trata de um projeto automático de transmissão de valores, nesse percurso há disputas, alianças e obrigações. Ainda é preciso ressaltar que a influência que cada pessoa recebe está marcada pelo fluxo social e a realidade em que está inserida, portanto pensar o eu não é destituído de um nós (ELIAS,1994).

> Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações diante do desafio de definir como devem se conduzir em relação à sua herança, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos, bem como pode ser pensada tanto no plano das microrrelações sociais (como as familiares), quanto em uma dimensão macrossocial (como os sistemas previdenciários, regulados pelo Estado) (TOMIZAKI, 2010. p.329).

A educação dos jovens vai acontecendo também nos momentos de participação e nos vários sentidos que a ela vão atribuindo, proporcionando o que para Freire (1979, 1987, 1996) caracteriza-se como "conscientização", um conceito central em toda a sua obra. É por meio da prática e nas relações que se estabelecem com os demais seres humanos, tendo em vista a intervenção no mundo, que vai se tomando consciência da realidade e do projeto de sociedade que se quer implementar. Os processos educativos que assumem uma perspectiva libertadora de educação não têm um fim em si mesmos, dialogam com a sociedade e despertam para análise e interferência na sociedade.

Alguns jovens expressam sua indignação com a educação formal, quando esta afirma um ambiente educativo que não reflete sobre a exploração exercida pelo capitalismo. Portanto, esses jovens têm questionado o tipo de formação realizada na escola.

> Fiz o vestibular na Fatec,[63] que é uma universidade pública, daí eu passei, não era muito bem o que eu queria, mas como era uma universidade pública não precisava pagar nada, daí eu optei por fazer esse curso, daí eu fiquei nesse curso, não foi o que eu queria de verdade, me decepcionei bastante com algumas coisas que eu tive que aprender lá, que eram da grade do curso, mas daí eu fiz, mas basicamente que era gratuito, e o que eu tava podendo fazer na época. [E o que você queria fazer, o que era seu sonho em relação ao estudo?] Nossa, eu já quis fazer tanta coisa, eu queria fazer química, história, ou ciências sociais, eu gosto de muita coisa então, eu aprendo a ser feliz fazendo muita coisa, fazendo, aí, como que eu vou explicar, eu aprendo a ser feliz mesmo com eu não gostando, porque a gente ter que ser feliz, né, não vai ficar triste por qualquer coisa, mas só administração mesmo, eu aprendendo no curso, como explorar a pessoa, trabalhar "a serviço do capital", daí eu não gostei não...[Essa posição sua se deve a quê?] Pela minha história de vida, aprendendo com a minha mãe, com meu pai, na militância do MST. O MST contribuiu muito na minha vida, estou trabalhando, tendo ajuda de custo, no estudo também oferece muitos cursos para a gente, muita formação, para todo mundo que tá envolvido no movimento e pros nossos aliados também (ENTREVISTA, Elis, 21 anos).

> ... São poucos os professores que apoiam, que entendem o nosso lado, que participam assim, que põe esse tema na sala de aula, mas a maioria é preconceito, tipo, eles acham que a gente tá roubando a terra dos outros, que a gente não tem nada melhor para fazer (ENTREVISTA, Valéria, 15 anos).

[63] Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

> Mas só que, a visão mudou, né, a visão da realidade. [Por que você acha que mudou?] Ah, porque eles já acostumaram, já viram que nós tá em luta pela terra, né (ENTREVISTA, Rafael, 15 anos).

Com o passar do tempo, a relação dos assentados com os moradores de outros bairros foi se aproximando, na escola, embora os jovens recuperem o preconceito sofrido sobretudo nos primeiros anos de assentados e a falta de habilidade de alguns professores em lidar com o assunto, eles também relatam que a convivência contribuiu para a mudança das relações iniciais. Até mesmo Valéria, que deixou mais evidente a ausência do debate nas aulas da realidade do campo, disse que a mãe foi chamada para dar uma palestra na escola, o que permite constatar que as visões vão se alterando.

Contudo, o fato de os jovens se entenderem como sem terra não quer dizer que todos sejam do MST. Do MST são as pessoas que participam do movimento, e sem terra é uma denominação para os moradores do assentamento de modo geral, por conta do processo de luta que enfrentaram para conquistar o lote. De qualquer forma, todos neste grupo afirmam "Somos Milton Santos,"[64] essa expressão foi muito usada para defender o assentamento, nas ações de despejo.

> Ah, a gente começa ah, entender como funciona a sociedade, como que é a disputa pela terra, como que é a concentração pela terra, como que é a exploração do trabalho, você vai adquirindo consciência de classe, né, e então a partir disso você começa a ver o mundo com outros olhos, né, então o que eu disse antes de sair da casinha, de me sentir diferente, no espaço a gente vê que não, né, que mesmo você estando na cidade, provavelmente eu ia me sentir diferente, eu não tava no mundo meu, ou no mundo que eu acredito, né, eu tava no mundo motivado por outras coisas, por uma sociedade capitalista, uma sociedade de consumo, de exploração de trabalho, é, então isso foi, conforme o tempo foi mudando assim a minha consciência. [E hoje como que está essa questão da luta para você?] Complexo isso, tem

[64] Ver fotos nos apêndices.

> muitas coisas acontecendo, mas ao mesmo tempo parece que não, não tem tanto poder de pressão, a luta pela terra por exemplo, a gente vê que tá meio parado, as organizações perderam um pouco esse poder de pressão, o próprio estado contribuiu muito para isso, né, o próprio governo do PT, é, quando você toma, quando você começa a tomar uma atitude de conciliador de classes, você começa a agradar gregos e troianos, né, isso foi diminuindo o poder de pressão assim, boa parte das organizações de esquerda, mas aí você tem um fenômeno novo também, que é o tal dos 20 centavos da passagem, parece ser só 20 centavos, mas foi a última gota do copo, né, que reacendeu uma discussão sobre tudo assim, sobre governo, sobre lutas, sobre a copa (ENTREVISTA, Joaquim, 24 anos).

Lutar pela terra e participar do processo educativo que essa experiência proporciona levaram Joaquim a reconhecer sua mudança de perspectiva sobre a realidade da sociedade. Contudo, existe um conflito entre as lideranças do Assentamento Milton Santos tendo em vista o papel do MST. Joaquim de certa forma toca nessa questão, mas não a deixou explicita – um confronto de perspectivas que eu pude observar nas idas a campo. O cenário é complexo, ao mesmo tempo em que se pode identificar a contribuição do MST na constituição de assentamentos e na formação dos assentados, também é possível identificar problemas no movimento tendo em vista a busca da efetivação dos seus princípios, que tensionam a própria participação, travando-se disputas para influenciar os rumos do movimento.[65] Porém, mesmo com algumas divergências entre os assentados do Milton Santos, há muito debate por meio de assembleias, e se fazem muitas ações conjuntas.

A culminância na mobilização em torno da melhoria do transporte público e redução do preço das passagens que levou milhares de pessoas às ruas do Brasil em junho de 2013, demonstra que "Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de

[65] São múltiplos os entendimentos do que seria a crise do Movimento Sem Terra: perda de base disposta a participar de ocupações (por distintas razões, como recebimento de benefícios de distribuição de renda, lentidão na desapropriação de terras para reforma agrária, falta de interesse em tornar-se agricultor etc.); atrelamento ao governismo do PT; adesão à lógica eleitoral; incentivos à agricultura familiar que dispensariam a mediação de movimentos sociais; mudança de referencial político e filosófico; crise na tática ou na estratégia política; uma crise que atravessaria as forças de esquerda de modo amplo e os movimentos sociais particularmente; e até mesmo que não existe fundamento para se pensar em uma crítica ao Movimento (HILSENBECK FILHO, 2013, p.79).

propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos" (GOHN, 2011). Não cabe nesta Dissertação interpretar esse movimento, mas é perceptível que parece significativo para Joaquim, no que implica considerar que a sociedade ao manifestar-se demonstra que não está paralisada.

O que se percebe neste grupo, é que há uma influência da família nos aspectos de participação e nos estudos, com exceção de Joaquim, que nesses aspectos evidenciou mais que foi mais incentivado pelas outras as relações que estabeleceu no assentamento. Contudo, é sempre um conjunto de atores e coletivos que convivem com esses jovens, e a família é um deles. Esse contexto convergiu para que os jovens retratassem os sentidos da educação em uma perspectiva mais libertadora, não se resumindo à escola, que acaba por ser um meio para alcançar seus projetos profissionais. Já o trabalho tem em vista a realização pessoal, ao lado de terem todo interesse em defender uma sociedade mais justa, a começar pela pleito de seus próprios direitos na defesa de seu espaço de vida e moradia, na luta travada pela terra, portanto não admitem em seus discursos um trabalho de exploração e nem uma escola que não considere a sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a maioria dos jovens dessa pesquisa para usar o termo de Silva (2007) vivem na "penduralidade", ou nas palavras de Escopinho (2013) são como "Andorinhas" vivenciam o vai e vem entre campo e cidade. Como aponta Wanderley (2007) são jovens rurais tentando conciliar o melhor dos dois mundos, ainda que concretamente seja uma conciliação difícil. Sem dúvida trata-se de uma juventude trabalhadora, o trabalho é uma dimensão muito presente na vida dos jovens do Assentamento Milton Santos, que em sua maioria esteve ou está trabalhando na agricultura junto com suas famílias desde muito cedo. A maioria dessas famílias pode ser caracterizada como pluriativa, pois seus integrantes diversificam suas atividades laborais no lote e em outros trabalhos, tendo ao menos um membro da família exercendo outra atividade que não a agricultura, geralmente na indústria ou no setor de serviços.

Ser assentado próximo do perímetro urbano ampliou as possibilidades de se conseguir um emprego fora do assentamento, sem ter que migrar definitivamente. Pode-se portanto caracterizar o Assentamento Milton Santos dentro de um contexto de novas ruralidades, tendo em vista as transformações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas que interferem nas relações de trabalho no campo. É importante perceber que essas mudanças não eliminam o rural, que é herdeiro de uma tradição camponesa expressa no assentamento estudado por meio das plantações agroecológicas e pela experiência de luta dos assentados para realização da reforma agrária, efetivando a localidade com espaço de vida, de relações humanas, contribuindo para movimentar o comércio local e reafirmar os valores entre campo e cidade, já que estes se inter-relacionam.

Contudo, nem sempre esse emprego conquistado nas indústrias ou no comércio da região assegura boas condições de trabalho; vimos vários exemplos nos quais os jovens foram submetidos a situações de ausência de direitos, bem como a desgastes físicos e psicológicos. Também ocorreu de existirem indivíduos mais vulneráveis entre os pesquisados, que desistiram de procurar trabalho, pois não eram nem chamados para entrevistas. Esses são os jovens menos escolarizados da pesquisa, que enfrentam uma realidade muito seletiva para conseguir uma vaga no mercado, pois as empresas usam como critério de seleção a escolaridade, diante da mão de obra abundante, visto que, embora tenha diminuído o desemprego, os jovens continuam a ser os mais afetados pela ausência de uma colocação.

Todos os jovens demonstraram o desejo de continuar os estudos, porém os que tiveram precocemente interrompidas as suas trajetórias escolares apresentam dificuldades para retornar para a escola, quando conseguem voltar a estudar, o fazem por meio da educação de jovens e adultos, sendo essa modalidade de ensino ao mesmo tempo uma oportunidade e um reflexo da exclusão desses jovens do sistema regular de ensino. Uma escola no assentamento colaboraria para ampliar as chances de frequência, porém não basta ter a escola, é preciso pensar uma proposta pedagógica que acolha a realidade dos jovens. Embora predominem os jovens como pouca escolaridade, também é possível encontrar jovens muito escolarizados no assentamento. Trata-se de um grupo menor, no qual a herança escolar e militante das famílias e as suas próprias experiências em ações coletivas implicaram em uma prioridade a dedicarem-se à educação formal, sem no entanto se limitar a ela, sendo a educação não escolar em suas experiências bem expressiva.

Os sentidos do trabalho e da educação, problema central de interesse da pesquisa, podem ser percebidos em múltiplas direções. Por meio das narrativas dos jovens procurei aproximar esses sentidos, destacando os aspectos que preponderaram em cada grupo identificado. Todos os jovens abordaram direta ou indiretamente a renda como um elemento que esperam do trabalho, como jovens pobres, é por meio do salário que conseguem suprir suas necessidades. Porém, as motivações que mobilizam para uso da renda que possuem ou que desejam conquistar, também revelam aspectos da autonomia que se busca, que se está construindo, que já se tem ou precisa ser consolida, que demanda gerir e articular vários aspectos da vida, a depender das relações no espaço que se vive, considerando que ninguém é espontaneamente autônomo, observando sobretudo valores que impliquem também pensar sobre a interferência no mundo, tendo em vista o bem comum, como sujeitos não passivos (FREIRE, 1997). Características específicas foram também evidenciadas, o que pode ser percebido em cada grupo, notem:

No **Grupo 1, Dificuldades em conciliar estudo e trabalho**, os jovens nas suas primeiras experiências laborais tiveram acentuada a precariedade, sendo submetidos ao emprego antes da idade legal para se trabalhar, exercendo atividades desgastantes, com baixos salários e sem carteira assinada, emendando o período de trabalho com os estudos, com poucos momentos para descanso. No lote da família o trabalho tinha o compromisso familiar, porém se não há salário o jovem não reconhece essa atuação como trabalho. Prepondera nesse grupo o sentido do trabalho enquanto renda. Já a experiência escolar, ainda que tenha demonstrando aspectos de sociabilidade, espaço onde os jovens fazem amigos, interage com

outras pessoas, é mais evidenciada pela exclusão, visto que os jovens acabam se sentindo responsabilizados pelo seu sucesso ou fracasso.

No **Grupo 2, Dilemas da conciliação do trabalho, do estudo e da família**, é marcante a relação das mulheres com os filhos e com o espaço da casa; nenhuma delas trabalha atualmente fora do assentamento, algumas procuram emprego mas não conseguem ingressar no mercado de trabalho, acumulando então o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e algumas o trabalho na agricultura familiar. Esse é o grupo menos escolarizado da pesquisa, nenhuma das jovens está estudando. Como já apresentado, diversos fatores contribuem para isso, a educação é idealizada, assume o sentido de "sonho", sendo um projeto difícil de ser realizado. Já o trabalho é relacionado com a Independência, significando sair da esfera doméstica e não depender de terceiros para suprimir suas necessidades.

No **Grupo 3, O estudo é prioridade**, percebe-se que a participação para além da escola, no movimento social, na rádio, na luta geral pela conquista da terra, contribuiu para que esses jovens entendam a educação em uma perspectiva mais libertadora, confrontando o espaço escolar e o próprio MST quando estes se aproximam de uma perspectiva que não questione a exploração, representada pelo sistema capitalista. A escola é meio para concretizarem seus projetos profissionais, já o trabalho assume o sentido de realização, pois para eles é necessário que não seja apenas um instrumento de sobrevivência, mas vá de encontro ao que gostam e acreditam. Em sua maioria os pais desses jovens são bem escolarizados e também são lideranças no assentamento, estando envolvidos em um amplo processo de participação social.

Um aspecto presente em todos os grupos foi o termo "ajuda"; o sentido da ajuda era mobilizado para explicar o trabalho junto aos pais ou aos maridos. Alguns desses jovens trabalham ou trabalharam na agricultura familiar, porém por não receberem um salário, ou por existir um peso na hierarquia familiar, ou ainda por não haver uma identificação com o trabalho no campo, não percebem a sua atuação no lote como trabalho, o fazem ainda muitas vezes tendo em visto o compromisso familiar, demonstrando a solidariedade com as famílias. Portanto, seria importante caminhar no sentido de maior valorização do trabalho exercido pelos jovens, seja na agricultura, seja em outros espaços nos quais eles estão inseridos, superando as invisibilidades e a precarização laboral.

Ser jovem no Assentamento Milton Santos, não se esgota nos debates que realizei, este estudo sem dúvida poderia ser ampliado. Algumas demandas emergiram da pesquisa, mas não puderam ser aprofundadas. As relações de poder tendo em vista o aspecto de gênero,

a maternidade e a paternidade e ou um estudo sobre relações intergeracionais, poderiam ampliar o olhar sobre os jovens, contudo o esforço deste estudo procurou dar voz aos jovens, escutá-los, colaborando para a compreensão de como se configuram entre eles e elas as relações de trabalho e educação, demonstrando como essas dimensões são importantes em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira da Educação (RBE)**, Rio de Janeiro, nº 5 e nº 6, págs. 25-36, ANPED, 1997. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased6_5.htm>. Acesso em 01/05/2013.

ABRAMO, Helena. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-35.

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira:** Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37-71.

ABRAMO, Helena; Et al. **Pesquisa sobre juventudes no Brasil**. Projeto Juventudes sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional. Rio de Janeiro: Ibase, 2009. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/Brasil_ultimarev.pdf>. Acesso em: 15/07/2013.

ABRAMO, Helena; Et al. Pesquisa **Agenda Juventude Brasil:** pesquisa nacional sobre o perfil e opiniões dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ, 2013. . Disponível em: < http://m.biblioteca.juventude.gov.br>. Acesso em: 22/03/2015.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria da Graça. **Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Panelas?** Brasília: UNESCO, 2000.

ALVES, Maria Zenaide. **Ser alguém na vida.** Condição juvenil e projeto de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. 2013. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ANDERSON, Pierre. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e PABLO, Gentili. **Pós-Neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9 a 23.

ANDRIETTA, Reginaldo José. A Juventude Rural Mostra o Seu rosto. **Subsídio 15º Romaria da terra e da água**. São Paulo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzales. Repensar o Ensino Médio Por quê? In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 53-73.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas:** a infância. São Paulo: Planeta, 2003.

BASSO, Jaqueline Daniele; GOBATO, Ana Tatiana Staine Cardoso; ROSA, Julia Mazinini. O contexto da educação no meio rural no estado de São Paulo. Campinas: **Revista HISTEDBR** On-line, n.46, 2012, p. 145-160.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NODER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NODER, Luiz Antônio Cabello. Assentamentos rurais em São Paulo: do conflito social a diversidade dos impactos locais. . In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. p. 331 – 352.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 35-51.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicaçã**o. Brasília, set. 1992.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. Brasília, dez. 1996

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 477, de 4 de novembro de 1999. **Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável** - PDS. Brasília, nov. 1999.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 16 de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade**. Brasília, mai. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude** – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, jun. 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, nov. 2010.

BRASIL. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília: MTE, SE, 2011. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>. Acesso em 15/09/14.

BRASIL. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília: MTE, SE, 2012.

BRASIL**. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues**.** Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**. v.10, n.1, p.11-27, 2007.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA, Francisco Carlos; da Silva; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flávio (Org**.). Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 200, p.53 – 66.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira:** Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 243-261.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruri**s, Campinas, v.2, n.1, p. 9-38, 2008.

CARVALHO, Horacio Martins. A sombra da imaginação 'o camponês e a superação de um 'destino medíocre**'**. **Boletim Dataluta**, São Paulo, 2011, p. 1-13. Disponível em < http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2011.pdf>. Acesso 20/06/2013.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF, 2000, nº 03. p. 26-57.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castanho. **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 103 – 126.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo, (Orgs).

Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2004. (Por uma educação do campo 5)

CATER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 285 – 330.

CASTRO, Elisa Guaraná Et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção do autor político.** Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. Terceira sessão balanço e perspectiva**.** In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 129-135.

CATTANI, Antônio; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Zouk. 2006.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

CARRANO, Paulo. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. O **Social em Questão**, n 27, 83-100, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens olhares sobre o trabalho**: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo. 2001.263f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CORROCHANO, Maria Carla; NASCIMENTO, Érica. **Jovens, sindicato e trabalho no setor de telemarketing**. Relatório de situação – tipo para a pesquisa "Juventude e integração sul americana". São Paulo, 2007.

CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e Trabalho no Brasil:** Desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008a.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e sua ausência:** narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. 442 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008b.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia**. Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 45-72.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e sua ausência:** narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho. In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 206-228.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho Decente e Juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. p. 200. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf>. Acesso em: 15/09/14.

COTRIM, Amanda. Assentamento Milton Santos recebe visita técnica. São Paulo, 2012. **Caros Amigos**, reportagem, Disponível em: http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano-2/2685-assentamento-milton-santos-recebe-visita-tecnica. Acesso em 24/08/14.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 11º edição, 2010.

DAYRREL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n. 100. p. 1105-1028, 2007.

DAYRREL, Juarez. A ponta do iceberg. **Caderno 5 menos 30**, São Paulo, p.16-25, 2014.

DA VEIGA José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Estatísticas do meio rural 2010 2011**. 4. ed. São Paulo: DIEESE/ NEAD/MDA, 2011.

DIEESE. **O mercado de trabalho Assalariado rural brasileiro**. In: DIEESE. Estudos e Pesquisas nº 74. São Paulo, 2014.

DOWBOR, Ladislau**. O que acontece com o trabalho*?*** São Paulo: Senac, 2002.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert, e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abraão (Org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, p. 245-258, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociale, Argentina, p.73-85, 2008. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal24/04mançano>. Acesso em: 10/01/2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli.Salete. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744 -746.

FILHO HILSENBECK, Alexander Maximilian**. O MST no fio da navalha** – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FRAGA, Alexandre. Da rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. **Revista habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, março, p.36-43, 2006.

FREIRE, **Madalena. Observação, Registro e Reflexão**: instrumento metodológico I. 2 ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes necessários à prática educativa. 30º edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8º edição, 1983.
.
FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e & Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUNCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade:** Trabalho, Educação, Cultura e Participação**.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 180-216.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. p. 1129-1152,

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

GADOTTI, Moacir. A qualidade na educação: uma nova abordagem. In: **Congresso de Educação Básica qualidade na aprendizagem**. Florianópolis: 2013. p. 1-18. Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726a a2c7daa4389040f.pdf Acesso em: 03/04/2015.

GIDDENS, Anthony. Trabalho e vida econômica. In:_____ **Sociologia**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005, p. 305-341.

GIULIANI, Gian Mario. CASTRO, Elisa Guaraná. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 138 – 169. jul. 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, v. 16, n.47, p. 333-513, mai-ago. 2011.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade:** as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo – USP, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José, et al. Meio Rural Paulista: Muito Além do Agrícola e do Agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n.2, p.60 - 72, 1996.

GRAMSCI, António. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo.V.4.Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Marcos Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Luis Antonio e MARTINS, Marcos Francisco. **Introdução à pesquisa em educação**. 2ª edição revista e ampliada. Piracicaba-SP, Biscalchin, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias juvenis. Um novo nicho em meio à expansão das novas oportunidades de trabalho? In: MACAMBIRA Júnior e ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **Trabalho e formação profissional - juventudes em transição**, Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 57-79.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: Uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena, BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira:** Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 149-174.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14. Rio de Janeiro: mai/ago, 2000. p. 108-130.

HEILBORN, Maria Luiza. et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 17, 2002. p. 1-33.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A Morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41 .

HIRATA, Helena. O trabalho do cuidado (care) em perspectiva comparada: França, Japão e Brasil. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação - Diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: IPEA,2011, p. 83-107.

HOLZMANN, Lorena. (2006). A dimensão do trabalho precário no Brasil no início XXI. In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs**.). O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações**.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas técnicas**: histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas> Acesso 18/08/14.

IBGE. **Indicadores sociais municipais.** Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_pdf.shtm>. Acesso 11/08/14.

IBGE. **Cidades 2010**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=sao-paulo. Acesso em 22/08/14.

. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação da situação de assentamentos da Reforma agrária no Estado de São Paulo fatores de sucesso ou insucesso**. São Paulo: IPEA, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica:2012 – Resumo Técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 41p. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 24/08/2014

JANNUZZI, Paulo Martino; PINTO, Alexandro, Rodrigues. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família. In: Campello, Tereza e Neri, Marcelo (Orgs). **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 179 – 182.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves. Chaves inúteis? Transformações nas culturas do trabalho e do emprego da perspectiva de experiências juvenis de desemprego por desalento. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, 2011, p. 493 – 510.

SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, Mario. Por uma educação do campo percursos históricos e possibilidades. Caderno Temático: Cultura e educação no campo. **Entrelaçando** – Revista Eletrônica de Culturas e educação. N. 3, 2011, p. 45-60.

LOERA, Nashieli Cecilia Rangel. **A busca do território:** uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra, 2004. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período de 1993 – 2006 e o trabalho das mulheres. In: SABATO, Alberto Di et al. **Estatísticas rurais e economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 123-162.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Transição para vida adulta ou vida adulta em Transição?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006, p. 139-169.

MAFORD, Kelli Cristine de Oliveira. Os impactos da mudança conservadora do agronegócio na educação do campo. . In: SEVERI, Fabiana Cristina; JUNIOR, José Roberto Porto de Andrade; SILVA, Ana Paula Soares. **Agrário e ambiental no século XXI.** Curitiba: CRV, 2013. p. 83 -96.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Marialice Mencarini. **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MARGULIS, Mario, URRESTI, Marcelo. La juventude es más que uma palavra. In: MARGULIS, Mario. (Org.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARX, Karl, A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. Livro 1, vol. 1, tomo 2, cap. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 261-294.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; **Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128.

MARTINS, Heloísa. Metodologia da pesquisa qualitativa. **Educação e Pesquisa.** V. 30, n. 2, maio/ago. 2004.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

MATTOSO, Jorge e Pochmann, Marcio. Globalização, Concorrência e Trabalho. Campinas, SP: **Cadernos do CESIT** (Texto para Discussão nº 17), 1995.

MEDEIROS, Leonilda de Servolo. "Sem terras", "Assentados' e "Agricultores familiares": considerações sobre conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros. In: GIARRACCA, Norma. **Uma nova ruralidade na Americana Latina?** Buenos Aires: Clacso, p. 103-16, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In. MEDEIROS, Leonilde Sevolo; LEITE, Sérgio (Orgs). **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.17-52.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001

MITIDIERO, Marco Antonio Junior. A Agropecuária Marginal: cultivo, plantio e coleta na BR 235-SE. **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, PE, 2010. Disponível em: < http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT3-marco-antonio-mitidiero.pdf>. Acesso em 22/06/2013.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos Movimentos Sociais na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo. In:_____. **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010, p. 137-149.

MONTANO, Carlos, DUIGUETTO, Maria Lúcia. A [contra]reforma do Estado no Regime de Acumulação Flexível [pós – 1973]. **Estado, Classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011, pg. 180-209.

MORUZZI, Paulo Marques. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: una releitura sobre a criação do PRONAF. **Raízes**, Campina Grande, vol. 22, n. 2, 16-28, 2003.

MORUZZI, Paulo Marques, LE MOAL Marcos Freitas, FREIRE DE ANDRADE, Ana Gianfrancesco. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de são Paulo: agricultura de proximidade em questão. **RURIS,** Campinas, v. 8, n. 1, p.63-89, 2014.

MORUZZI Paulo Marques, LUCAS, Ademir de. Reforma agrária e desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **36º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia - SP, p. 1-21, 2012.

MUNARIM, Antonio. Elementos para uma política pública de educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 15-25.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, n. 38, p. 1-10, 2007.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda Carvalho. **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p. 121-152.

NALU, Faria. Economia feminista e a agenda da luta das mulheres no meio rural. In: SABATO, Alberto Di et al. **Estatísticas rurais e economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 11-29.

NOVAES, Regina. Prefácio. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009

NOVAES, Regina. Juventude, juventudes: jovens das "classes C, D e E" frente aos dilemas de sua geração. In: ABRAMO, Helena. Participação e organização Cultura Audiovisual. **PROGRAMA Mais.** Brasília: Ministério juvenis, p. 2004. Disponível em: < www2.cultura.gov.br/audiovisual/fictv/files/.../juventude-juventudes.pdf>. Acesso em 18/07/2014.

NOVAES, Jose Roberto Pereira et al.**Jovens Migrantes canavieiros:** Entre a Enxada e o Facão. Cortadores de Cana do interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Ibase e Instituto Pólis, 2007.

OLIVEIRA, Hersilia M. Cadengue; ALMEIDA, Mariomar. Relações de gênero e poder no assentamento rural Araraiba da Pedra – Cabo de Santo Agustinho – Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e Geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 252 – 275.

PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida**:** dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**. Vol. 18, n3, p. 371-381, 2009.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**. Vol. XX, p. 395-410, 2010.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n.5 e n.6, 1997. p.15-24.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. **Margarida Alves Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, 2006, p. 150 -174.

REGUILLO, Rossana Cruz. **Emergencia deculturas juveniles:** estrategias del desencanto. Bogotá: Editorial Norma, 2000.

RODRIGUES, João freire. O estado do campo: contribuição ao debate teórico sobre o rural brasileiro. In: SILVA, Aparecida Vanda, CARMO, Renato Miguel. **Mundo rural: mito ou realidade?** São Paulo: Annablume, 2013, p. 51 – 65.

ROSANDISKI, Eliana Navarro & Silva, Ricardo Andrés Cifuentes. Mudanças no perfil do emprego no Brasil nos anos 90. In: **Emprego e desenvolvimento tecnológico**. São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT, 1999.

MELO, Pereira Hildete; SABATO, Melo Di. Gênero e trabalho rural. In: SABATO, Alberto Di et al. **Estatísticas rurais e economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 31 - 120.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 2003. v.20, n. 1, p. 11-34.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento à consciência universal. São Paulo, Record, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo, Cortez, 2011, 7º Edição.

SILVA, Luciana Henrique; JUNQUEIRA, Kellen Maria; PUPO, Marcelo Vaz. Sementeia: Multi-mídia, Educação e Resistências em uma plataforma virtual. In: **encontro da Rede de Estudos Rurais,** 2014, Campinas, UNICAMP, 2014. p. 1-15.

SILVA, Vanda Aparecida. Das experiências de sexualidade no interior do Brasil, no interior de Portugal. **OMERTTAA**, Portugal, p.96 a 108, 2007. Disponível em: <http://www.omertaa.org/archive/omertaa0013.pdf> Acesso em: 20/05/2015.

SOEIRO, José. Perdi o Emprego, encontrei uma ocupação: juventude, precariedade e o novo ciclo de protesto global. In: ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio (Orgs.). **Trabalho, Juventude e Precariedade**. Bauru: Editorial Práxis, 2012, p. 123-154.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais. . In: SEVERI, Fabiana Cristina; JUNIOR, José Roberto Porto de Andrade; SILVA, Ana Paula Soares. **Agrário e ambiental no século XXI.** Curitiba: CRV, 2013. p. 97 -120.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da arte na pós-graduação brasileira:** educação, ciências sociais e serviços sociais **(**1999-2006). Belo Horizonte/MG: Argvmentvm: 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. Revista: **Educação & Realidade**, v.33n. 2, p.83 -98,.2008

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e a escola. In: ABRAMO, Helena, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira:** Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 87-125.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola **Revista USP**, São Paulo, n.57, p.210-226, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Revista Estudos Sociedades e Agricultura**, nº 16, p. 164 -184, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro: uma apreciação crítica do estudo da OIT. **Fetag**, Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Porto Alegre, Série Documentos N. 01, 2005, p. 1-30.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-100, 1995.

SOUZA, Carmem Lúcia Carvalho; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 200. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 19, no. 42, p.97-106, 2009.

STROPASOLAS, Valmir, Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escola – trabalho**: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re) inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. 2007 441 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOLENTINO, Michell. De qual rural fala o PRONAF? In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, 2012, Uberlândia – MG.** Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 1-20. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1131_1.pdf >. Acesso em 18/07/2014.

VENDRAMINI, Celia Regina. A educação do campo na perspectiva histórico dialético. MOLINA, Mônic Castagna (Org). a. **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010, p.127-135.

VENCO, Selma. Quando o trabalho adoece: uma análise sobre o teleatendimento. **Interfacehs**, v.3, n.3, p. 1-18, ago/dez, 2008.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: Reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto, VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens Rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 21-33.

WANDERLEY**,** Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural de Pernambuco através do olhar de seus jovens. In: SILVA, Vanda Aparecida; CARMO; Renato Miguel. **Mundo rural: mito ou realidade?** São Paulo: Annablume, 2013, p. 85-103.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v 15, 2000, p. 87-145.

WEISHEIMER, Nilson. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil:** mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WEISHEIME*R,* Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 129-135.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Revista Olhares Sociais**, v. 2, p. 51-78, 2013a. Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf>. Acesso: 17/06/2014.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a Invisibilidade Social das Juventudes Rurais. **DESIDADES** Revista Eletrônica de Divulgação científica em Infância e Juventude, v. 1, p. 22-27, 2013b. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/featured_topic/sobre-a-invisibilidade-social-das-juventudes-rurais>. Acesso 20/07/2014.

WOMACK, James D.; JONES, Daniel T. & ROOS, Daniel. **A Máquina que mudou o mundo**. 2a.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

APÊNDICE A – PERFIL INDIVIDUAL DOS JOVENS

Hildete – 18 anos, branca, está cursando o 2º ano do Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na primeira entrevista estava procurando emprego na cidade e no decorrer da pesquisa passou a trabalhar em uma fábrica de doces, com registro. Mora com os pais e os irmãos. A renda familiar[66] é de 7 a 10 salários mínimos, o pai trabalha, é pedreiro e aposentado, a mãe se dedica aos afazeres domésticos e à horta, fazendo parte da Associação Acoterra. Hildete "ajuda" esporadicamente no serviço doméstico e na horta, também participa do projeto da rádio; pretende terminar o Ensino Médio e ganhar um bom salário. Essa jovem me apresentou a vários contatos, e visitou algumas casas comigo. Pretendia continuar morando no Assentamento Milton Santos, porém está morando atualmente no bairro vizinho.

Hildete foi uma das primeiras jovens de quem me aproximei; no percurso entre uma casa e outra, ela me contava um pouco de sua vida, sempre a encontrava nas atividades do assentamento. Ela é muito amiga de Valéria, por várias vezes as vi juntas. Sua preferência foi por voltar a estudar na EJA, pois já reprovou de ano e esteve um período sem estudar. Sobre o trabalho, estava procurava algo "que não comprometesse seu final de semana".

O interesse pela rádio a princípio ocorreu para ocupar o tempo, mas posteriormente concluiu que era muito trabalhosa essa participação: havia reuniões, organizavam-se os programas, contava-se a história do assentamento. Ela informou que o grupo desanimou da organização. Mas, para ela, o coletivo teve uma atuação importante, sobretudo no período da tentativa de despejo dos assentados.

Durante o período de idas a campo, Hildete namorava, mas terminou o relacionamento. Quando a conheci, ao que parecia não tinha o desejo de casar, mas no final de dezembro, antes de encerrar o ano letivo, encontrei na escola com outra jovem do assentamento, Camila, que fora buscar a filha. Camila informou que Hildete está grávida, vai se casar e já está morando com o namorado no bairro Antônio Zanaga, vizinho do assentamento, justamente onde escola é localizada.

[66] Considerei a renda familiar total com base no salário mínimo.

Camila – 17 anos, branca, não está estudando atualmente, parou no 1º ano do Ensino Médio, tem uma filha de um ano e 7 meses chamada Ângela. Desistiu de estudar quando ficou grávida, mas pretende continuar os estudos. Seu pai mora em Limeira, sua mãe faleceu e ela permaneceu no assentamento morando com sua tia, a prima, o irmão e o ex-namorado da prima (Marcelo). A renda familiar é 4 a 6 salários mínimos, a família tem um comércio e está envolvida com a Associação Acoterra. Camila "ajuda" em ambos os trabalhos (comércio e horta), recentemente conseguiu vaga para a filha na creche.

Eu a conheci numa ida ao bar de sua tia, nesse dia havia alguns jovens conversando no local, mas o movimento não era grande. Camila chegou criança ao assentamento, veio com a mãe, disse que foi passando de assentamento em assentamento, até chegar ao Milton Santos. Com o falecimento da mãe chegou a morar por um período em Limeira, mas voltou para o assentamento, onde, segundo ela, os vínculos familiares a apoiavam mais.

A jovem partilhou sua preocupação com o futuro da filha, deseja estar feliz com a criança. Disse que não voltou a estudar, mas que estava esperando uma vaga na creche para Ângela, que esse auxílio a ajudaria a retornar para a escola. Aproximadamente em meados de 2014 conseguiu para a filha uma vaga na creche em que trabalho, por várias vezes nos encontramos, porém mesmo com a ida de Ângela para a creche, a jovem não retomou os estudos.

Alguns meses depois, Camila engravidou. Espera o segundo bebê, está namorando e continua a morar no assentamento.

Jovanir – 22 anos, branco, mora com os pais e mais dois irmãos. Todos os irmãos trabalham fora do assentamento em indústrias, já a mãe e o pai, que é aposentado, estão envolvidos com a horta da família e fazem parte da associação Acoterra. Jovanir atualmente pinta pequenas peças em uma empresa, sendo registrado.

A renda familiar é de 4 a 6 salários mínimos. A casa em que mora no

assentamento foi construída por ele e pelo pai. Quanto aos estudos, parou na 7ª série, mas quer voltar a estudar; a dona da empresa em que trabalha tem cobrado o retorno à escola. Pretende continuar morando no assentamento.

Quando conheci Jovanir, sua mãe estava junto a ele. Aos poucos foram entrando na casa os irmãos e o pai. Os irmãos não se aproximaram muito, mas a mãe foi muito acolhedora, conversamos na sala. Vez ou outra encontrei Jovanir nas idas a campo, passei algumas vezes pela sua casa para pedir informações sobre onde moravam outros jovens, foi ele quem sugeriu que eu conversasse com Karlinhos.

Para além do espaço da sua residência, encontrei Jovanir numa festa junina realizada no assentamento. O jovem me disse que é mais caseiro, que sabe que tem o MST lá, que tem a Igreja, mas que gosta mesmo é de jogar bola, e sente falta de uma infraestrutura para lazer no local. Essa é uma queixa muito comum entre os jovens.

Jovanir não estuda, disse que deixou de estudar porque não tinha muita vontade de ir à escola, mas que pretende retornar, até porque há uma pressão no trabalho para isso, pois ele é o único funcionário que não concluiu o Ensino Fundamental. Acredita que sem estudos não pode melhorar de vida. Gostaria de fazer o supletivo e cursos de solda e, quem sabe, ser veterinário.

Marcelo – 20 anos, branco, veio de Manoel Ribas (PR) com o primo para passear, conheceu a jovem Cíntia (prima de Camila) e se mudou para o assentamento; embora hoje eles não estejam mais juntos, o jovem permanece morando com a família de Cíntia.

A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos. Sobre o trabalho, informou fazer de tudo um pouco, cuidar da parte elétrica das casas, cortar o mato com o trator e com a roçadeira. Está no assentamento há 6 meses. Já havia concluído o Ensino Médio, atualmente não estuda e não tem planos de voltar a estudar.

Quase não vi esse jovem nas atividades do assentamento. No Paraná ele ficou um período de 6 meses em outro assentamento, em Manoel Ribas, passou um período em Sumaré (cidade vizinha de Americana) com o primo. Marcelo também informou

que queria tentar a vida em São Paulo, mas pretende voltar para o Paraná, pois sente saudade da família.

Disse ser autônomo, que prefere esse tipo de serviço, porque mesmo que fique disponível para o trabalho das 8h00 às 17h00, não tem que estar o tempo todo trabalhando como em uma empresa, geralmente trabalha uma parte do dia.

Declarou que quer casar, ter filhos e ser feliz. Gosta de ir ao rio para nadar, e também de frequentar o forró.

Recentemente encontrei com Cíntia, a jovem está grávida, o pai é Marcelo, que passou novamente a ter um relacionamento com ela.

Sandrinha – 24 anos, negra, casada, cursou até a 6º série, mora na área de posse[67] que era da sogra falecida. Vive com a filha de 4 anos e o marido, que trabalha fora do assentamento fazendo "bicos". A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos.

Atualmente se dedica aos serviços domésticos na própria casa. Já trabalhou como faxineira e como vendedora de lingerie. Quer voltar a estudar, pois deseja ajudar a filha nas tarefas da escola. Sonha em ver a filha se formar e quer construir sua casa, pois mora em um barraco de Brasilit.

Conheci Sandrinha no início do ano letivo de 2014, quando foi matricular a filha em uma das escolas em que trabalho. Falamo-nos algumas vezes, nas visitas ao assentamento foi visitar a sua casa, e passamos a conversar mais sobre a realidade do local. A jovem pareceu bem desanimada quanto a conseguir um emprego, acha que por não ter estudado, não consegue se recolocar no mercado de trabalho. Acrescenta que não é possível escolher serviço, que não gosta de faxina, mas se alguém chamar nesse ramo, ela mesmo assim irá.

Pretende continuar no assentamento, pois acha o local gostoso e tranquilo, é bom criar ali a sua filha. Considera a cidade um lugar perigoso.

[67] Os moradores chamam de área de posse os lotes no entorno do assentamento, que não compõem a terra das 68 famílias que é regularizada pelo Incra.

Dayane – 21 anos, parda, casada, cursou até a 6º série, mas gostaria de voltar a estudar. Mora com os sogros, o marido e a filha; por ocasião da entrevista, estava grávida de 8 meses do segundo filho. Ao conhecer seu atual marido, veio morar com a família dele no Milton Santos. A sogra trabalha na terra e está integrada com a associação Acoterra. Dayane disse "ajudar" no serviço de casa e no pequeno comércio do marido. Este, além de trabalhar no comércio, trabalha na horta, pois alguns dias nem abre o comércio porque vende pouco.

Encontrei essa jovem algumas vezes no assentamento e outras na escola, já que sua filha, France, passou a frequentar a Emei esse ano. A dificuldade financeira foi muito enfatizada por ela, tendo em vista a preocupação com o sustento da filha e com a chegada de mais um bebê. Dayane informou que o pai de France não a reconheceu como filha, e que não dá qualquer contribuição; ela conta com o apoio da família do segundo casamento. Declarou que a renda familiar é de um salário mínimo.

A representação do campo como um espaço melhor para criar os filhos também aparece nos seus relatos. Porém ela disse que há dificuldades para arrumar trabalho e de ter assistência médica, tendo em vista a distância do assentamento em relação à cidade.

Seu sonho é fazer pedagogia, porque gosta de crianças. Gostaria também de trabalhar no comércio, mas atribui à maternidade a impossibilidade de retomar os estudos. Dayane trabalhou em um restaurante, mesmo grávida, mas foi mandada embora sem direito a nada, pois não era registrada.

Sua mãe é falecida, teve diversas ocupações e chegou a participar da ocupação do Assentamento Milton Santos. Dayane deseja ter uma casa, pois mora em um barraco.

Alessandra – 26 anos, negra, parou de estudar no 1º ano do Ensino Médio, mas gostaria de voltar para a escola. Já fez alguns cursos profissionalizantes ligados a cuidados estéticos, recentemente montou seu próprio negócio no assentamento, um

salão de cabeleireira.

Mora com os sogros que trabalham na horta via Associação Acoterra, com o marido que trabalha fora do assentamento e o filho de 5 anos; por ocasião da entrevista, estava grávida do segundo filho. A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos, mas tem expectativa de maior rentabilidade por meio do salão de beleza.

Conheci a jovem em uma reunião de mães que discutiam o transporte escolar. Elas estavam organizando uma escala para acompanhar as crianças até a escola, já que na ocasião ainda não havia monitor, um pleito do grupo que foi conquistado posteriormente junto à Secretaria de Educação.

Alessandra demonstrou não gostar muito do lugar, pois antes morava em Limeira e sente falta da facilidade de mobilidade na cidade; segundo ela "é tudo perto", enquanto no assentamento ela tem a impressão de abandono. Porém disse que já se acostumou.

A jovem abandonou os estudos no primeiro casamento, e relatou que o segundo marido também não a deixa retornar à escola, por sentir ciúmes. Seu sonho é fazer administração. Ela já trabalhou em empresas da região, mas prefere o salão porque é a dona, e gosta desse tipo de trabalho.

Recentemente, encontrei Alessandra na creche em que trabalho, ela foi procurar vaga para o filho recém-nascido, contou-me que fechou o salão de cabeleireiro. Continua a morar junto com os "sogros", mas largou do marido.

Claudinei – 15 anos, pardo, mora com os pais e com a irmã (Karyne), está cursando o 1º ano do Ensino Médio regular. Os pais e ele trabalham na horta e estão envolvidos com a produção de alimentos para a Associação Acoterra. A renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos.

Meu contato com o jovem foi por meio da apresentação de Felipe, membro das CEBs e do Movimento Fé e Política, que faz um trabalho junto à comunidade local. Ao visitar a casa de Claudinei, conheci muitas pessoas, no dia havia vizinhos por lá. Crianças, jovens e adultos brincavam juntos na frente da casa. O ambiente era muito

cordial, algumas pessoas já me conheciam e outras Felipe foi me apresentando.

A irmã de Claudinei (Karyne) também concordou em falar comigo, já Claudinei precisei ir convencendo. Por fim, incentivado por mim, pela irmã, pela mãe e em um outro ambiente que não a casa, concordou.

Em uma das escolas em que trabalho, organizei um estudo do meio com os alunos, professores e alguns pais que moram no Assentamento Milton Santos. No dia do estudo a casa de Claudinei foi visitada, pois ali existem plantações variadas e também criação de alguns animais. Foi a Paula, mãe de Claudinei, quem apresentou o quintal para as crianças.

O jovem disse que não sabe bem ao certo o que quer estudar, talvez algo como "mexer com mecânica"; atribui à escolha do curso a possibilidade de arrumar um emprego bom. Ele informou que reprovou uma vez de ano, acredita que por ter sido "bagunceiro" na escola. Disse que já teve problemas com preconceitos (era chamado de pé vermelho), mas que com o tempo isso foi superado.

Ele contou que gosta de trabalhar com o pai na horta, mas a exemplo de outros jovens, considera como uma ajuda esse tipo de trabalho. A representação que faz do meio rural é de um espaço de tranquilidade, porém, como acontece com outros jovens, sente falta de ter uma quadra para o lazer. Disse que gosta da localidade, que já mora a quase 8 anos no assentamento e que pretende continuar por lá.

Rafael –15 anos, branco, mora com mãe e com o padrasto, está no 9º ano do ensino regular. A mãe é advogada, a família e ele fazem parte do MST. O padrasto trabalha na terra. A família planta mais para o consumo próprio. Rafael "ajuda" esporadicamente no cultivo, mas deseja viajar para conhecer outros estados, também quer fazer uns cursos oferecidos pelo MST, mas não muitos, pois já estuda outros idiomas; acredita que isso pode ser um diferencial em seu currículo. Quer também se formar em Engenharia ou Direito.

Encontrei esse jovem algumas vezes no assentamento, também tive contato com a sua família, conversei com a mãe dele, que falou um pouco sobre o trabalho do MST no Milton Santos. Quando cheguei na casa dele, a irmã que mora em outra cidade

estava lá, também conversei um pouco com ela. Rafael tem vários planos para o futuro, disse que recebe muito incentivo da mãe, já quanto ao pai biológico contou que este não liga muito para ele, embora more em uma cidade da região.

Sobre o trabalho, disse que além de "ajudar" a família plantando algumas coisas, já carpiu alguns terrenos, lavou carrinho de espetinho, mas que a mãe não quer que ele trabalhe muito, para priorizar os estudos. Seu processo escolar, quando mais novo, foi feito de idas e vindas ao assentamento, pois a mãe, para se formar em Direito, passava períodos em Goiás e depois voltava.

Falou do assentamento como um lugar sossegado, mas que apresenta problemas de acesso ao lazer. Disse que teve dificuldades com apelidos na escola por ser assentado, mas segundo ele, sempre respondeu e fez amigos onde estudou. Para ele o MST foi importante na organização do assentamento e na conquista do lote, porém não há muitos jovens envolvidos com o Movimento, ponderou que há mais adultos. Acredita que isso ocorre porque os jovens estão mais interessados em cuidar da sua vida, embora em certos períodos houvesse um grupo de amigos que organizava algumas festas e a rádio no assentamento.

Karyne – 18 anos, parda, mora com os pais e o irmão (Claudinei), está cursando o 2º ano do Ensino Médio por meio de eliminação de matérias, fazendo provas via Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

Os pais trabalham na terra e estão envolvidos com a Associação Acoterra. Karyne disse que já "ajudou" os pais com as plantações, hoje cuida mais da casa, tem o sonho de montar uma academia, mas está desempregada, à procura de emprego na cidade.

A jovem viveu um período com os avós em Mundo Novo (MS). Ali teve uma experiência de trabalho montando coreografias em uma academia; também passou um período no Paraguai, onde trabalhou no comércio. Relatou que retornou ao assentamento, pois apesar de não gostar do local porque é muito longe de tudo, prefere morar com os pais. Tem encontrado dificuldades de arrumar emprego por conta dos

horários de ônibus.

Recentemente uma outra jovem do assentamento me informou que Karyne mudou-se para Campinas, pois passou a namorar um jovem de lá.

Flávia – 21 anos, parda, parou na 8º série, mas gostaria de voltar a estudar. Tem dois filhos (2 anos e 5 anos), mora com as crianças e o marido, que faz alguns "bicos" e trabalha na terra. A família conseguiu recentemente um lote no assentamento e por isso Flávia quer plantar sua horta com frutas e mandioca, além de criar galinhas. Anteriormente ela "ajudava" na terra dos sogros, já fez vendas de colchas, produtos "Natura" e começou a trabalhar como manicure na sua casa. Pretende participar do projeto da horta coletiva via associação Acoterra.

Conheci Flávia na casa de sua sogra, no dia em que fui visitar Karlinhos; nesse mesmo dia interagi com a jovem, com Renatinha e Karlinhos, ou seja, com todos os jovens da família. Voltei outras vezes, aos poucos fui conversando com eles, fazendo as entrevistas, tentei fazer uma entrevista com o marido de Flávia, mas ele não quis.

A jovem me mostrou as criações (de porcos e galinhas), as plantações, as crianças que brincavam pelo quintal, todas as vezes em que fui lá havia essa movimentação dos familiares. Ela veio para o assentamento acompanhando o marido, porque seus sogros participaram da ocupação e conseguiram um lote, na ocasião ela estava grávida, mas perdeu o bebê. Ela contou que deixou de estudar quando ficou grávida pela segunda vez, por ser uma gravidez de risco, não podia fazer muito esforço. Flávia alegou que não voltou a estudar ainda porque o marido tem ciúmes, porém disse que quando seu filho menor crescer mais ela vai voltar a estudar, mesmo ele ficando contrariado.

Embora faça planos de trabalhar na horta, Flávia disse que pensa em colocar os filhos na creche e trabalhar fora também, pois gostaria de ter um salário, ser mais independente. A preocupação com o futuro dos filhos está bem presente em suas falas; a jovem fez menção à violência, mas na sua visão ela é maior na cidade.

Renatinha – 22 anos, branca, mora com o filho de 2 anos, com o marido (Karlinhos), os sogros e recentemente trouxe o pai para morar junto na terra dos sogros. A sogra e o sogro trabalham na horta e estão envolvidos com a associação Acoterra. O marido trabalha em firma. Renatinha realiza mais o trabalho doméstico na sua própria casa, gostaria de voltar a estudar, parou na 6º série. Deseja ter uma terra própria e continuar no assentamento.

Ela e o pai vieram morar no assentamento com a tia. No local conheceu Karlinhos, o pai chegou a voltar para Limeira, mas retornou para o Assentamento Milton Santos.

A jovem está no assentamento há dois anos. Chegou a trabalhar em Limeira, disse que não gosta do trabalho da terra, e que está esperando o filho crescer mais para procurar emprego em Americana. Também pensa em voltar a estudar, embora não gostasse muito dos estudos. Precisa que o marido mude de horário de trabalho para que possa ajudá-la com o filho, já que se for retornar para a escola cursará o supletivo e o curso é a noite. A mudança de horário já está prevista, a empresa ficou de passá-lo para o período diurno.

Karlinhos – 22 anos, branco, mora com o filho, a esposa (Renatinha), com os pais e o sogro. Parou de estudar no 2º ano do Ensino Médio, fazia supletivo. Trabalha como porteiro em uma empresa. Os pais cultivam a horta da família e estão envolvidos com a associação Acoterra. O jovem já trabalhou na horta com os pais, e também como pedreiro, mas disse ter ido em busca de um serviço melhor, e como trabalha à noite, dorme de dia, por isso não consegue fazer outras coisas.

Ele partilhou a dificuldade que teve em conciliar estudo e trabalho, no período em que trabalhou como pedreiro, antes do emprego atual de porteiro. Karlinhos deseja ser vigilante, mas se continuasse os estudos gostaria de fazer Engenharia. Disse que a escola o ajudou, pois aprendeu a ler e escrever e também fez amigos no espaço

educativo.

O jovem faz planos de comprar uma casa e um carro, evidenciando que deseja investir na aquisição de algum bem. Disse que se comprar a casa na cidade pode alugá-la, pois gosta de morar no assentamento. Ele conta que ali é bom para descansar e que ali não precisa comprar uma série de coisas: que pode, por exemplo, colher a alface do pé, sabe a procedência e que não tem veneno. Porém, disse que a situação do transporte coletivo é muito ruim, pois são poucos os horários.

Para realizar seus planos Karlinhos disse que conta com o apoio dos pais, que recebe muita ajuda deles, mas se arrepende de ter parado de estudar, pois atribui aos estudos o acesso a um emprego melhor.

Valéria – 15 anos, branca, mora com a mãe, Raquel, e a irmã de 4 anos, está cursando o 2º ano do Ensino Médio regular. Sonha em ser veterinária, para o futuro demonstrou dúvida quanto a permanecer no assentamento, porém se continuar pretende plantar para consumo. Disse que há profissões que não são valorizadas, como a de agricultor, segundo a jovem paga-se muito pouco pelos alimentos produzidos no lote.

A mãe é envolvida com a associação Acoterra e tem se preocupado com a organização das documentações da entidade. Também está em busca de iniciar carreira docente no ensino superior, pois é pós-doutorada, estudando a realidade rural. Raquel fez parte do assentamento, foi do MST, mas se afastou do movimento. Valéria participou do projeto da rádio.

Fui várias vezes na casa desta jovem, cuja irmã estuda na escola em que trabalho; Valéria, sua mãe e o padrasto sempre participaram das atividades escolares. Raquel colaborou com o projeto de integração entre o assentamento e a escola, a avó de Valéria passa períodos no assentamento para colaborar com a família, já que Raquel viaja muito.

Encontrei Valéria também nas atividades do assentamento, festas e reuniões. A jovem disse que vai investir nos estudos, que é muito incentivada pela mãe para estudar. Que nunca procurou emprego fora do assentamento, pois ainda se considera

nova, mas que "ajuda" nos afazeres domésticos e a cuidar do lote.

Ela fez uma representação do campo como um lugar mais tranquilo, onde se conhece todo mundo, mas por outro lado não descarta ir embora para estudar. Disse que houve um período que os jovens organizavam festas no assentamento, mas que eram reprimidos pelos adultos.

Valéria participa do projeto da rádio, mas informou que o trabalho está no momento desarticulado, embora estejam previstas algumas reuniões. Na escola disse que teve problemas com alguns colegas e com um professor, que não apoia a ocupação de terras, que os colegas chamavam os assentados de "ladrões de terra". Segundo a jovem foram muitas ofensas, mas ela também teve professores que tentavam explicar o que era a reforma agrária, e que sua mãe uma vez foi dar uma palestra na escola.

No final de 2014 Valéria seguiu para a Paraíba com a avó, ficará um período por lá.

Joaquim – 24 anos, branco, veio com 15 anos para o assentamento, formou-se em jornalismo em Fortaleza. O pai tinha o sonho de voltar para a terra e está envolvido com a Acoterra. Joaquim trabalhou na Associação Acoterra ajudando a pensar a produção e também contribuiu para a articulação da rádio. Vai trabalhar em outro Estado (RS), para acompanhar um projeto técnico-pedagógico em cooperativismo. Sua experiência de trabalho foi somente no assentamento.

Aproximei-me do jovem no período de férias, quando ele estava no assentamento. Entretanto, já o conhecia das reuniões de 2013, época em que os assentados estavam muito mobilizados na luta para permanecer no local. Na ocasião o jovem colaborou nas mobilizações; junto com os demais envolvidos na rádio, mobilizou os meios virtuais e também colaborou no trabalho com a comunidade.

Embora esteja envolvido com o trabalho de cooperativismo do MST, Joaquim fez críticas ao Movimento, disse que este se encontra muito próximo do governo, e que essa aproximação faz o MST fragilizar sua luta. Aliás, luta é uma palavra que apareceu muito no seu discurso, seu entendimento é que é preciso lutar para conquistar a terra, para acontecer a reforma agrária, mas que é necessário ir além, lutar contra o capital.

O jovem teve um percurso escolar sem retenções, disse que não teve problemas com preconceitos na escola, embora já tenha escutado de alguns amigos do assentamento que recebiam apelidos por morarem no campo. Joaquim quer continuar estudando e pretende fazer mestrado.

Elis – 21 anos, branca, está atualmente morando em São Paulo para colaborar na articulação do Estadual do MST. Seus pais também são do Movimento Sem Terra. O pai, Pedro, trabalha na horta da família e é aposentado. O avô possui um lote e o cultiva.

No futuro Elis pretende se casar e lutar para conquistar um lote. A mãe, Sylene, recentemente assumiu como educadora uma turma de alfabetização no assentamento.
A família da jovem é de Americana, conheço sua mãe de outros trabalhos que o MST fez em parceria com a Pastoral da Juventude, antes mesmo da constituição do Milton Santos. Com Elis a aproximação se deu no período da II Conferência Municipal de Juventude de Americana, no período da pesquisa nos encontramos algumas vezes.

Elis já trabalhou na cidade, segundo ela teve uma experiência muito ruim nesse período, pois trabalhou em telemarketing e começou a adoecer. Mas gosta do trabalho que faz agora no MST. A jovem também considera simples "ajuda" a colaboração com seus pais na terra. Ela fez faculdade de Administração, disse ter terminado o curso porque a faculdade era pública, mas que não gostou, pois, muitas disciplinas trabalhavam na perspectiva da exploração, tendo em vista o lucro. Elis deseja continuar estudando, atualmente faz pós-graduação em gestão pública e pretende fazer mestrado.

APENDICE B - Roteiro de entrevista individual semiestruturada

Local de moradia:

1- Você sempre morou nesse município? Conte-me quando e como chegou até aqui. Veio com quem? Ainda mora com essas pessoas?

2- Por que vocês vieram para cá?

3- Como foi para sua família mudar para cá? Como foi para você mudar para cá?

4- Seus amigos são de onde? O que vocês costumam fazer juntos?

5- Como é ser jovem e morar aqui?

6- Você acha que há diferenças entre os jovens que moram no assentamento e os que não são daqui? Quais? Por quê?

Trabalho:

7 - Você trabalha?

Para os que responderem sim:

7.1 - Me fale um pouco sobre seu trabalho. Como você conseguiu esse trabalho? (Por intermédio de quem ou do quê?) Onde é? (Comércio, indústria, lavoura, terra da família). O que faz, que atividades realiza nesse trabalho?

7.2 - O que acha das atividades que realiza no trabalho? Do que mais gosta e do que menos gosta?

7.3 - O que é mais importante nesse trabalho para você?

7.4 - Se pudesse, o que mudaria nesse trabalho? O que não mudaria?

7.5 - Que dificuldades já teve e como resolveu? Alguma facilidade?

7.6 - Nesse seu trabalho, o que é igual e o que é diferente para homens e mulheres? E para adultos e jovens?

7.7 - Você tem algum tipo de contrato? Registro em carteira? Papel? Algum benefício? Quantas horas de trabalho? Qual a sua remuneração?

7.8 - Você estudava enquanto trabalhava? O que achou disso? Como foi a experiência para você? Por quê?

7.9 - O que sua família acha desse trabalho?

7.10 - Até quando pretende continuar nesse trabalho? Já está procurando outro trabalho ou vai começar a procurar quando?

7.11 - Já ficou sem trabalho alguma vez? Como fez para se virar sem trabalho?

7.12 - Se pudesse escolher livremente, você gostaria de trabalhar em quê?

7.13 - Que tipo de trabalho você gostaria de fazer idealmente?

7.14 - O que significa trabalhar para você? É igual ou diferente em relação a outros jovens daqui? E em relação aos seus pais e outros adultos daqui?

Para os que responderem não:

8 - Você faz alguma atividade para ganhar algum dinheiro?

8.1 - Você faz alguma atividade em sua casa ou nas terras da família ou em outra terra? Recebe alguma coisa para isso?

8.2 - Você está procurando trabalho? Como tem sido essa procura? Que tipo de trabalho está procurando?

8.3 - Caso não fale no relato acima, perguntar: Por que você acha que não tem conseguido trabalho? Quais dificuldades? A que você atribui essas dificuldades? Como resolveu ou está resolvendo? Houve facilidades, quais?

8.7 - Se pudesse escolher livremente, você gostaria de trabalhar em quê?

8.8 - Que tipo de trabalho você gostaria de fazer idealmente?

8.9 - O que significa trabalhar para você? É igual ou diferente em relação a outros jovens daqui? E em relação aos seus pais e outros adultos daqui?

Trajetória do trabalho:
9 - Você se lembra com quantos anos começou a trabalhar?

9.1 - Me conte um pouco sobre seu primeiro trabalho. Como conseguiu? O que fazia? Quantas horas? Lembra mais ou menos quanto recebia?

9.2 - Dificuldades? Como resolveu? Facilidades?

9.3 - Você estudava? Por que sim, por que não? Se estudava, perguntar como foi a experiência de estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

9.4 - Quanto tempo ficou? Por que saiu?

9.5 - Se não tiver mencionado, indagar: Esse trabalho te ajudou ou te atrapalhou para conseguir trabalho melhor ou não, continuar os estudos ou não, fazer algum curso de formação ou não, na relação com a família.

9.6- Depois desse trabalho, que outros trabalhos você teve?

Educação:
11 - Você frequenta a escola? Em que série está? Em que período estuda? Escola pública, particular ou técnica?

Para quem estuda atualmente:

12.1 - Por que você estuda?

12.2 - O que estudar significa para você? E para sua família?

12.3 - O que você acha da sua escola atual? O que mais gosta? O que menos gosta? Seus amigos pensam como você?

12.4 - Você concilia trabalho e estudo? Se sim, qual é a motivação para trabalhar e estudar?

12.5 - A escola ajuda (ou não) na realização das atividades do seu trabalho? E o trabalho, em que ajuda ou atrapalha na escola?

12.6 - Como é estudar e morar no assentamento? Igual? Diferente?

12.7 - A escola ajuda (ou não) na inserção no trabalho ou na transição de um trabalho a outro, ou na passagem do desemprego para uma ocupação?

12.8 - Você já fez algum curso de formação profissional ou algum outro curso? Quando? Onde? Por quê?

12.9 - Já parou de estudar em algum momento? Por quê?

12.10 - A família ajuda (ou não) na permanência na escola?

12.11- A família ajuda (ou não) no trabalho?

12.12 - E você? Que planos de estudo para o futuro? O que quer fazer? Por quê? Como pretende realizar esse plano?

Para quem não estuda atualmente:

13.1 - Por que você parou de estudar? Qual a data próxima em que parou de estudar? Em que série parou? Onde morava?

13.2 - Você tem planos de estudo para o futuro? Quer voltar a estudar? O que quer fazer? Por quê? Como vai realizar?

13.3 - Qual o nível educativo mais alto que pretend

APENDICE C - Formulário Sociodemográfico

Entrevista número: _____

Data da entrevista: _____ Local da entrevista: _____

1. Nome:

2. Data de nascimento: Idade:

3. Local de nascimento (Cidade/ Estado)?

4. Sexo/ Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Transexual ( ) Transgênero

5. Como você se define em termos de cor/ raça?

( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela ( ) Outros_____

6. Você mora onde? (Bairro)

7. Você mora com?

( ) Pais ( ) Só com pai ( ) Só com a mãe ( ) Companheiro/a ( ) Companheiro/a e filhos ( ) Com filhos ( ) Parentes ( ) Amigos ( ) Sozinho ( ) Outros_____

8. Quantas pessoas trabalham na sua casa? Quem são elas?

9. Qual a renda da família?
   ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) De 11 a 15 salários mínimos
   ( ) De 1 a 3 salários mínimos ( ) Mais de 15 salários mínimos
   ( ) De 4 a 6 salários mínimos ( ) Não sabe
   ( ) De 7 a 10 salários mínimos ( ) Não quis responder

10. Estado civil:( )Solteiro/a ( )Casado/a ( )União Estável ( )Divorciado ( ) Viúvo

11. Tem filhos? Quantos? Qual idade?

12. Qual a sua religião?

13. Você estuda? Qual curso/ série/ ano?

14. Se não estuda, qual a sua escolaridade?
( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Superior incompleto ( ) Pós-graduação incompleta
( ) Ensino Médio completo ( ) Ensino Superior completo ( ) Pós-graduação completa
15. Fez algum curso? (computação, línguas etc.).

APENDICE D – Algumas fotos da observação no campo[68]

Foto1: Romaria da terra e das águas agosto de 2013 – Percurso a caminho do Assentamento Milton Santos

Foto 2: Barraca de doces, montada por alguns jovens do assentamento em ocasião da Romaria da terra e das águas em agosto de 2013.

[68] As fotos são do acervo da autora.

Foto 3 - Experimentação participativa apoiada pela EMBRAPA - Sistema Agroecológico Hortifrúti Florestal com Minhocário - outubro de 2014

Foto 4 – Visita dos alunos da Casa da Criança Curió ao Assentamento – outubro de 2014

Foto 5 – Observação da aula da turma de alfabetização no Assentamento

Foto 6 – Placa indicando o tipo de Assentamento categorizado pelo INCRA "PDS" – Projeto de desenvolvimento sustentável

Foto 7 – Entrado do Assentamento pedindo para que a Dilma assinasse a desapropriação por interesse social - dezembro de 2012

ANEXO A Poesia – LONA PRETA Letra de Luta

Milton Santos....Reforma Agrária...
Estou aqui para dizer do nosso sofrimento
Debaixo de lonas preta, por quatro anos vivemos
Não foi nada fácil, tivemos que atuar,
a discriminação todo dia na escola,
e depois de muito tempo, de luta e sofrimento.

Agora vem o INCRA, a Usina Ester e a Dilma,
querendo deixar todas as famílias no relento,
você não tem dó, dessas criancinhas,
como vão fazer o futuro ficando sem moradia,
eu estou aqui com o coração na mão,
só de imaginar a minha casa indo ao chão.

Hildete e Karyne

ANEXO B – PROIBIDÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Nunca mais aos despejos, aos massacres, o povo tem que resistir, lutar de cabeça erguida, abaixo aos latifundiários, viva a luta dos trabalhadores.

Me apresento humildemente, do retorno proceder, trago um informe que é quente, porque o remente não mente, vai te esclarecer.

Somos Canudos, Ligas Camponesas, vocês se fizeram, os patriarcas, agora os veneno na mesa, coronéis do latifúndio, senhores da grande propriedade, da memória revelo agora sua trajetória de pervisidade.

Traz normalmente no brasil, o fato de ser política como uma expressão de um poder, não é uma questão interior, eu não viro político para eu ter terra, eu sou político porque eu tinha terra.

A década de 60, quando a gente tinha um debate da reforma agrária, como um debate vital da estrutura política do Brasil, aí sim você tinha um jogo pesadíssimo, de saber o que que se varia do embate entre você ter, a estrutura institucional do país vocacionada, para atender aquilo que era uma questão vital, que era fazer a reforma agrária, e como se faria.

É, anos 60, domínio ameaçado, reação de brutalidade acionada, todo aparelho do estado, Marcha da Família e o golpe militar, uma sequência de tanta violência, para resistência nenhuma suportar.

É, Anos 70, a modernização, crédito para máquina de insumo, veneno, mais praga, e mais devastação.

É, anos 80, formou a Ruralista, munidos de ódio, e balas, juntando ao DR, jagunço e lobista.

É, anos 90, forma plena do estado, neoliberal, terrorista, a imprensa golpista o maior aliado.

É, desembestado, pelas multinacional, fecha pro domínio das sementes, propriedade intelectual.

E aí de Norte a Sul do país, a gente tem acompanhado aí, os diversos despejos, por conta desse processo desse processo de destruição, que é chamado de desenvolvimento, aqui no Brasil, dos mega projetos, dos mega eventos, enfim a política voltada, uma boa parte da política econômica, voltada pras commodities, o agronegócio.

E uma mudança completa de atuação, uma repaginação dos atores, que inclusive são, aquilo que hoje já se chama, realmente dos donos do poder agrário do Brasil, que não é mais o

fazendeiro, né, são as grandes empresas, que estas sim, manipulam os cordéis que fazem funcionar a agricultura, porque elas são as grandes financiadoras.

Anos, 2000, a cidade é o negócio, ooo, mega evento a cada momento, e o pedaço de chão sobe de valor.

Da fazenda para indústria, da indústria para finança, no espetáculo, especula, e a bolha banca a matança de Sampa.

É, acumulou, virou terra no Mato grosso, ooo, no Nordeste, Amazonas, e o gado lava tudo, seja aonde for.